

**UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E
INCLUSÃO SOCIAL**

Ângela Fernandes da Silva

**O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu impacto na trajetória
acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do
Sistema de Bibliotecas da UFRGS**

Novo Hamburgo

2019

Ângela Fernandes da Silva

**O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu impacto na trajetória
acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do
Sistema de Bibliotecas da UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE, como requisito para o título de mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margarete Fagundes Nunes

Novo Hamburgo

2019

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Silva, Ângela Fernandes da.

O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu impacto na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS / Ângela Fernandes da Silva. – 2019.

133 f. ; il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2019.

Inclui bibliografia e apêndice.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margarete Fagundes Nunes”.

1. Alunos bolsistas. 2. Ensino superior. 3. UFRGS. 4. REUNI.
5. SBUFRGS. 6. Trajetória. I. Título.

CDU 378.014.5

Bibliotecária responsável: Janice Moser Corrêa – CRB 10/2315

Ângela Fernandes da Silva

**O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu impacto na trajetória
acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do
Sistema de Bibliotecas da UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE, como requisito para o título de mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Examinado em 28 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margarete Fagundes Nunes

Prof. Dr. Gabriel Grabowski

Prof^a. Dr^a. Wrana Maria Panizzi

Dedico a vida quem me impulsionou a viver a cada novo dia, como se fosse o último.

AGRADECIMENTOS

Como de praxe a minha mãe e a minha filha.

A minha musa inspiradora, Wrana Panizzi.

A minha orientadora que me guiou nesse árduo caminho, Margarete Fagundes Nunes.

A Vanessa, que é a culpada de tudo, que me forçou a ir junto com ela pra seleção.

Ao César que me incentivou.

Ao Leonardo, incansável discente que durante o mestrado se mostrou um ótimo docente.

A Beatriz, Bianca, Eugênio, Luisia, Marisane, Vanessa e Vivian que, cada um, ao seu tempo, esteve comigo nessa longa caminhada por entre os milhares de livros e a quase duas centenas de bolsistas com os quais interagi durante toda a pesquisa.

Aos colegas de cada biblioteca, o meu agradecimento pela sua presteza e apoio.

Aos bolsistas do SBUFRGS a minha eterna gratidão pelo tempo que comigo dividiram e seu grande esforço em contatar aqueles que não estavam lá com vistas a que quase toda a totalidade da população fosse abarcada no estudo.

Aos órgãos institucionais: PRAE, PROPESQ, PROPLAN, CONSUN, pelos dados e documentos.

A minha colega, Denise, que mesmo longe esteve tão perto.

A FEEVALE, que me oportunizou reencontrar a minha irmã e com ela estreitar laços familiares há muito tempo rompidos em função dos caminhos e descaminhos da vida.

Àqueles que colocaram pedras no meu caminho, o meu muito obrigado por que com estas, fiz um castelo!

Aos anônimos, que não são aqui citados, também o meu agradecimento e reconhecimento... Pois somente eu sei a importância que cada um de vocês teve no decorrer de toda a minha vida.

As minhas fiéis e leais, Melissa e Pet (in memoriam), que sem vocês ao meu lado nada seria.

Aos colegas do mestrado, que me instigaram e me cuidaram zelosamente.

Aos amigos de perto e de longe, que sem medir esforços estavam bem ao lado.

O castigo dos bons que não fazem política é
serem governados pelos maus.

PLATÃO (2005)

RESUMO

"Navegar é preciso, viver não é preciso!" já dizia Fernando Pessoa (2013) em um de seus poemas mais conhecidos. E, navegar pelo oceano de dados inexplorados que há em uma Universidade acerca dos bolsistas ligados ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), existente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial, entre os anos de 2010 e 2016 e seu impacto na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS), é o que buscamos nesta dissertação de mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Estudo esse que se justifica na necessidade premente que se realizem pesquisas e estudos que tenham como foco, além do relato histórico deste processo, o acompanhamento e avaliação das políticas públicas da expansão das universidades, que tiveram como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Metodologicamente, no decorrer do presente estudo, utilizamos tanto o método quantitativo, com vistas a traçar um perfil destes alunos, quanto do método qualitativo, com o objetivo de aprofundar determinadas questões e, ainda, investigar de modo mais acurado certos padrões e tendências existentes no conjunto desta população específica. E, neste sentido, quando olhamos para as trajetórias dos alunos bolsistas, nos é possível perceber que em sua maioria, estes, através de seu ingresso na Universidade, rompem com a trajetória de seus pais e com aquilo que seria "natural" em vista do contexto em que estavam inseridos.

Palavras-chave: Alunos bolsistas. Ensino Superior. UFRGS. REUNI. SBUFRGS. Trajetória.

ABSTRACT

“To navigate is necessary, to live is not!” Fernando Pessoa had already said this in one of his best known poems. And, navigate through the ocean of unexplored data that are found in university about scholarship students linked to the Support Program to Restructuring Plans and Expansion of the Federal Universities (REUNI), at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), specifically, between the years of 2010 and 2016 and their impact on the academic-professional path of the scholarship students of the Federal University of Rio Grande do Sul Libraries System (SBUFRGS) is what we search in this dissertation of the Master Degree of Cultural Diversity and Social Inclusion. It is justified in the urgent need that research and studies be performed that have as focus, besides the historical report of this process, the following-up and evaluation of the public policies of the universities expansion, which had as main object to widen the access and the permanence in higher education. Methodologically, in the course of the present study we made use of the quantitative method viewing to draw a profile of these students as well as of the qualitative method, with the purpose of deepening in certain issues, and, also, investigate in a more accurate form certain standards and trends existing in the set of this specific population. In this form, when we look at the path of the scholarship students, it is possible to see, in their majority, through their entry in the University, that these break the path of their parents and with what would be “natural” in view of the context in which they were inserted.

Keywords: Scholarship students. Higher education. UFRGS. REUNI. SBUFRGS.
Trajectory

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Relação entre a população total e o número de entrevistados.....	77
Gráfico 2 -	Distribuição e quantitativo da população total de bolsistas por biblioteca	78
Gráfico 3 -	Distribuição e quantitativo da população total de bolsistas por <i>campi</i> .	79
Gráfico 4 -	Distribuição e quantitativo da população local total de cada biblioteca e número de bolsistas entrevistados em cada uma delas	81
Gráfico 5 -	Distribuição e quantitativo da população total de cada biblioteca e número de bolsistas e sua distribuição por sexo	81
Gráfico 6 -	Quantitativo de bolsas SABI/PROPESQ da UFRGS vinculadas ao SBUFRGS entre os anos de 2004 e 2018.....	89
Gráfico 7 -	Distribuição por sexo da população pesquisada (%).....	91
Gráfico 8 -	Modalidade de bolsa que ocupavam os entrevistados no momento da entrevista.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modalidades de Bolsas existentes na época da adesão ao Sistema REUNI (Ano de Referência: 2008).....	83
Quadro 2 -	Modalidades de Bolsas existentes no ano de 2018 na UFRGS ligadas ao Sistema REUNI (Ano de Referência: 2018).....	84
Quadro 3 -	Quadro sinóptico-temporal das modalidades de bolsas existentes no ano de 2018 vinculadas ao SBUFRGS e o modo como foi se dando a sua mudança no período de 2008 a 2018	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantitativo de bolsas SABI/PROPEQ da UFRGS vinculadas ao SBUFRGS entre os anos de 2004 e 2018.....	88
Tabela 2 -	Quadro sinótico das medidas de tendência central observados para a população estudada.....	92
Tabela 3 -	Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por curso a que estavam vinculados no momento da realização da entrevista	94
Tabela 4 -	Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por Estado/País de Origem	96
Tabela 5 -	Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por Cidade/País Origem	96
Tabela 6 -	Modalidade de Ingresso declarada pelo entrevistado, em números absolutos, no momento da entrevista	100
Tabela 7 -	Modalidade de Ingresso categorizada pelo pesquisador a partir dos critérios do concurso vestibular 2019, em números absolutos, a partir da Modalidade de Ingresso declarada pelo entrevistado no momento da entrevista.....	100
Tabela 8 -	Escolaridade do pai, em números absolutos, computada a partir da informação declarada pelo entrevistado no momento da entrevista .	101
Tabela 9 -	Escolaridade da Mãe, em números absolutos, computada a partir da informação declarada pelo entrevistado no momento da entrevista	10102
Tabela 10 -	Profissão e/ou ocupação do pai e da mãe do entrevistado	103
Tabela 11 -	Quadro sinótico da distribuição/ocorrência, em números absolutos, do ano de ingresso do entrevistado na Universidade	107
Tabela 12 -	Quadro sinótico da distribuição/ocorrência, em números absolutos, do ano em que o entrevistado ingressou na bolsa que hoje possui	107
Tabela 13 -	Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável tempo de permanência na bolsa para população estudada	108
Tabela 14 -	Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável renda individual do entrevistado no momento da realização da entrevista (em reais).....	108

Tabela 15 - Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável renda familiar do entrevistado no momento da realização da entrevista (em reais).....	108
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
ADUFRGS	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANDES-SN	Sindicato nacional dos Docentes de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED-Sul	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul
BC	Biblioteca Central
BIBADM	Biblioteca da Escola de Administração
BIBAGR	Biblioteca da Faculdade de Agronomia
BIBAPL	Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRGS
BIBARQ	Biblioteca da Faculdade de Arquitetura
BIBART	Biblioteca do Instituto de Artes
BIBBIO	Biblioteca do Instituto de Biociências
BIBCBS	Biblioteca do Instituto de Ciências Básicas da Saúde
BIBCECLI	Biblioteca do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos
BIBCLN	Biblioteca do <i>Campus</i> Litoral Norte
BIBCPD	Biblioteca do Centro de Processamento de Dados
BIBCSH	Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades
BIBDIR	Biblioteca da Faculdade de Direito
BIBECO	Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas
BIBEDU	Biblioteca da Faculdade de Educação
BIBESEFID	Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
BIBENF	Biblioteca da Escola de Enfermagem
BIBENG	Biblioteca da Escola de Engenharia
BIBFAR	Biblioteca da Faculdade de Farmácia
BIBFBC	Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
BIBFIS	Biblioteca do Instituto de Física
BIBGEO	Biblioteca do Instituto de Geociências
BIBICTA	Biblioteca do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos

BIBINF	Biblioteca do Instituto de Informática
BIBIPH	Biblioteca do Instituto de Pesquisas Hidráulicas
BIBMAT	Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística
BIBMED	Biblioteca da Faculdade de Medicina
BIBODO	Biblioteca da Faculdade de Odontologia
BIBONU	Biblioteca Depositária da Organização das Nações Unidas
BIBPSICO	Biblioteca do Instituto de Psicologia
BIBQUI	Biblioteca do Instituto de Química
BIBVET	Biblioteca da Faculdade de Veterinária
BTPRAE	Bolsa Treinamento PRAE
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Centro de Prevenção e Controle de Doenças
CFE	Conselho Federal de Educação
CIS	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUN	Conselho Universitário
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPOS	Centro de Pesquisas em Odontologia Social
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CRES	Conferência Regional de Ensino Superior na América Latina e Caribe
DECORDI	Departamento de Coordenação e Registro Discente
DEMEC	Delegacia Regional do Ministério da Educação
DEPEG	Departamento de Estudos e Pesquisas ao Ensino de Graduação
DP	Departamento de Pessoal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD	Educação à distância
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FACED	Faculdade de Educação
FASUBRA	Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDATEC	Fundação Universidade empresa de Tecnologia e Ciências
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HEO	Hospital de Ensino Odontológico
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PRORHESC	Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade
ProUni	Programa Universidade para Todos
RAAI	Relatório de Autoavaliação Institucional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SABI	Sistema de Automação das Bibliotecas
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBUFRGS	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SAE	Secretária de Assuntos Estudantis
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
SUINFRA	Superintendência de Infraestrutura
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDF	Universidade do Distrito Federal

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USAID	United States Agency Internacional for Development
USM	Universidade Santa Maria
USP	Universidade São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ENTRE NÓS E ELES: UM ENCONTRO ENTRE A TEORIA, OS NATIVOS E A PESQUISADORA EM CAMPO	23
3 DA UNIVERSIDADE DE UNS ATÉ UMA UNIVERSIDADE PARA TODOS	32
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE	32
3.1.1 As universidades latino-americanas e brasileiras	33
3.1.2 As universidades brasileiras e a constituição federal de 1988.....	34
3.1.3 As universidades brasileiras pós-constituição federal de 1988.....	38
3.2 O REUNI E A BUSCA DE UMA UNIVERSIDADE PARA O POVO	40
3.2.1 A democracia, os direitos humanos e as políticas públicas	43
3.2.2 Educação e políticas públicas	45
3.2.3 Do acesso ao ensino superior ao REUNI.....	48
3.2.4 A educação como um direito.....	49
3.3 O REUNI NA UFRGS.....	51
4 DA ETNOGRAFIA	60
4.1 A PRIMEIRA IDA A CAMPO	60
4.1.1 O Campus do Vale	60
4.1.2 O Campus Centro	67
4.1.3 O Campus da Saúde e o Campus Olímpico	68
4.2 DA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	69
4.3 DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	70
4.4 DOS RASTROS DEIXADOS EM SUAS NARRATIVAS.....	72
4.5 ANÁLISE DE DADOS	74
4.5.1 Contextualização da pesquisa	74
4.5.2 Panorama histórico do SBUFRGS (2004 a 2018).....	81
4.5.3 Os dados da pesquisa (Construindo pontes).....	91
4.5.4 O cotidiano da bolsa e sua relação com seu projeto de vida e trajetória acadêmica	108
4.5.4.1 <i>Carga horária de trabalho, estudos e permanência na Universidade</i>	109
4.5.4.2 <i>Inserção e formação profissional</i>	110
4.5.4.3 <i>Eruditismo, mudança de habitus de classe, de trajetória e projeto</i>	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ALUNOS	127
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS BOLSISTAS DO SBUFRGS....	129
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	131
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO	132

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo discutir a importância do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre os anos de 2010 e 2016 e seu impacto na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS).

Neste sentido, importa aqui ratificar (SILVA, 2014, p. 15-16) que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada em 1934, reunindo cinco estabelecimentos de ensino, alguns dos quais agora centenários. Foi através do Decreto Estadual nº 5.728, de 28 de novembro de 1934, criada a Universidade de Porto Alegre formada pelas faculdades, escolas e cursos profissionalizantes superiores já existentes à época, a saber: a Faculdade de Medicina com as Escolas de Odontologia e Farmácia; a Faculdade de Direito com a Escola de Comércio; a Escola de Engenharia com os cursos de Agronomia e Veterinária; a Faculdade de Educação, Ciências e Letras e o Instituto de Belas Artes (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

Contudo, será somente a partir de 1947 que esta, passará a ser denominada de Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), integrando sob seu escopo alguns institutos do interior do Estado, a saber: as Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Três anos depois, no ano de 1950, será federalizada passando a ser denominada de Universidade Federal do Rio Grande do Sul passando assim, a ter a estrutura atual organizada em institutos, escolas e faculdades.

Porém, com o tempo, os cursos do interior deixam de fazer parte da estrutura da referida Universidade. E estas faculdades criadas de 1945 a 1949, torna-se em 1965 a Universidade de Santa Maria (USM) que, mais tarde, tornar-se-á a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) quando federalizada em 1969, da mesma forma que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O crescimento da Universidade sempre foi constante, de modo que já em 1958 havia começado a se projetar um novo *campus* que somente sairá do papel em 1977, com a instalação do curso de Letras no *Campus* do Vale, no bairro Agronomia. O projeto original propunha, fundamentalmente, a substituição de duas

Superintendências (Administrativa e Acadêmica) por seis Pró-Reitorias: três das quais responsáveis pela execução das atividades-fim da Universidade (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão), e três responsáveis pelas atividades-meio (Planejamento, Assistência à Comunidade Universitária, e Administração).

A UFRGS tem como finalidade essencial a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, pesquisa e extensão, conforme o art. 5º do Estatuto da UFRGS (UFRGS, 2016), e no seu art. 2º, consolidar seu papel como expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (UFRGS, 2015).

E se no ano de 1976, haviam sido criadas estas Pró-Reitorias citadas anteriormente, bem como o Departamento de Coordenação e Registro Discente (DECORDI) tem-se que a Universidade foi aos poucos crescendo e se expandindo de modo que em 2019 conta¹, com 400 cursos entre graduação, pós-graduação, ensino à distância, especialização, mestrado e doutorado, os quais, abrigam cerca de 42 mil alunos; 27 unidades acadêmicas, um hospital de clínicas, um hospital de clínicas veterinárias, um hospital de ensino odontológico e cinco centros interdisciplinares, 131 laboratórios de informática e 31 bibliotecas ligadas ao Sistema de Automação de Bibliotecas (SABI). Sistema este, que foi implantado em 1989 e adota o software Aleph 500 para gerenciar as atividades e serviços oferecidos pelas bibliotecas. Composto o Sistema de Bibliotecas da UFRGS que é integrado pela Biblioteca Central (BC)², órgão coordenador, integrando uma Biblioteca Central; uma

¹ Alguns dados se referem a 2017 e 2018, coletados junto ao UFRGS em Números: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/>

² A Biblioteca Central foi criada pela Portaria nº 1.516, de 13 de dezembro de 1971 (UFRGS, 1971), sendo um órgão suplementar da UFRGS, diretamente vinculado à Reitoria, coordenando e supervisionando sob forma sistêmica e com atribuições de órgão central o conjunto de bibliotecas da Universidade. E tendo como finalidade coordenar e complementar os acervos e serviços do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, e desta forma promovendo a racionalização de materiais e métodos e apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. O sistema de bibliotecas é coordenado pela Biblioteca Central e composto por 31 bibliotecas, é responsável pela prestação de serviços de informação especializada à comunidade universitária e à comunidade externa. Sendo que a estrutura do Sistema de Bibliotecas é constituída por bibliotecas setoriais, que atendam, dentro da conveniência administrativa, atividades universitárias afins, conforme forem definidas pela Reitoria, por proposta da Biblioteca Central e anuência das unidades, institutos ou órgãos envolvidos, oferecendo serviços de informação e documentação à comunidade universitária. As bibliotecas que constituem o Sistema: Biblioteca Central; Biblioteca do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (BIBCECLI); Biblioteca do Centro de Processamento de Dados

biblioteca escolar; uma biblioteca Depositária da documentação da Organização das Nações Unidas (BIBONU) e 28 bibliotecas setoriais, com acervos relacionados às diferentes áreas de conhecimento dos cursos oferecidos, estando distribuídas entre os cinco *campi* da UFRGS, a saber: *Campus* do Vale, *Campus* Saúde, Centro Olímpico, *Campus* Centro e o *Campus* Avançado no Litoral Norte.

Contando os alunos, técnico-administrativos e docentes o número chega a cerca de 50 mil pessoas nos seus cinco *campi*, Centro, Saúde, Vale, Olímpico e Litoral Norte. População essa que no ano de 2018 era composta por 2.968 docentes, 2.617 técnico-administrativos, 1.652 terceirizados, 28.644 alunos de graduação, 12.713 alunos de pós-graduação, 4.619 alunos de especialização e cerca de 739 alunos ligados ao ensino regular, de jovens e adultos e ao curso técnico em hidrologia. Do total dessa população, tem-se que pouco menos de 1,5% é contemplado ou atendido por algum programa de assistência estudantil de modo que, em números absolutos, totalizam 1.449 alunos assistidos, entre os quais incluem-se aqueles ligados ao SBUFRGS. Estes, aqui, se constituem no objeto privilegiado desse estudo.

Com isto posto, o presente estudo tem como foco da pesquisa responder à seguinte problemática: Qual impacto do REUNI na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas contemplados pelas bolsas, os quais atuaram/atuam nas Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul?

(CPD), extinta pela ordem de serviço nº 2/2017 - CPD de 20 de março de 2017 (UFRGS, 2017) e continuou na estrutura deste, o LUME (A Portaria nº 1.774 de 03/06/2005 UFRGS, 2005), criação da Biblioteca Digital, com competência da BC e do CPD e a Portaria nº 38, de 20/07/2009 (UFRGS, 2009), designa o comitê gestor deste repositório Digital da UFRGS); Biblioteca da Escola de Administração (BIBADM); Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (BIBESEFID); Biblioteca da Escola de Enfermagem (BIBENF); Biblioteca da Escola de Engenharia (BIBENG); Biblioteca da Faculdade de Agronomia (BIBAGR); Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIBARQ); Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (BIBFBC); Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas (BIBECO); Biblioteca da Faculdade de Direito (BIBDIR); Biblioteca da Faculdade de Educação (BIBEDU); Biblioteca da Faculdade de Farmácia (BIBFAR); Biblioteca da Faculdade de Medicina (BIBMED); Biblioteca da Faculdade de Odontologia (BIBODO); Biblioteca da Faculdade de Veterinária (BIBVET); Biblioteca das Nações Unidas; Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Instituto de Letras (BIBCSH); Biblioteca do *Campus* Litoral Norte (BIBCLN); Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRGS (BIBAPL); Biblioteca do Instituto de Artes (BIBART); Biblioteca do Instituto de Biociências (BIBBIO); Biblioteca do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (BIBICBS); Biblioteca do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos (BIBICTA); Biblioteca do Instituto de Física (BIBFIS); Biblioteca do Instituto de Geociências (BIBGEO); Biblioteca do Instituto de Informática (BIBINF); Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística (BIBMAT); Biblioteca do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (BIBIPH); Biblioteca do Instituto de Psicologia (BIBPSICO);e, Biblioteca do Instituto de Química (BIBQUI). E cada uma delas tem sua história de criação e trajetória ligada as suas respectivas unidades.

No que se refere aos objetivos gerais da pesquisa, buscamos analisar no decorrer do presente estudo o impacto que esta política pública, que é o REUNI, tem na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, bem como identificar, através dos relatos, qual a percepção dos beneficiários do referido programa sobre o seu lugar na universidade.

Especificamente e com o propósito de atingir este objetivo mais geral, buscamos especificamente:

- a) verificar o número de benefícios, que foram concedidos ao SBUFRGS entre 2010-2016;
- b) mapear os alunos que possuem bolsas no SBUFRGS (banco de dados secundário);
- c) delinear um perfil dos alunos bolsistas do SBUFRGS; e,
- d) conhecer as trajetórias e projetos profissionais dos alunos bolsistas do SBUFRGS.

Do ponto de vista prático e para fins expositivos optei por subdividir o referencial teórico em três partes. Na primeira parte realizo uma breve digressão sobre a origem da universidade, como ela se estrutura em diversas partes do mundo e também no Brasil, realizando assim um duplo movimento que busca mostrar o modo como a UFRGS se organiza hoje e de onde vem tal modelo e/ou estrutura adotada pela maioria das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dentre as quais ela se inclui. Na segunda parte, me ocupo do modo como o REUNI se tornou uma política pública e busco pensar a educação e o acesso ao ensino superior enquanto um direito. E, por fim, na parte 3, incito uma breve discussão acerca do acesso das classes menos favorecidas a Universidade, a partir do REUNI.

No que se refere a justificativa do trabalho tem-se que a presente dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social se justifica na necessidade premente que se realize pesquisas e estudos que tenham como foco, além do relato histórico deste processo, o acompanhamento e avaliação das políticas públicas da expansão das universidades, que tiveram como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Políticas estas que, em sua maioria, ficaram conhecidas como REUNI. Sobremaneira, no que se refere a essa dissertação em específico é importante pontuar que, para realização do presente estudo, parto das seguintes hipóteses da pesquisa:

Hipótese 1 (Principal): O conhecimento adquirido durante o período em que eles atuaram/atuam, enquanto bolsistas, nas respectivas bibliotecas do SBUFRGS forneceu a estes certo conjunto de elementos que impactaram na sua trajetória acadêmico-profissional levando-os, inclusive, a repensarem o seu futuro profissional.

Hipótese 2 (Secundária de H1): Que essa experiência os qualificou significativamente para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Hipótese 3 (Secundária de H1): Que o ambiente oferecido pelas bibliotecas desperta o conhecimento e estimula-os à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento acadêmico.

2 ENTRE NÓS E ELES: UM ENCONTRO ENTRE A TEORIA, OS NATIVOS E A PESQUISADORA EM CAMPO

Em geral, tem-se que a estatística é um campo de saber que gera certo desconforto no interior das Ciências Sociais, apesar desta ser muito usada entre os sociólogos e os cientistas políticos que buscam realizar análises e inferências, utilizando as bases de dados que envolvem um grande número de casos como é, por exemplo, as análises que envolvem dados censitários, de opinião e/ou preferências eleitoral. Enquanto ferramenta para análise da realidade social, a estatística pode ser de extrema valia para todos aqueles que se ocupam do estudo da sociedade, em suas múltiplas dimensões. Contudo, é fato que há certa dicotomia entre as metodologias quantitativas e qualitativas, mas que, apesar disso, estas são tidas como complementares de modo que, juntas, auxiliam o pesquisador na busca de respostas a questões por ele levantadas.

Assim, se por um lado as metodologias qualitativas tais como a etnografia, a entrevista semiestruturada e os relatos biográficos fornecem ao pesquisador ferramentas que permitem o aprofundamento de determinadas questões além de uma investigação mais acurada de determinados padrões e tendências existentes no conjunto de uma dada população, por outro, as metodologias quantitativas e, em especial, o uso de questionários e a estatística, permitem ao pesquisador por meio da análise de uma quantidade infindável de dados, verificar tendências percebendo padrões de comportamento e ação com vistas a elaboração de modelos de análise voltados a exploração de questões mais gerais de uma dada população.

Sobremaneira, optou-se, portanto por se utilizar aqui dos recursos oferecidos por essas duas abordagens. Ora para apresentar e explorar características mais gerais da população como é o caso do capítulo 4 (dimensão quantitativa), ora com vistas à decupar a realidade e explorar a especificidade latente de nossos informantes, como o fazemos no capítulo 2 ao nos ocuparmos da etnografia em si, de minha trajetória na Universidade e de Adão e Eva³ e que, no capítulo 3, também me serve de subsídio para a compreensão do modo como se deu a implantação do REUNI na

³ Adão e Eva são codinomes de dois interlocutores, que genericamente, aqui, representam “qualitativamente” um diálogo estabelecido em campo.

UFRGS, a partir da retomada da trajetória de Denise, responsável à época, por coordenar a maioria das atividades voltadas a adesão da Universidade ao programa.

Portanto, do ponto de vista prático, trato aqui meus entrevistados não apenas como meros informantes, mas também como narradores e indivíduos que detêm uma determinada memória do tempo que passou e que, através de seus relatos biográficos, me permitem reconstruir a realidade a partir de seus olhos. Também exploro o modo como com a Universidade se relacionam, e busco avaliar o impacto que o REUNI, através da ampliação do número de bolsas existentes, teve na vida e na trajetória acadêmico-profissional dos estudantes ligados ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS, população essa objeto do presente estudo.

Assim, tem-se que em a Ilusão Biográfica, Bourdieu (2006) inicia seu texto dizendo que o maior erro que os etnólogos cometem é supor que a vida é uma história, que é linear, que ela segue um caminho, um trajeto com começo, meio e fim. Neste sentido, considera que o modo como construímos nossa história de vida é o resultado de uma ilusão retórica - que na acepção weberiana, e construída de trás para frente de modo que, no tempo presente, organizados os fatos passados de uma forma lógica, colocando-os em sequência, dando-lhes uma direção. E, nessa construção, muitas coisas que na época em que aconteceram não eram importantes, hoje, no momento de contarmos nossa história no tempo presente, são colocadas em destaque como quando por exemplo, ao falar de minha trajetória e interesse por estudar os bolsistas da UFRGS, coloco em destaque o tempo que trabalhei na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e as atividades que desenvolvi da mesma forma que, hoje, associo a realização do curso de arquivologia ao tempo que trabalhei na Assessoria de Imprensa da UFRGS e na Faculdade de Odontologia.

É, portanto, a partir de minhas experiências, que ordenadas me constituem em sujeito e que me fazem colocar em evidência certas representações e discursos num mercado de trocas simbólicas e de capitais não monetários, onde, para se jogar o jogo, tem-se que conhecer as regras (BOURDIEU, 2012, 2015). E, neste sentido, considero importante aqui trazer um pouco da minha trajetória pessoal na Universidade, uma vez que, isso me permite entender e o meu lugar de pesquisadora e de investigadora e, assim, operar um duplo movimento: um primeiro, de fuga/escape da ilusão biográfica e da realização de uma leitura enviesada da realidade; e, o segundo, de estar sempre atenta ao modo como os sujeitos da pesquisa realizam em seus relatos, movimento semelhante aquele que faço ao expor a minha trajetória,

motivo pelo qual optei por contar a trajetória deles e usar as suas próprias palavras, para a partir daí tecer algumas considerações pois, o uso dos seus relatos, poderia me conduzir a construção de uma trajetória baseada em uma série de posições sucessivamente ocupadas por eles “num espaço que é ele próprio um devir”, razão pela qual, me utilizo somente de suas narrativas como fonte de dados e não como dado em si.

E, nesse sentido, Vale e Dantas (2006, p. 241) a partir de Freire, nos lembra de que, “ninguém educa ninguém, mas ninguém, tampouco, se educa sozinho: o ser humano se educa em comunhão, no contexto de viver sua vida neste mundo” de modo que, contar e estudar a trajetória do outro implica em um exercício de negar a si mesmo e se colocar no lugar do outro (ROCHA, 2009). Com isto, o que quero dizer é que a partir de Sousa (2006, p. 55) é que devemos “combinar as subjetividades dos sujeitos com o contexto sócio-histórico que vivenciam” e, neste caso, o uso dos relatos desses sujeitos (FERREIRA, 2006; LERNER, 2015) se mostrou mais eficiente para os propósitos deste trabalho, na medida em que além desta experiência intersubjetiva em campo, nos permitiu compreender o modo como os bolsistas - e, como eu mesma me construo - se revelam e se constroem enquanto sujeito e indivíduo, colocando em evidência determinadas estruturas - familiares, sociais, etc. - ligadas a certas instituições - a universidade, por exemplo - e grupos de pertencimento - bolsistas, cotistas, servidores da universidade etc. Passemos então a minha trajetória na Universidade e ao modo como construo o meu próprio narrar biográfico.

Entre em 1985, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como bolsista da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências (FUNDATEC), era a Fundação daquela época pois ainda não havia a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), por ter sido avaliada como uma boa bolsista fui admitida sem concurso, por contrato de trabalho, e quando abria vaga pela aposentadoria de alguém, então se era contratada. Antes da Constituição de 1988 era assim, depois, somente poderia tornar-se servidor público por concurso. Como bolsista, me via a tomar café o tempo todo. Como era chique tomar café e sonhar em ser um dia, servidora pública - até que fiquei doente e nunca mais pude tomar um cafezinho sequer. Foi assim que comecei na Universidade, de um lado pra outro, sendo requerida o tempo todo, e fazendo acontecer. E uma das minhas primeiras lições e que me guiaram pra sempre foi: atenda a todos da mesma forma, sempre lhe ajude com o que procura, nem que seja indicar quem vai fazer, nunca diga que não

sabe, procure informação e faça com que aquele que veio buscar algo com você, saia feliz e você realizada por ter atendido bem. Iniciei como bolsista na PROGRAD e lá trabalhava com as bolsas de Monitoria. Fato este que me fez lembrar que, quando entrei na UFRGS em 1985, era a PROGRAD a responsável pela distribuição, execução e pagamento das bolsas de monitoria de modo que eu conhecia todos os bolsistas da UFRGS - e daí, talvez, tenha nascido o interesse em trabalhar com eles nesta dissertação - pois eles tinham que vir até a PROGRAD para assinarem o termo de compromisso e, quando terminavam, retirar o seu certificado. Naquela época, era eu quem datilografava cada um dos certificados e como o papel era muito caro - acredito que era o mesmo que se usava para os diplomas, que era da casa da moeda que vinha, sei lá - era necessário que se fizesse isso com muita calma e dedicação para que se reduzisse desta forma os erros [...] e, como eu o fazia com exímia dedicação, acabava ficando ao meu cargo essa parte também. Atividade essa que eu adorava, pois eu tinha contato com vários estudantes dos diversos cursos - e apesar de não ter ainda um curso superior, já compreendia que a universidade só existia por causa dos alunos e que, era esta a sua atividade-fim. De quebra, devido a esse contato intenso com eles, era comum que eu sempre fosse convidada para as suas formaturas e, conseqüentemente, para as festas. Depois da PROGRAD, passei um tempo a trabalhar na Assessoria de Imprensa, onde fui responsável por fazer todo o resgate histórico das fotografias da universidade. E, tenho certeza que foi pela minha dedicação que muitas fotos históricas foram achadas e guardadas adequadamente. Foi neste momento, que trabalhei junto com professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), que me ensinaram a forma correta de fazer este arquivo fotográfico - e, isso, que nessa época, eu ainda nem pensava em fazer um curso superior, muito menos em ser arquivista, o que somente irá acontecer anos mais tarde. Com essa tarefa cumprida, retornei para a PROGRAD. De lá, fui para o DECORDI e o Departamento de Estudos e Pesquisas ao Ensino de Graduação (DEPEG), onde aprendi a pensar e propor melhorias para a Universidade. Como trabalhava nas formaturas, acabei sendo convidada para trabalhar no Salão de Atos, onde realmente tinha acreditado que fazia o que gostava, pois trabalhava em eventos e com cultura, era enriquecedor, nunca se repetiam as atividades e me relacionava com muitas pessoas diferentes. Conhecia o Salão de Atos de olhos fechados, fazia o fechamento de um borderô como ninguém, antes mesmo de terminar eu já sabia, só de olhar, qual tinha sido a ocupação do Salão de Atos. Mas, por razões muito pessoais

tive que sair do Salão de Atos, e passei alguns meses no Departamento de Pessoal (DP), a fazer o que já gostava e nem sabia como tratar - a questão dos servidores. Aqui, iniciei um outro aprendizado que foi interrompido com a minha ida para a Faculdade de Odontologia, onde, organizei o arquivo histórico do Centro de Pesquisas em Odontologia Social (CPOS). De lá, voltei para a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) que já tinha mudado o nome e logo seria Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços a Comunidade (PRORHESC), assim como eu ia mudando, a universidade também, ia se renovando a cada nova gestão. Neste momento já era mãe da menina veneno⁴, como as professoras se referiam a mim, para que o *bulling* fosse de forma indireta, sim minha querida filha foi envenenada na creche da UFRGS, e a partir daí que comecei a me organizar sindicalmente e também a ocupar outros espaços dentro da universidade, por ter precisado de ajuda e poder ajudar aos colegas. Concorri para a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA) e deste então estive sempre dos órgãos colegiados dentro da Universidade. Estive a frente de praticamente em todas as greves, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, atuando como alguém que já tinha certa caminhada e reconhecimento. Da CPPTA, onde estive presidente por alguns mandatos, estive muito próxima da professora Wrana, proximidade essa marcada por encontros e desencontros, diálogos e conflitos, um deles durante a minha gestão e por um equívoco de informação. Fui para o Instituto de Artes, depois para a Faculdade de Educação (FACED), depois para Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS). Depois, retornei para a Biblioteca Central, onde, estive alocada em dois períodos distintos. Por hora estou na FACED, mas em exercício na CIS, por ter concorrido nesta gestão, e lá estou como coordenadora. Mas, foi a Biblioteca Central que me fez a conhecer este universo de bibliotecas, e por estar tão próxima, também, desconhecia tantas diferenças que existem no contexto das bibliotecas e que neste estudo procuro resgatar.

No presente excerto, como já coloquei em evidência, há certas ilusões que são por mim construídas e que, aqui, me servem para expor aquilo que é comum e corriqueiro de modo que, através de um exercício de retórica e ao falar de mim mesmo, estranho ao outro e o instituo enquanto sujeito diverso de mim, como é o caso

⁴ Apelido que faz referência a um caso ocorrido na Creche da UFRGS no qual, minha filha foi acidentalmente envenenada enquanto estava sob os cuidados da referida instituição de apoio da Universidade.

de Eva - que possui uma trajetória e projeto pessoal semelhante ao meu e de Adão, que em nada tem a ver comigo. Adão e Eva são aqui dois dos sujeitos de pesquisa com os quais eu tive um diálogo mais aprofundado, utilizando-me da técnica de entrevista formal ou conversas informais possibilitadas pela observação participante ou “participação observante”, dada a minha proximidade e familiaridade com o campo de investigação. No entanto, apesar de familiar, não é de todo conhecido (VELHO, 2004).

Dito isto, retomo aqui os escritos de Velho (1999) no livro “Projeto e Metamorfose” no qual ele se ocupa com o estudo sobre as sociedades complexas, no caso a brasileira, e busca pensar a questão da mudança individual dentro de um quadro sociocultural específico colocando em evidência o modo como os sujeitos já demonstram estas mudanças em suas próprias construções discursivas. Construções essas relacionadas a sua construção identitária através dos papéis sociais que lhes são atribuídos de modo que:

Nessa dialética os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais”, portanto uma metamorfose de Ovídio, E assim, “embora sofram a ação do destino fica o registro de alguma vontade ou iniciativa dos seres (VELHO, 1999, p. 8).

E, neste sentido, como escreve Velho (2004), é fato que nas sociedades complexas coexistem diferentes estilos de vida e visões de mundo. E, na universidade, entre os bolsistas, técnicos e professores isso não é diferente de modo que para podermos entender essa realidade é preciso que sejamos capazes de compreender as redes de significado que são por eles construídas (GEERTZ⁵, 1978 apud VELHO, 1999, p.17), a partir de diferentes marcadores culturais.

Contudo, também é fato que, por estarem na universidade, esses sujeitos também compartilham uma certa definição comum de realidade e operam/estruturam e se situam no campo a partir de uma mesma “província de significados que compartilham”, como muito bem nos lembra Velho (1999, p. 17) advindo dos estudos de Alfred Schutz. Contudo, apesar de haver um certo entendimento comum e uma trajetória a ser seguida que, de certa forma, inclui o ingresso na universidade, a realização do curso e seu egresso, na prática, é na interação entre os sujeitos que

⁵ GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova York, Basic Books, 1973. Tradução brasileira: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

outros campos de possibilidades se abrem (VELHO, 1999, p. 26-33) de modo que “os indivíduos transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado etc., com passagens quase imperceptíveis, como diz Simmel” mas que, servem como alternativas que são construídas a partir do processo sócio-histórico no qual estão inseridos. Como é o caso de Adão, quando este coloca que:

Eu era filho de mecânico e de dona de casa e não era para ter chego aqui. Quis ser médico por acidente, mas virei cientista social por vocação. Quando entrei na Universidade queria compreender a sociedade e ler umas coisas de esquerda, por isso fui para ciências sociais, trabalhava muito e ganhava bem e, no final dos anos 90 troquei um salário de quase 800 reais por uma bolsa trabalho de 100 reais porque queria ficar mais tempo na universidade. A coisa não foi fácil, mal pagava a passagem e o Restaurante Universitário (RU) e tinha que sair correndo para pegar os livros na biblioteca porque não tinha dinheiro para o xerox. Mas queria ser professor. Meu pai, pouco entendia o que era um cientista social e acho que morreu sem saber o que eu realmente fazia, apenas que escrevia uns textos falando de problemas sociais e de umas teorias que talvez ajudassem a resolver as coisas. Minha mãe, me esperava para jantar, pois sabia que chegava cansado da universidade e se tivesse que fazer comida, iria dormir sem comer - afinal saia de casa as sete, chegava na universidade às nove, trabalhava na bolsa até a uma, almoçava e ia para aula ou estudar na biblioteca, e depois tinha aula das 18 às 22 horas, chegando em casa quase meia noite. Mas, essa vivência da Universidade, de estar lá, de ser bolsista, fez com que eu mudasse meus projetos pessoais que quisesse ser professor - que de fato vim a ser quando coleei grau. Mas, de fato, quando entrei, não era isso que queria... mas, o curso foi me conquistando e eu fui trilhando um outro caminho, explorando outras possibilidades. (Narrativa do aluno Adão, 2018)

Nesse sentido, ao olharmos para esse excerto da fala de Adão, a partir do exposto por Velho (1999), podemos perceber que foi a partir de sua entrada na Universidade que foi aos poucos construindo seu projeto de vida individual, o qual sempre esteve ancorado num jogo de performances, explorações, desempenhos, este pautado em avaliações e definições da realidade que lhe eram possíveis naquele momento de sua vida. Como é o caso também de Eva, quando ela coloca que seu sonho era passar num concurso público e que ela necessitava aproveitar todas as chances, província⁶ de significado essa, compartilhada com seus colegas bolsistas com os quais formou um grupo de estudo para o concurso da UFRGS, vindo a se tornar, mais tarde, minha colega de Universidade. Como podemos ver na reconstrução que faço, a seguir, de sua trajetória:

Eva foi umas das muitas bolsistas que encontrei nas minhas andanças pelo Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Na primeira vez que a vi, com aquele

⁶ Figura de linguagem que remete a ideia de um território compartilhado, de ideal comum.

sorriso meigo e delicado, me perguntando o que desejava, logo me encantei com ela. Se tinha seus um metro e meio de altura, era muito, além do seu quarto de quilo. De início pensei que se tratava de filha de algum servidor que estava brincando de atender, de tão infantil sua voz e fisionomia. Me enganei como em tantas outras vezes, pois assim como Eva, elas entraram na universidade bem jovens e, logo, já se colocaram como bolsistas. Eva, era bolsista de uma das bibliotecas por onde passei, e assim, começamos a nós ver mais seguidamente, e cada vez que eu lá comparecia, estava lá a doce e encantada bolsista, sempre atenta, prestativa e extremamente educada de modo que, aos poucos, começamos a dialogar e a nos conhecer. Eva, estava sempre lendo ou estudando e um dia resolvi perguntar a ela que curso fazia e o que pretendia estando a trabalhar ali na biblioteca. Prontamente, Eva me contou da sua vida, que vinha de Guaíba todos os dias para a Universidade por que desejava ser professora. E, como seu curso era muito difícil, ela precisava estar sempre a estudar, ou melhor a fazer cálculos, pois queria ser Licenciada em Matemática. Por isso, aproveitava o silêncio e oportunidade de estar na biblioteca pra poder rever e fazer suas tarefas escolares e, a bolsa, lhe ajudava muito pois como vinha de longe e atravessava a cidade para ir ao *Campus* do Vale toda a ajuda lhe era importante. E quando precisava estudar para uma prova ou faltar, sua chefe lhe era muito compreensiva, apesar do rigor e disciplina no tratamento com ela. Com o tempo e com as várias conversas que fomos tendo ficamos muito próximas, e com o passar do tempo, passei a lhe encontrar com bastante frequência. Até que um dia, em seu período de férias lhe vi a estudar muito concentrada. Momento em que lhe perguntei o que era tão importante e porque estava a estudar tanto já que era o período de férias da universidade e, ela, continuava a estudar. Foi quando ela me contou que estava se preparando para o concurso da UFRGS, que se passasse ia ser muito bom, pois melhoraria acentuadamente sua situação financeira. E como podia estudar aproveitava todo o tempo que lhe dispunha. Me contou também que ela com os demais bolsistas haviam feito um grupo de estudos e aproveitavam durante seu horário de bolsista para estudarem muito, pois a determinação era entrar num concurso público. E assim, seu desejo se tornou realidade, passou a ser minha colega e, hoje, está quase acabando o curso e segue, determinada a ser uma excelente matemática, pois os números lhe fascinam muito. E quem diria que daquele vai e vem, de livro a livro, de Guaíba para a biblioteca, da biblioteca para as aulas no Vale, do Vale para Guaíba, mais uma bolsista aproveita todas oportunidades para ser cada vez melhor na sua vida. Pois, mesmo com as dificuldades com que tinha tido acesso a universidade não poderia dispensar nenhuma oportunidade. E assim o fez, ano após ano, renovando sua bolsa, ouvindo o que lhe diziam, que deveria estudar já que com muito esforço seus pais haviam lhe dado ensino. Se tornou uma linda mulher, mãe e dedicada ao seu filho. E, em função da maternidade adiou o sonho de ser uma matemática, trocou de curso pra uma universidade à distância para poder curtir seu bebê e ser uma mãe bem presente. (Narrativa da aluna Eva e diário de campo, 2018).

Deste relato se depreende o que Velho (1999) denomina de metamorfose, ou seja, da capacidade de deslocar-se entre diversos mundos ou “províncias de significado”, uma vez que, a partir de um dado campo de possibilidades que se descortinavam a Eva, essa optou por seguir a carreira de técnico administrativo na Universidade, de ser Mãe, deixando de lado - ou postergando - o seu sonho de ser professora de matemática, algo, bastante diverso do que observa-se na trajetória de

Adão, por exemplo⁷. Contudo, quando contrapomos os relatos de Adão e Eva, nos é possível perceber que os indivíduos estão o tempo inteiro em um permanente e constante processo de construção social da realidade de modo que, ao mesmo tempo que, se por um lado, os indivíduos apresentam biografias e trajetórias individuais semelhantes, por outro, eles, compartilham sistemas de valores diferenciados e heterogêneos.

E aqui, novamente, é importante analisar as trajetórias dos bolsistas e o impacto que as bolsas têm na vida desses dois estudantes que se constituem de certa forma como trajetórias exemplares, onde assinalam possíveis coexistências e combinações, mas também que se orientam “para atingir finalidades específicas (SHUTZ⁸, 1979 apud VELHO, 1999, p. 40). Pois, como coloca o mesmo autor mais adiante, é fato que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos” (VELHO, 1999, p. 47).

Processo esse que Velho (1999) explora com mais detalhamento, onde este observa que ver o relato de um grupo e a forma como se conectou, nos leva a perceber e sentir que estamos envolvidos com a Universidade de modo que:

Estou envolvida com o objeto da minha pesquisa que é os alunos, é assim me sinto em conexão com tudo o que tem acontecido (ou tento estar conectada), tento perceber o que é o dia-a-dia sai da aula, vai pro trabalho (onde tem a bolsa), estuda, lê, faz trabalho, corre pra aula, vai pra casa, vai pra vida, volta pra universidade, todo dia, dia após dia, até findar o semestre, mas quando finda o semestre não finda a bolsa, e o valor da bolsa é necessário para aqueles dias das pretensas férias. E assim se vai luta incessante em busca de fazer o diferente, se ser o diferente de ganhar e garantir o seu espaço, o seu lugar na universidade. Sim, depois da graduação, vem o pós, e poderá vir o emprego. E sucessivamente (Diário de Campo, 2018).

E sendo assim, ao mesmo tempo em que estudo o caso dos bolsistas, encontro a mim mesma, a minha trajetória e ao modo como constitui meu projeto de vida, explorei os meus campos de possibilidades e estou agora a defender essa dissertação de Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

⁷ Cabe neste sentido lembrar que as diferenças sinalizadas pelos papéis sociais de gênero, pois ainda que não sejam temas desta dissertação, merecem ser mencionados.

⁸ SCHUTZ, Alfredo. “The problem of social reality”, in *Collected papers*. The Hague, Martius Nijhoff, v.1, 1970-1971; e Fenomenologia e relações sociais, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

3 DA UNIVERSIDADE DE UNS ATÉ UMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Depois deste breve encontro etnográfico entre nós e dado o momento de contextualizarmos a presente pesquisa no âmbito das políticas públicas voltada para a educação superior de modo que possamos compreender os avanços significativos da adesão ao programa REUNI ensejou no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para em seguida, nos ocuparmos daqueles que possuem bolsas ligadas ao Sistema de Bibliotecas, as quais, foram ampliadas com a adesão da Universidade ao referido programa.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE

Antes de qualquer movimento que busque pensar e discutir a universidade no Brasil é preciso compreender o modo como as Instituições de Ensino Superior (IES) se estruturam desde seus primórdios uma vez que, o atual sistema de ensino é herdeiro daqueles que o antecederam. Portanto, este resgate histórico se faz pertinente na medida em que o rumo da educação se configurou através de suas decisões e do modo como as IES foram, ao longo dos anos, se adaptando para atender tanto as demandas da sociedade quanto aquelas oriundas do Estado e suas políticas, bem como o modo como, esta, com o passar dos séculos, foi aos poucos se transformando, se reinventando com vistas a garantir a sua manutenção.

Desta feita, tem-se que desde a sua origem a universidade passou por diversas mudanças e transformações o que implicou em diferentes arranjos e modelos institucionais que irão variar de país para país – e principalmente na América Latina em função do modo como se dava a relação da América Espanhola e Portuguesa com suas respectivas metrópoles.

Se por um lado, as primeiras universidades no mundo surgiram no século XI, por outro, temos que as primeiras universidades latino-americanas surgem praticamente quatro séculos depois, no século XVI, com a criação, através do sistema de ensino espanhol das Universidades no México, Guatemala, Peru, Cuba e Chile. E, em função disso, o que se observa é que logo após a criação destas, começa a se assentar na América Espanhola, o modelo europeu que, posteriormente, passará a concorrer com o modelo americano e, bem mais tarde, com o alemão, como muito bem escreve Bohrer *et al.* ([2009?]).

Em função disso tem-se que as universidades surgem na América Latina com o compromisso de diminuir as desigualdades sociais e com vistas a que, com isso, se formem cidadãos capazes de pensar os problemas da região a partir de uma perspectiva autóctone. Razão pela qual, realiza-se nas páginas a seguir uma breve digressão com vistas a entender o modo como o atual sistema de ensino superior foi, aos poucos, se estruturando até chegar ao modelo de universidade que hoje temos no Brasil.

3.1.1 As universidades latino-americanas e brasileiras

Historicamente, pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro antes da Proclamação da República teve dois períodos bem demarcados. Um que vingou durante o período do Brasil-Colônia (1500-1822) e, outro, que perdurou durante todo o Período Imperial (1822-1889), ambos, bem demarcados no que se refere ao que podemos chamar de um projeto educacional (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008; MENDONÇA, 2005). Um primeiro de cunho jesuíta que prevaleceu desde o século XVI até o século XIX com os jesuítas e seu interesse na educação, uma vez que a corte portuguesa só permitia o ensino superior em sua Universidade de Coimbra ou nas demais universidades europeias.

Já o segundo têm sua gênese no período em que a família real vem para o Brasil. Momento a partir do qual Dom João VI, fundou as primeiras instituições no país a partir de 1808, a saber: a Escola de Cirurgia da Bahia (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA)) e a Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)). Nesse contexto, também foram criados ao longo dos anos outras instituições, como muito bem registra Sampaio (1991), estas, voltadas a esta formação profissional e técnica, as quais, mais tarde, seriam incorporadas ao sistema universitário nascente, a saber: o Instituto Adolfo Lutz e a Escola Politécnica (1893); o Museu Paulista, a Escola de Engenharia Mackenzie e a Academia Brasileira de Letras (1895); a Escola Militar do Rio de Janeiro (1897) atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ; o Instituto Biológico Butantã (1899); o Instituto Soroterápico Federal e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1901); e, a Escola de Comércio Álvares Penteado e a Mackenzie College (1902).

Assim, segundo Cunha (1986), tem-se que as primeiras universidades de fato, somente começam a surgir no fim da Primeira República (1889–1930) a partir da junção das escolas e faculdades independentes como é o caso da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920⁹, da Universidade de Minas Gerais (UMG), em 1927.

3.1.2 As universidades brasileiras e a constituição federal de 1988

Sendo bem pontual pode-se dizer que há quatro modelos de ensino bem demarcados, os quais rondam a universidade desde a sua criação. O primeiro deles é o modelo inglês que se caracteriza pela formação humanista e pela transmissão de conhecimento. O segundo, que têm sua gênese no primeiro, é o modelo norte-americano, onde há a predominância do pragmatismo e da ideia de uma universidade pensada enquanto uma empresa. O terceiro é o modelo alemão, que compreende a universidade como uma comunidade de pesquisadores com liberdade política e acadêmica. E, o quarto é o chamado modelo socialista¹⁰ que possui um forte traço estatal e é oferecida gratuitamente pelo Estado a população.

Sendo assim, pode-se dizer que o modelo brasileiro, dado ao seu desenvolvimento tardio, nada mais é do que uma bricolagem destes modelos. Havendo por um lado, uma prevalência do modelo alemão, inglês e socialista entre as universidades públicas e, por outro, do modelo inglês e americano entre as universidades privadas, filantrópicas, comunitárias e/ou confessionais (SAIBA..., 2017). Mas, o que prevaleceu no Brasil desde a criação das primeiras universidades

⁹ Contudo, é importante lembrar que, por essa época, fora do sistema do governo foram criadas outras universidades que tiveram uma existência, efêmeras como é o caso da Universidade de Manaus (1909-1926), da Universidade de São Paulo (1911-1917) e da Universidade do Paraná (1912-1915). E que, também, apesar de a URJ, não ser a primeira universidade a ser criada, esta, foi a primeira que deu certo e que não teve uma existência efêmera sendo, portanto, considerada como a primeira universidade criada no Brasil por grande parte dos estudos e pesquisadores que ocupam da história das universidades no Brasil.

¹⁰ Este, baseado no modelo francês da universidade napoleônica, ou seja, o modelo napoleônico. Modelo educacional este desenvolvido na França e em países socialistas e que tinha como mote pensar o ensino universitário como um instrumento para formação profissional e política dos cidadãos (CASTANHO, 2002). Neste sentido, como muito bem registra Paula (2002) há acentuadas divergências entre as concepções alemã e francesa de universidade uma vez que, para os alemães, a pesquisa na universidade, e mais do que isto, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação. Ao passo que, no caso dos franceses, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade de modo que, esta, se estrutura a partir de grandes escolas voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível de modo que, este, está voltado para a formação especializada e profissionalizante. Sendo a universidade, desde a época de Napoleão, mantida e dirigida pelo Estado como uma espécie de aparelho ideológico deste, tendo esta, pouca autonomia frente aos poderes políticos – discussão e modelo esse que perpassa a discussão proposta por Panizzi (2017) quando esta se ocupa da questão da “autonomia na universidade” em livro homônimo.

no século XIX foi à educação europeia, esta, perpassada pela educação cristã, pela educação pública oferecida pelo Estado e, também, empresarial, ligada a políticas e interesses desenvolvimentistas de Estado e de Governo. Contudo, esse tipo de educação – o ensino superior – nunca esteve direcionado, até a criação do REUNI, já no século XXI, para o povo, mas sim, esteve voltado para formação das elites brasileiras. Neste sentido, segundo Minogue (1981, p. 17):

Os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante, para cuja educação ele faz sacrifícios, e eles legaram recursos para as universidades com a mesma generosidade aberta com que faziam doações para as imensas catedrais góticas da Europa [...] eles estavam impressionados pelo mistério da sabedoria contida nos livros, visto que para os iletrados cada livro tem o romance do segredo.

Mas, foi somente depois de muitas discussões que, através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), grande parte do povo passou a ter acesso à educação a educação básica e superior a partir de programas e ações voltadas a universalização do primeiro e a expansão do segundo. Surge então com essa aquilo que comumente denomina-se de direitos humanos e civis, os quais, a partir de certos dispositivos legais passam a ser tidos como um direito de todo o cidadão, cabendo ao Estado a sua garantia e observância, pois até então, no Brasil, somente tinha direito a cidadania aqueles que tinham dinheiro e que pertenciam as elites¹¹.

Dentre os principais atores de fora do Estado que ao longo de quase um século buscaram popularizar a universidade, estão as Universidades em si, a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). De parte do Estado, esse movimento se inicia somente com a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), este, instituído pela lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (CUNHA, 1989a).

Desta feita, já mencionado anteriormente, tem-se que com o intuito de fomentar a formação profissional qualificada em determinadas áreas como a engenharia, a medicina e o direito que surgem no Brasil do século XIX, as primeiras universidades.

¹¹ Por isso, as famílias abastadas se focavam em dar educação aos seus filhos. E, os que faziam esforços para tê-la, era por que seus pais haviam lhes dito que “a única coisa que transforma o ninguém em alguém era educação”, sendo esta, como muito bem registra Pastore e Silva (2000) quase a única forma de ascensão social possível as classes menos favorecidas economicamente. É fato, portanto, que as primeiras universidades foram criadas para atender a elite aristocrática através da formação dos primeiros bacharéis em direito e engenheiros, e, depois, os primeiros formandos em Medicina.

Universidades essas que nem sempre foram parte do interesse de muitos educadores ligados ao ensino superior, e sim, de outros entes políticos tanto de esquerda quanto de direita, dependendo do que dominava na época, de negociações das elites dirigentes que se faziam junto aos governantes em cada período da nossa história como muito bem registra Cunha (1989b).

Em sua obra Anísio Teixeira (1989), nos mostra que houve várias tentativas infrutíferas de criação de uma universidade no Brasil entre 1808 e 1882, tentativas essas que totalizaram 24 projetos ao todo. Depois disso, ainda na época do primeiro governo de Vargas, temos a reforma Francisco Campos e a reforma Gustavo Capanema, as quais promoveram um dualismo estrutural da educação¹². Desta feita, tem-se então que as duas reformas têm como força motriz uma tentativa de negar, aos menos favorecidos, o acesso ao ensino superior. Indo mais adiante, importa ainda aqui lembrar que, nesta época, o Estado – se aproveitando o vácuo deixado pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (1946) – passou a praticamente não mais investir na educação superior deixando, assim, a universidade a míngua (CUNHA, 1989a, 1989b).

De uma maneira geral, pode-se dizer que foi no breve período democrático que antecedeu ao Golpe de 1964, mais precisamente, a partir de 1947, que começou a haver certo incentivo à pesquisa¹³. Movimento esse que somente será retomado cerca de 40 anos depois com o processo de abertura e a retomada da questão do Ensino Superior no Brasil como uma política e/ou questão de Estado. Merece destaque também o fato que é nesse período que a gratuidade de fato do ensino superior público se inicia, sobretudo, a partir da expansão do ensino tendo em vista o acesso, com o financiamento, principalmente da União. É também nesse momento que há por parte da sociedade grande pressão por parte do movimento estudantil, e de trabalhadores (professores e funcionários) que buscam repensar a educação superior. Movimento esse que leva a federalização de várias instituições de ensino superior

¹² Respectivamente, na primeira temos a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850/1931. BRASIL, 1931a), o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/1931. BRASIL, 1931b). Em relação à segunda reforma, passamos a ter dois meios de acesso, um para a educação superior e outro para a qualificação profissional. Reforma essa que teve como objetivo primordial negar a classe trabalhadora o acesso ao ensino superior (ROMANELLI, 2001; KUENZER, 1997).

¹³ Contudo, é interessante lembrar que foi ainda na época do Estado Novo (1934-1945) que criou-se a Universidade do Distrito Federal (UDF), de forma inovadora a ser implementada por Anísio Teixeira – mas que teve uma existência efêmera (1935-1939) – com a finalidade de produzir conhecimento de forma autóctone, mais ou menos nos moldes daquilo que mais tarde, a literatura especializada viria a nominar de autonomia universitária.

através da Lei nº 1.254 de 1950 (BRASIL, 1950) que, também, prevê a criação de instituições de ensino superior municipais, estaduais e privadas, colocando em cena, assim, outros atores que, passam a concorrer com o Estado no oferecimento do ensino superior no Brasil, apesar de, este, constitucionalmente, ser de responsabilidade da União (CUNHA, 1989a).

É, portanto, no seio de um Estado de modelo econômico desenvolvimentista, como o de Getúlio Vargas, que surge a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1951), tendo como primeiro dirigente geral o professor Anísio Teixeira (1952-1964). E, também, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo a sua criação aprovada no ano de 1950 pelo Congresso Nacional, com o objetivo de formar pesquisadores, financiar projetos de pesquisa e estimular o intercâmbio científico. Ambas, ligadas a uma proposta de Estado que visava consolidar a pesquisa científica, mas que, inicialmente, deteve-se apenas na questão de criar novas universidades com foco na profissionalização e não na pesquisa para, somente anos mais tarde, a partir dos anos de 1970/1980 se ocupar efetivamente do fomento a pesquisa¹⁴.

Em 1961, é criada a Universidade de Brasília (UnB) com a finalidade de pensar a modernização do ensino de modo que sua criação representou junto ao movimento estudantil e a União Nacional dos Estudantes (UNE), uma forma de combate ao modelo elitista que vigorava até então. Datam deste momento, portanto, as primeiras discussões acerca da autonomia universitária, da participação dos docentes e dos discentes na administração universitária, com a finalidade de garantir a representatividade proporcional, regime integral do corpo docente, ampliação das vagas nas escolas públicas etc. Questões essas, ainda, não muito bem solvidas e consensuais ainda nos dias de hoje (CUNHA, 1989b).

¹⁴ Todavia é digno de nota lembrar que a reforma Universitária ocorrida em meados dos anos de 1950 tinha por base, ainda, o modelo de universidade criado nos anos de 1920, o qual, era herdeiro do processo histórico de formação da Universidade do Rio de Janeiro de modo que, esta, continuou ainda a se pautar num modelo de ensino elitista, compartilhado e catedrático apesar de, o movimento desejado se pautar no modelo americano que deveria priorizar a sua popularização, deselitização e democratização. Movimento esse que terá seu ápice e projeção somente em 1961, com o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador, o qual deu origem a carta da Bahia, que visava promover a democratização da educação em todos os níveis; a abertura da universidade ao povo, por meio da extensão universitária e dos serviços comunitários; e, sua articulação com os órgãos governamentais (MENDONÇA, 2000).

Em 1967 o convênio United States Agency Internacional for Development do Ministério da Educação e Cultura (MEC-USAID) e assinado e traz para o Brasil o modelo americano através de seus consultores e da criação da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES)¹⁵. Movimento esse que irá pensar a universidade como sustentáculo do desenvolvimento de modo que, é função desta fornecer as empresas mão de obra qualificada que permita o avanço da política nacional desenvolvimentista do Regime de Exceção iniciado em 1964 e que perdurará até o ano de 1988, com a promulgação da chamada constituição cidadã.

Em 1968, com base nas diretrizes do MEC-USAID é feita nova reforma no ensino superior, a qual deixou de lado o modelo que Darci Ribeiro trazia de uma universidade ideal dos movimentos estudantis e dos professores, tendo em vista o então governo político-ditatorial. Mas, em contraposição a este fator político de muita repressão, houve também após essa reforma uma expansão no ensino superior, com alto índice de taxa de crescimento dos alunos. Contudo, tal crescimento se deu de modo desigual em todas as suas dimensões sociais, econômicas e culturais na medida em que priorizou sempre os grandes centros em detrimento de outras localidades onde, esta, se fazia mais necessária.

Contudo, somente se observaram novas mudanças nesse modelo de ensino superior no Brasil a partir de 1988, com a chamada Constituição Cidadã e a inclusão nesta de um novo modelo administrativo e departamental que tornava indissociável, a partir do Art 207(BRASIL, 1988), o ensino, pesquisa e extensão.

3.1.3 As universidades brasileiras pós-constituição federal de 1988

Durante o Governo Sarney (1985-1989) foi criado pelo Decreto nº 91.177, a Comissão Nacional com a finalidade de subsidiar uma nova política para a educação superior, gerando um relatório “Por uma nova política para a educação superior brasileira” (BRASIL, 1985). É neste momento este Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), com suas proposições teve um forte

¹⁵ A competência atribuída à EAPES pelo convênio era bastante ampla. Ela não só fazia o cotejo da realidade diagnosticada com “um sistema ideal de ensino superior para o Brasil”, definindo a direção da transformação, de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país, como também, fazia sugestões em termos de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa; de estruturas de organização e provimento dos quadros de pessoal docente, administrativo e de pesquisa; e de outras questões não menos vitais para o ensino superior (CUNHA, 1988, p. 175-176).

movimento de oposição das entidades do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), a UNE, a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e dos reitores, pelo ataque que o governo fez à concepção que gera o conhecimento.

Estudiosos brasileiros do ensino superior apontam que o Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2000¹⁶ apud NEVES; PRONKO, 2008, p. 132-133) ataca frontalmente à universidade pública gratuita, constituída pelo tripé do ensino-pesquisa-extensão e que, o Banco Mundial, se volta para a perspectiva neoliberal apenas recomendando a gratuidade do ensino para as séries iniciais do ensino fundamental de modo que, em suas diretrizes propõe:

- a) um nível básico, para todos os cidadãos;
- b) um nível intermediário, destinado àqueles que realizam estudos especializados, profissionais ou técnicos; e,
- c) um nível intensivo, para os alunos excepcionalmente promissores e com uma orientação claramente intelectual, a fim de dar uma base sólida e suas carreiras ou estudos altamente especializados.

Movimento esse que se intensifica com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o corte de recursos destinados ao Ensino Superior, ou seja, o Banco Mundial, ditando a não gratuidade do ensino e o sucateamento acelerado da universidade neste governo de FHC.

Com o Governo Lula, novas mudanças se sucederam e apesar de ser este um governo de cunho democrático-popular, durante o governo Lula também houve um movimento privatista do ensino superior¹⁷. Mas, apesar disso, houve também a criação do REUNI através do Decreto nº 6.096, de 24/04/2007 (BRASIL, 2007) que instituiu o Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que visava à expansão do ensino público, o qual atrelava-se com o projeto Universidade Nova¹⁸, modelo proposto pela Universidade Federal da Bahia.

¹⁶ BANCO MUNDIAL. *Educación Superior em lós Países em Desarrollo: peligros y promesas*. Washington: BM, 2000.

¹⁷ Através do Decreto nº 4.914, de 11/12/2003 (BRASIL, 2003b) que concede autonomia aos centros universitários e do Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 (BRASIL, 2005) que regulamenta a Educação à distância (EAD) no Brasil. Bem como, também, a partir da Medida Provisória (MP) nº 213, de 10/09/2004 (BRASIL, 2004) que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni) que visava financiar o acesso ao ensino privado no Brasil.

¹⁸ Contudo, não devemos esquecer que no começo de seu governo, em 2003, foi realizado o seminário “Universidade: por que e como reformar?” em conjunto com a Organização das Nações Unidas para

3.2 O REUNI E A BUSCA DE UMA UNIVERSIDADE PARA O POVO

Em sua gênese a palavra democracia é da Grécia Antiga e remete, grosso modo, a ideia de um governo do povo. Sua origem, enquanto sistema de governo foi em primeiro lugar experimentado pelos atenienses – aqueles que viviam em Atenas, na época, uma das cidades da Grécia Antiga. Contudo, apesar da democracia remeter a ideia de um governo do povo (demo = povo e kracia = governo) é fato que, nem todos podiam participar das decisões políticas da pólis, uma vez que mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade. Algo que, em sua origem, tornava essa primeira proposta de democracia num regime que limitava bastante a ideia de cidadão e daqueles que podiam, ou não, atuar na política. Neste sentido, como coloca Oliveira (2014, p. 28-29) podemos dizer que:

[...] Platão é um dos primeiros autores da história do pensamento ocidental a efetuar uma análise rigorosa, sistemática e profunda da politeia democrática, submetendo o que se convencionou chamar de “sistema de governo popular” a uma abordagem filosófica radical e consistente, que, não obstante os mais de dois mil anos que dela nos separam, conserva até hoje seu vigor e sua atualidade. É certo que, via de regra e de um modo geral, essa análise assume contornos nitidamente críticos e polêmicos, visando denunciar, de maneira contundente, aquelas que seriam as possíveis insuficiências políticas e institucionais do referido regime – procedimento que provoca no leitor contemporâneo certo estranhamento e perplexidade, de vez que, em nossos dias, a democracia parece ter se estabelecido como única forma de governo realmente legítima, como um valor político, portanto, inquestionável e inconcusso. Porém, deve-se reconhecer ao mesmo tempo em que, apesar de seu tom profundamente polêmico e não muito amistoso, a reflexão platônica sobre a democracia possui um caráter instigante e sobremaneira provocador, podendo, portanto, como tal, contribuir para que alcancemos uma compreensão mais madura e filosoficamente menos ingênua do

a Educação e a Cultura (UNESCO) e governo federal, e depois de criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sendo composto por nomes conhecidos no meio do ensino superior, pelo Decreto de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003a), o qual, tinha como objetivo estudar e construir um plano objetivando modificações nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2003). A este movimento de pensar o ensino superior, também se atrela a iniciativa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que através de seus reitores apresentaram a proposta de reforma do ensino superior intitulada “Proposta de Expansão e Modernização do sistema Público Federal de Ensino Superior” (ANDIFES, 2003). Propostas essas que se constituem na base do documento intitulado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” publicado como resultado do referido seminário. Todavia, nos anos seguintes outras propostas vão sendo apresentadas ao governo e aos poucos sendo incorporados ao que, mais tarde, torna-se o REUNI, como é o caso por exemplo da proposta de “Reforma Universitária: Proposta da ANDIFES para a Reestruturação da Educação Superior no Brasil” (BRASIL, MEC, 2004a) apresentada pela ANDIFES ao ministro Tarso Genro em 2004; da a proposta “Subsídios para o debate sobre a reforma do ensino superior” (ABC, 2004) apresentada pela Academia Brasileira de Ciências; e, do documento “Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior” (BRASIL, MEC, 2004b) publicado pelo Ministério de Educação (MEC) antes da criação do REUNI.

fenômeno democrático, para além das considerações meramente apologéticas e laudatórias que costumam dominar os discursos convencionais sobre o tema.

Neste sentido, tem-se que para Platão a democracia era compreendida a partir da relação propugnada por Sócrates entre o pensar e o agir, de modo que, o sucesso no agir – ou a chamada excelência (*areté*) da práxis – encontrava-se subordinada a uma dada concepção de mundo e sistema de governo – o que Sócrates denomina de orientação cognitiva, esta, fornecida pelo saber ou pelo conhecimento (*episteme*) – de modo que, toda ação humana, para alcançar sua excelência deve, a priori, ter consciência daquilo que se quer fazer, ou seja, conhecer o bem relativo à ação que se pretende realizar pois, o sucesso na política envolve não só o uso dos dons da retórica, mas, também, o saber e o conhecimento.

Conhecimento que garantirá aquele que governa a *virtù* e a fortuna. Pois, um governante dotado de grande *virtù* como bem quer Maquiavel (2011) conseguirá sempre construir uma estratégia eficaz de governo capaz de superar as dificuldades impostas ao seu governo. Sobretudo, como bem querem os contractualistas clássicos (LOCKE, 1994; ROUSSEAU, 1973), tem-se que o governo deve sempre agir em função do bem comum e com vistas a proteger o homem dele mesmo (HOBBS, 1983).

Desta feita, e tendo em vista proteger o povo, em 1689, na Inglaterra, foi promulgada a chamada Carta de Direitos e sendo a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776 o primeiro documento conhecido a mencionar essa temática, sobretudo, quando o americano Thomas Jefferson (1776, p.1) escreve que:

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário um povo dissolver laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito às leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade [...].

Após, em 1789, na Revolução Francesa, foi a vez de os franceses fazerem algo semelhante de modo que, dentre estes, surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que já se inicia dizendo: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Contudo, somente quase dois séculos depois, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com o objetivo de se manter a paz entre os povos, no ano de 1948, que essa questão ganhará novos contornos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com o seguinte artigo inicial: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Percepção essa que deixa evidente um duplo movimento que por um lado amarra o desenvolvimento da democracia aos direitos do homem e a história e, por outro, a concebe como um processo de modo que, esta, se constitui sempre numa construção inacabada. Por isso, importa aqui pensar a questão dos sistemas políticos democráticos e sua relação com as políticas públicas a partir da noção de campo de Bourdieu (2004¹⁹ apud PEREIRA, 2015, p. 341):

Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional. É conceber o objeto ou fenômeno em constante relação e movimento. O campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas tomadas de posição.

Noção essa que implica como o próprio autor coloca em se conhecer as regras do jogo para se poder jogar o jogo. Mote este, a partir do qual, alguns conceitos tais como a ideia de cidadania concedida, que é dada ao sujeito, sem que ele de fato se sinta um cidadão, devem ser interpretados uma vez que, fora de contexto, o uso de tais construções pode implicar em leituras errôneas e atravessadas da realidade.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

3.2.1 A democracia, os direitos humanos e as políticas públicas

No contrato social de Jean-Jacques Rousseau, em 1762, o termo direito do homem trouxe à tona uma série de debates entre os pensadores, como Denis Diderot, John Locke, Jean-Jacques Burlamaqui, William Blackstone, D'holbach, H. Comte de Mirabeau, Montesquieu, Voltaire, Cesare Beccaria, entre muitos outros, com argumentos a favor e contrários ao aparecimento desta terminologia. Daí vem o que chamamos do Estado do Direito²⁰.

Mas, apesar de todos os esforços civilizatórios a aplicabilidade que de fato estes direitos fossem concedidos aos seres humanos, é outra questão. Pois, homens e mulheres de todas as civilizações, ao longo deste período, continuaram sofrendo severas injustiças, bem como, indignidades e seus direitos de todas às ordens inexistindo. Não sendo uma história passada, nem presente, mas que perpassa até o futuro.

Em função disso tem-se que, nos dias atuais, os direitos humanos e todas as promessas deles derivadas saiam do papel e tomem forma, sendo respeitados e exigidos como preconizam as diversas declarações até aqui arroladas. Contudo, essa é uma discussão contínua e permanente que exige que se determine – e aí reside a grande celeuma a ser solvida – quem tem direito e quem não os tem de modo que, possamos assim – através de políticas públicas específicas – corrigir uma série de erros históricos e irreparáveis que envolvem um debate constante acerca das diferenças e das desigualdades e daqueles que estão excluídos e/ou estão privados da sua condição de cidadão.

Contudo, parece-nos que, em alguns momentos, a humanidade desfrutou de certo sucesso em relação às declarações, em outros parece uma sucessão de fracassos em que, o conquistado, se tem a sensação de desaparecer. Que ao serem constituídos pelos Estados – e vigorarem nas suas Constituições – se tem a sensação que na realidade não constam. E, neste sentido, aqui gostaríamos de nos ocupar de

²⁰ Conforme Silva (2002 apud PIMENTA, 2015, p. 17 “originalmente, o Estado de Direito era uma definição de Estados liberais, cujas características mais marcantes se perfazem na submissão de todos à lei e cuja elaboração era de competência do Legislativo, formado por representantes do povo, na separação de poderes, que dividisse de maneira independente e harmônica o Legislativo, Executivo e Judiciário, garantindo, assim, a imparcialidade e justiça na elaboração e aplicação das normas e na garantia dos direitos humanos e fundamentais. Tais exigências, que remontam à origem dessa forma de Estado. Ainda consiste a base principal do Estado Democrático de Direito, configurando assim, uma grande conquista da civilização liberal” (p.113). SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

um direito específico – a Educação – para, a partir dele, pensarmos o caso do REUNI enquanto uma política pública que, em sua gênese, era tida como uma política pública reparadora que visava garantir aos menos favorecidos o acesso ao ensino superior, mas que, aos poucos, foi ganhando novos contornos e tornando-se, primeiramente uma política de governo e, depois, uma política de Estado.

Pois, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos será somente a partir da educação que conseguiremos avançar com vistas a tornar as atuais democracias em regimes mais inclusivos que, realmente, tomem a ideia de um governo do povo, onde todos são tidos como cidadãos plenos de direitos. E, neste sentido, destaco o seguinte excerto da “Carta das Nações Unidas” (ONU, 1948), quando esta diz:

A assembleia geral proclama esta Declaração Universal dos Direitos Humanos como um ideal comum a ser alcançado por todos os povos e todas as nações, para que todo indivíduo e todo órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, procure, pelo ensinamento e pela educação, promover o respeito a esses direitos e liberdades e, por medidas progressivas de caráter nacional e internacional, assegurar o seu reconhecimento e cumprimento universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros como entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Dito isto, temos que no Brasil, durante o período da Colônia, do Império, da República, Ditadura e Democratização, tivemos muitos episódios no contexto social em desconformidade com o Estado de Direito. Sendo, portanto, somente depois de muitas promulgações de Constituições brasileiras que, com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), avançamos em alguns direitos a sua população de modo que, o acesso à educação tornou-se de vital importância tanto para o Estado quanto para os cidadãos a partir desta²¹. E com isto, a sua consciência e a conquista de seus direitos. Contudo, a fragilidade da linha tênue para que ocorra a violação dos direitos básicos, está sempre por um fio, levando ao processo de desumanização e principalmente a vulnerabilidade social, e com isto a exclusão social.

²¹ Contudo, não devemos esquecer que para Bourdieu (1982) a escola é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes e que, neste contexto, o questionamento de qual conhecimento se quer que a escola reproduza é fundamental de modo que, pensar a questão das políticas públicas envolve também a necessidade de se pensar a escola, a universidade e a educação e, também, aquilo que é trabalhado e explorado nos currículos como sendo importante para a formação dos indivíduos para o convívio em sociedade e de fundamental importância para se pensar que tipo de cidadão estamos formando a partir de nossas instituições de ensino.

3.2.2 Educação e políticas públicas

Numa visão pragmática tem-se que a aplicação dos direitos humanos com um viés econômico perpassa uma discussão de conceitos complexos e mutáveis que dependem das condições econômicas do momento e local em que ocorrem e a partir de que perspectiva se faz sua leitura. Leituras essas que correlacionam o acesso à educação a riqueza econômica e, também, aos direitos humanos como exposto no artigo XXV da DUDH (ONU, 1948), onde lê-se que:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Algo que também aparece amarrado à promoção de uma educação mais inclusiva em seu artigo seguinte, onde lê-se que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Desta feita, tem-se então que, num contexto em que a educação se torna um direito a ser universalizado e gratuito, há que se garantirem governos estáveis que possam disponibilizar tais recursos financeiros. Mas, como os governos não produzem riquezas (com exceção no caso de empresas estatais), os recursos necessários para atingir esta meta devem ter origem na cobrança de impostos. E que, a única maneira de cobrar impostos de empresas sem que estas venham a falir, é permitindo que as mesmas, possam utilizar dos meios de produção de forma produtiva, gerando excedente de riqueza e lucro.

Com isto, precisamos ter em mente que uma educação de qualidade exige grandes investimentos. Pois, podemos criar uma infinidade de teorias e métodos de

ensino que aumentem a qualificação dos alunos, que permitam maior inclusão social, que transformem áreas carentes e marginais em sociedades participativas, mas, sua execução e aplicabilidade exige esforço econômico da sociedade, que somente é possível em um país com uma economia forte (RAUPP²², 2018).

Num sistema capitalista, a produção de riquezas exige a existência de empresas eficientes. A produtividade depende fortemente da implantação de tecnologias que exigem investimentos vultosos. Tais investimentos somente são possíveis em um sistema econômico saudável, onde as empresas possam auferir lucros e investir parte deles na qualificação do parque fabril.

O ser humano, em toda sua história, vem buscando prosperidade, na medida em que desenvolve formas de aumentar a produção de bens, cada vez com menor intervenção humana. Engana-se quem pensa ser a automação um mal que irá diminuir a oferta de empregos. Pelo contrário, um sistema que produz mais riquezas por empregado é mais lucrativo e permite dois fatores fundamentais de aprimoramento humano: a) pagar salários melhores; e, b) auferir lucros que são reinvestidos gerando mais empregos.

Este processo ocorre em economias saudáveis e é o que vem permitindo aumentos constantes na renda *per capita* de muitos países.

Esses aumentos na renda *per capita* por sua vez, tem permitido que diversas políticas reparatórias sejam pensadas e implementadas a partir da utopia que um mundo melhor é possível. Na expectativa de que todos os cidadãos sejam considerados iguais, e que possam usufruir dos mesmos direitos, e que todos tenham acesso à educação de forma igualitária. E suas diferenças sejam diluídas, numa sociedade de iguais direitos a todos.

Contudo, vivemos numa luta permanente para que a desigualdade não seja perene. E o REUNI, neste caso, se insere em um conjunto de políticas tais como as que buscam em longo prazo, reduzirem as distâncias sociais existentes, dar a todos igual condição e acesso a universidade. Pois, como vimos as políticas públicas são compensatórias, mas também, fragmentadas socialmente, que por vezes aumenta a população de excluídos.

Entretanto, é fato como escreve Lechner (1993) que o:

- a) Estado é feito e composto por pessoas de modo que;

²² RAUPP, Waldir. Entrevista concedida à Ângela Fernandes da Silva. Porto Alegre, 20 jul. 2017.

- b) direitos sociais, podem ser concedidos e retirados o que implica em que;
- c) as pessoas se mantenham com interesses nos direitos sociais e estejam sempre na luta para garantir o seu quinhão.

E as discussões sobre o REUNI e sua incidência e eficiência social se inserem neste movimento, como veremos mais adiante em item específico que se ocupa exclusivamente dessa política.

Sales (1994), por sua vez, aprofunda esta discussão através de autores clássicos e nos apresenta a ideia de cidadania concedida que seja construída a partir da ideia de democracia racial proposta por Gilberto Freyre (1973) e da noção de “homem cordial” propugnada por Sérgio Buarque de Holanda (1984) que nada mais são do que o resultado de conciliações, da construção de laços e relações de classe que, grosso modo, evitam e abafam os conflitos sociais existentes, mas que, mantêm sempre as relações de poder existentes. Contudo, como coloca Fedozzi (1999) essa relação entre Estado e cidadania não é assim tão unívoca e tranquila e possui diversos matizes ligados à abordagem neopatrimonialista, abordagem essa criticada por Jessé de Souza (2015), uma vez que, diferentemente de Fedozzi, esse, parte da dimensão subjetiva da política de modo que as políticas públicas assumem, para esse autor, uma dimensão valorativa, de luta social, a qual se pauta no modo como vejo o outro, de como vejo esta minoria periférica e não central.

Em consequência do exposto, tem-se que para Jessé de Souza (2015), as diferenças e desigualdades existentes são produzidas a partir do não reconhecimento desse outro de modo que, a partir de uma relação dicotômica entre nós (que estamos incluídos e somos cidadãos plenos de direitos) e eles (que estão fora do sistema e desfrutam de uma subcidadania), essa desigualdade e diferença são legitimadas.

Dito isto, e considerando a perspectiva apresentada por Jessé de Souza (2015), e agora retomando a ideia de campo de Bourdieu (2012) podemos então dizer que:

- a) os capitais sociais através do capital econômico e cultural são a principal forma de reprodução das desigualdades existentes;
- b) a posição dos campos depende do capital global que ocupam os agentes e a capacidade que estes têm de jogar o jogo;
- c) a reprodução simbólica da desigualdade se dá a partir da legitimação da meritocracia; e,

- d) a violência simbólica é autoinfligida a partir do discurso opressor que o legitima a partir do estabelecimento de relações sociais hierarquizadas e ligadas a diferentes “tipos de cidadania”.

Sendo assim, quando falamos de políticas públicas no Brasil, é preciso ter claro que o que está no cerne da questão é as forças contrárias às mudanças promovidas pelas políticas públicas na medida em que, como é o caso do REUNI, essas alteram a atual relação de classes existentes permitindo as classes subalternas, a partir da aquisição de certo tipo de capital cultural, ascender socialmente.

3.2.3 Do acesso ao ensino superior ao REUNI

Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede pública federal de educação superior. Isso envolveu ações que visaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tinham o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. Por isso, há essa constância do debate das diferenças, das desigualdades, dos excluídos como foi referido anteriormente na carta das Nações Unidas.

Quando nós referimos a estes direitos humanos, sem dúvida, estamos nos referindo aos direitos fundamentais do ser humano, e aumentando o escopo de abrangência de ação para garantia primordial da liberdade e igualdade, na defesa dos direitos civis, sociais e políticos. E, portanto, o acesso à educação é de vital importância, pois é a partir dela que se constitui a instrução dos cidadãos, sua consciência e a conquista de seus direitos, isto, algo, novamente retomado no último encontro da Conferência Regional de Ensino Superior na América Latina e Caribe (CRES), em 2018, através de documento que está propugnado em homenagem ao centenário do Manifesto de Córdoba de 1918²³.

²³ O Manifesto apresentado pelos estudantes argentinos, na Universidade de Córdoba, com a finalidade de lutar por um novo modelo de universidade, comprometida com a sociedade, com a liberdade de cátedra e co-gestionada, e por outros avanços democráticos.

3.2.4 A educação como um direito

Como vimos até aqui, em todos os contextos, a conquista de algum direito sempre esteve relacionada a momentos de conflitos da humanidade e há muitas controvérsias tanto de um lado quanto de outro no que tange a conquista destes direitos. Pois, nesta caminhada, como diz Candau (2010, p. 205), “os principais movimentos sociais, ao mesmo tempo em que denunciam desigualdades, injustiças e discriminações, afirmam a necessidade de maior igualdade e reconhecimento das diversas identidades culturais” de modo que, é preciso, que haja uma ressignificação dos direitos humanos, como bem escreve Boaventura de Souza Santos (2006, p. 441-442) quando coloca que:

[...] enquanto forem concebidos como direitos humanos universais em abstrato, os Direitos Humanos tenderão a operar como um localismo globalizado, e, portanto, como uma forma de cosmopolitismo insurgente, como globalização contra-hegemônica, os direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como interculturais.

É por isso que Souza Santos (2006, p. 462), afirma que “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. E, neste sentido, quanto mais salientamos a existência de “nós” (semelhante ao nosso viver e pensamento) e os “outros” (que se confronta com o nosso pensar e agir) é que reafirmamos as desigualdades, com esta dicotomia. Neste contexto, tem-se então que é através da noção de diversidade que vamos assimilando ou segregando os sujeitos, e os tornando com ou sem direitos no caso à educação. Contudo, para que a questão dos direitos humanos se universalize faz-se necessário que em nossa sociedade partamos do suposto de que,

A educação em direitos humanos está claramente desafiada a superar a dicotomia entre igualdade e diferença e, acreditamos, que isto somente será possível se assumirmos uma perspectiva intercultural o que exige discutir as diferentes concepções do multiculturalismo presente nas sociedades contemporâneas (CANDAU, 2010, p. 216-217).

Pois, é por onde perpassa o multiculturalismo dos excluídos – este derivado da noção de diversidade – que nascem os movimentos sociais. Assim, dependendo deste multiculturalismo, descritivo ou prescritivo se concede a determinada política pública. Se o multiculturalismo, não sofrer transformação, ele acaba sendo interferido por outra

razão vigente, sendo necessário que, para correção de desvios, se aplique a justiça social e se construam políticas reparacionistas (CASTEL, 1995).

Com esta perspectiva da educação enquanto direito humano para reconhecimento do outro devemos desconstruir os estigmas que concebemos em relação aos direitos humanos. E principalmente, conhecer os sujeitos em suas histórias de vida, e assim os vendo em seus grupos sociais. Promovendo o “empoderamento” e corrigindo as intempéries do tempo. É nesse sentido, que nos orientamos a pensar, portanto, a influência do REUNI na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas contemplados pelas bolsas que atuaram/atuam nas Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em função do exposto até aqui acerca da discussão sobre os direitos humanos e o acesso a educação orientaremos daqui para diante a discussão a partir da distinção dialética proposta por Panizzi (2017) e buscamos pensar a noção de inclusão a partir da ideia de exclusão com a qual, esta, se antagoniza. Neste sentido, pensar a ideia de inclusão e exclusão a partir da dialética hegeliana nos permite pensar essas duas categorias como antagônicas e intrinsecamente ligadas entre si, pois, só há exclusão se existem pessoas que não são incluídas no interior de um sistema dado a priori a partir de um critério qualquer que define quem faz ou não parte desse sistema. Da mesma forma que, um indivíduo só será incluído se satisfizer os critérios exigidos para sua inclusão de modo aquele que está “dentro” antagoniza com aquele que está “fora” à margem da sociedade. Dito isto, tem-se então que a ideia de inclusão é, portanto, uma categoria relacional que somente ganha significado quando colocada em relação com a ideia de exclusão.

É neste contexto, portanto, que o advento das políticas públicas da expansão das universidades, que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior se insere. Por isso é que não se fala em inclusão, sem falar em exclusão. E, o REUNI nada mais é que uma resposta a esse fenômeno que através da educação busca incluir, através da educação superior, aqueles que de outra forma estariam fora do sistema. Razão pelo qual, o REUNI se estruturou entre as reformas propostas – e isso era uma pedra de toque fundamental – a expansão e a criação de cursos noturnos, de mais vagas, mas, também houve a preocupação de garantir a permanência daqueles que ingressassem na Universidade através das políticas internas de permanência e redução da evasão nesse nível de ensino.

Com isto, é fato que as universidades federais aderiram a esta nova modalidade de pacto de metas, a fim de promoverem a expansão e democratização do acesso na educação superior, com o propósito de aumento de estudantes e desta forma impactando na formação e produção do conhecimento. Contudo, paralelamente a esse processo de expansão, devemos ter clara a necessidade de pensar a autonomia da universidade a partir da sistematização feita por Panizzi (2017) em seu livro “Autonomia na Universidade”, com o qual buscaremos no decorrer da dissertação cotejar o modo como, de certa forma – e quiçá a força – as universidades se viram obrigadas a aderir ao REUNI e ao modelo proposto por este²⁴.

Sobremaneira, importa aqui destacar a importância de também considerarmos os princípios da Reforma de Córdoba e as discussões que permearam a CRES 2018, a qual culminou na produção de um documento que vem amplamente sendo discutido nos mais diversos fóruns, entre eles, o Grupo de Trabalho (GT) de Ensino Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED-Sul), realizada em Porto Alegre, no final do mês de julho de 2018, onde, em uma das mesas a professora Marilis Morossini, destacou a importância e a necessidade de as universidades discutirem o atual modelo de universidade que temos e passarmos a pensar a educação superior não somente como uma política de governo, mas sim de Estado. Mas sempre, respeitando a autonomia de cada instituição, o modo como essas estão estruturadas e a relação que estas constroem com a comunidade ao seu entorno a partir do secular princípio que justifica a sua existência, qual seja, de sempre aliar ensino, pesquisa e extensão. Uma vez que, os alunos vinculados às bolsas SBUFRGS, objeto deste estudo, deveriam em tese, em sua prática cotidiana, aliar ensino, pesquisa e extensão.

3.3 O REUNI NA UFRGS

No âmbito da UFRGS foi a Pró-Reitoria de Graduação quem trabalhou diretamente com o REUNI, na criação de vagas em cursos já existentes, cursos novos e novas modalidades de curso, ficando a cargo da Pró-Reitoria de Pesquisa

²⁴ Movimento esse que fez com que muitos reitores acabassem por abrir mão de sua autonomia em função de algumas vagas, prédios e incrementos em seu orçamento em curto prazo. Algo que, como veremos no decorrer da dissertação que aqui se desenha, não perdurou por muito tempo sendo apenas tida como uma política de governo e, não, como uma política de Estado.

(PROPESQ) a distribuição das bolsas junto à Biblioteca Central que por sua vez as distribuiu entre o SBUFRGS. E a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) junto às unidades acadêmicas, que distribui as bolsas junto às bibliotecas.

Contudo, dado o extenso número de documentos e relatórios de gestão que muito mais servem a administradores do que aos propósitos da dissertação aqui em tela, optei por reconstruir o modo como se deu a implementação do REUNI na UFRGS a partir do depoimento dado a mim, por Denise Dornelles²⁵, em entrevista realizada em 05/12/2018, o qual, de certa forma, situa de forma quase alegórica o modo como se deu esse processo no interior da Universidade. A qual divido, em diversos pontos com vistas a se construir certa cronologia que envolve a própria trajetória da referida servidora e o modo como essas mudanças com as quais nos ocupamos até aqui forem sendo implementadas e construídas na UFRGS. Vejamos:

a) dos antecedentes:

Creio que preciso iniciar bem antes do REUNI. Eu era servidora do MEC e, quando da extinção da Delegacia do MEC, ficamos todos em disponibilidade, até que a Reitora pediu nossa redistribuição para a Universidade. Gradualmente, os servidores da Delegacia Regional do MEC (DEMEC) foram sendo lotados, menos os que, como eu, trabalhava na supervisão do ensino superior. O MEC, à época, pensou em manter estes servidores, mas acabou liberando-os. Assim, fui uma das últimas a ser lotada e, para surpresa minha, tinha um espaço destinado por uma situação anterior. Eu havia participado de um debate na TV, representando a DEMEC, com um representante da Associação de Docentes da UFRGS (ADUFRGS) e o Pró-Reitor de Pós-Graduação (à época). Este Pró-Reitor estava na PROGRAD, quando de minha lotação e me requisitou – era o prof. Hennemann. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

b) da minha chegada a UFRGS:

Ele criou uma assessoria onde me deu liberdade para aproveitar boa parte de minha experiência, e direcionando as necessidades da UFRGS. O foco dele era a criação de cursos novos, tinha até uma lista. Gradativamente, fui estruturando minhas atribuições, tanto na assessoria a projetos de cursos novos, como de reformas curriculares e aspectos de legislação de ensino que

²⁵ Servidora técnica-administrativa aposentada da UFRGS, que na época acompanhou desde o início o processo de execução do REUNI na UFRGS, principal informante deste processo, pois como o seu cargo de técnico em assuntos educacionais, esta previsto coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assim como assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. E desta forma planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos.

estava em rápido processo de reformulação. Consegui uma relação extraordinária com a Direção do DECORDI, à época com a Profa. Maria Teodoro, que foi quase uma fada madrinha, cobrava muito de mim, em termos de legislação, mas, a cada cobrança, dava uma aula magna de UFRGS – eu mergulhei fundo em necessidades, em história, em projeções possíveis, graças a ela. Este período foi essencial para tudo o que veio a acontecer no período do REUNI. Graças a ela também, me dei conta de que alguns cursos precisavam passar pelo processo de reconhecimento e que a maioria das pessoas envolvidas com o mesmo não fazia a mínima ideia de como isto ocorria – mas, eu tinha uma experiência no MEC como avaliadora para efeitos de reconhecimento e redirecionei esta experiência para uma atividade de “dentro para fora”, para assessorar as coordenações junto aos avaliadores do MEC. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

c) ensaiando para o REUNI: sobre a dança das cadeiras e o papel da PROGRAD nesse processo:

Segui na assessoria da PROGRAD com dificuldades, depois que o prof. Hennemann saiu da Pró-Reitoria (primeiro ele foi vice da prof^a. Wrana, depois, foi Reitor); Em 2007, eu estava sendo submetida a uma pressão insuportável em relação a questões de avaliação de cursos que, naquele momento, passavam a renovação periódica de reconhecimento, o que demandava um trabalho imenso. Havia uma Secretaria de Avaliação, com estrutura, servidores, bolsistas – mas o trabalho maior era colocado como minha responsabilidade, embora eu trabalhasse sozinha, sem qualquer remuneração a maior, e estivesse envolvida em diversos projetos considerados vitais para a Universidade (como a reforma curricular da Medicina, que levou 4 anos, que remeteu a um processo posterior envolvendo toda a área da saúde). Tive agravado um problema de saúde e uma recomendação de aposentadoria por invalidez – negocieei com o médico reduzir minhas atividades profissionais e pessoais para tentar adiar a aposentadoria. E, neste momento, pedi ao Prof. Alex, então Pró-Reitor na PROGRAD, para sair, mirando uma lotação na Medicina, onde poderia seguir com atividades em curso, mas de maneira concentrada e sem a pressão que sofria. Ele levou cerca de dez dias para me dar uma resposta. Como eu chegava por volta de 7h no trabalho, e ele também, nossos despachos sempre ocorriam neste horário, mais calmo, sem interrupções. Então, um dia, no meio da tensão, ele se fechou comigo na minha sala e me propôs sair de todas as demandas que não eram minhas, mas estavam sendo colocadas para mim, se eu assumisse o REUNI, prometeu, inclusive, que, finalmente, eu teria uma gratificação para a responsabilidade que estava assumindo – deixou bem claro que era um pedido especial do prof. Hennemann (então Reitor). [Pedido esse que] Eu não poderia recusar, era tudo o que sempre desejei fazer, um projeto para a Universidade, como uma vantagem acessória, a devida compensação financeira – e atender um pedido do prof. Hennemann era essencial. Ele, a prof^a Wrana e a prof^a Maria Teodoro tinham me permitido reescrever minha história profissional. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

d) o REUNI na UFRGS:

O REUNI era um projeto de reestruturação da graduação, com efeitos irradiantes, nos mais diferentes setores da Universidade. Não era, ao contrário do que muitos pensam, um simples processo de expansão – era um projeto para futuro, para um funcionamento diferenciado, integrado,

modernizado. No plano legal, já havia a pressão pela implantação das diretrizes curriculares, o que motivava muitos cursos a um processo de reformulação curricular bastante profundo. A promessa de aporte de recursos financeiros, de aporte de recursos humanos, de mudança na matriz financeira da universidade trazia um certo otimismo – em outras oportunidades, o MEC tentou promover expansões, sem nenhuma contrapartida e todos tinham isto na memória.

O primeiro passo foi estruturar o plano geral e, em seguida, estruturá-lo para o preenchimento do formulário do MEC; algumas ideias precisaram ser adaptadas, houve necessidade de expandir alguns temas, de forma a atender as exigências; o formulário era bastante extenso e detalhado; a equipe de trabalho acabou bastante ampliada, envolvendo diversas pró-reitorias, secretarias e unidades, mas centralizada na PROGRAD (Prof. Alex era o pró-reitor).

Muitas das ações que foram incluídas no projeto já vinham em curso, de forma mais ou menos aprofundada, especialmente frente a limitações financeiras – então receberam uma ampliação e, o que era exigência do projeto, integração com o conjunto de ações concentradas no período previsto de execução. Assim, por exemplo, já existiam ações focadas em evitar a repetência em disciplinas tipicamente represadoras, como cálculo – o REUNI não possibilitou sua criação, possibilitou uma melhor estruturação e a inclusão de outras atividades formativas, com foco em melhorar as condições de progressão do aluno dentro do curso, o que trouxe benefícios ao estudante e, também, um melhor aproveitamento da vaga por ele ocupada. Também projetos de criação de cursos já existiam, alguns mais desenvolvidos, outros extremamente travados na questão de contratação docente – naquele momento, foi possível acelerar estes projetos e torná-los realidade. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

e) o projeto em si: o que envolvia a adesão da UFRGS ao REUNI:

Itens do projeto:

- a) Cursos novos, reunimos os projetos existentes e apoiamos iniciativas que surgiram em função do projeto – cada projeto de curso estabelecia suas demandas, especialmente em termos de recursos humanos (docentes e técnicos);
- b) Ampliação de vagas em cursos existentes, seguindo a mesma política para cursos novos (alguns aumentos de vagas foram significativos);
- c) Reestruturação curricular, que já se encontrava em curso foi acelerada, tendo em vista as contrapartidas possíveis no projeto, especialmente corpo docente, espaço físico e equipamentos e biblioteca;
- d) Democratização do acesso, através de política de cotas e ampliação da assistência estudantil, conjugado com ações de reforço de conhecimentos básicos, que não se destinavam exclusivamente a cotistas, mas se relacionavam também com melhorar a progressão do aluno no projeto pedagógico do curso;
- e) Cursos de pós-graduação, integração entre cursos que trabalhava com a ideia de que a atuação por área de conhecimento seria proveitosa para alunos e cursos, além de consagrar mais fortemente a noção de universidade como um espaço integrador do conhecimento – tem forte intenção em otimização de recursos humanos e materiais – a UFRGS já tinha uma experiência de sucesso, com longa trajetória, que era a Coordenação das Licenciaturas, discutindo a formação do perfil docente da educação básica que a Universidade pretendia formar – no REUNI, abriu-se espaço para mais duas Coordenadorias, a da Saúde, implantada e com sucesso, integrando o perfil formador do profissional de saúde, e a de Engenharia que, apesar de

aparentemente fácil e óbvia, encontrou muitos entraves de “donos” de determinados espaços que não admitiam interlocução;

f) Expansão física, expansão de corpo docente, tanto para suprir demandas de novas turmas em cursos novos e cursos em expansão, quanto para atender demandas de novos perfis (os concursos eram vinculados a vagas departamentais calculadas de forma complexa) que atenderiam tanto necessidades geradas pelas alterações curriculares, como aquelas geradas por cursos novos – exemplifico com o curso de Fisioterapia, que precisava de docentes de ponta a ponta do curso, ou o de Serviço Social, no momento em que a Universidade tinha apenas um profissional na área; havia a previsão também de incremento de pessoal técnico-administrativo, que, com o tempo, moldaria uma matriz para reposição do quadro funcional – aí houve uma opção por aumentar o número de servidores no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, de nível superior, com formação na área de educação, que poderia ser capacitado para atendimento de demandas deste novo modelo de universidade que se estava construindo;

g) Um redesenho para modernização da área de informática, tanto no CPD quando na disponibilização de equipamentos nas diferentes unidades e na gestão; havia também a previsão de montagem de um departamento, chefiado por mim, que, finalmente, teria mais servidores e uma gratificação. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

Deste modo, o projeto assim formatado precisava ser aprovado no Conselho Universitário (CONSUN), o que ocorreu:

No prédio da Reitoria cercado – de um lado, acampados contrários ao REUNI, do outro lado, os que apoiavam o projeto. Eu e o professor Alex entramos no prédio antes das 7h da manhã, sem problemas, mas os conselheiros passaram algum aperto. O projeto foi aprovado e encaminhado ao MEC que também aprovou, nos colocando na etapa de execução. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

Mas, como havia colocado a referida servidora, tem-se que muitas ações já estavam em curso de modo que, estas, apenas ganharam mais um espaço com as contrapartidas garantidas no projeto de modo que, o primeiro ano de execução pode ser bem acelerado.

Desta feita e com a aprovação pelo MEC, foi instalada uma Comissão de implantação envolvendo diversos setores da Universidade, inicialmente comandada pela Pró-Reitora de Graduação, passando depois à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN); além destas duas Pró-Reitorias, participaram do processo a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) e a Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA), mas também o Centro de Processamento de Dados (CPD) e a Secretária de Assuntos Estudantis (SAE). Neste sentido, Denise ainda coloca que:

Não tenho, de memória, a evolução do REUNI, como um todo, mas conseguimos realizar a maior parte da criação de cursos, as reformas curriculares e ampliação de vagas. Aliás, os projetos atinentes à PROGRAD

tiveram bom resultado. O CPD capitaneou um trabalho de modernização tecnológica de maneira fantástica e econômica. A SAE também realizou boa parte do que lhe coube, assim como a PROPG. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

Contudo, houve sérios problemas com as obras:

Estranhamente, os recursos para as mesmas estavam disponibilizados antes mesmo do início de execução do REUNI – acompanhei, já aposentada, a coleção de problemas havidos com o prédio novo de salas de aula no centro. Ouvi muito discurso do prof. Tamagna que os “pedagógicos” eram bons de discurso, mas ruins de ação – a realidade evidenciou o oposto. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

No que se refere a aplicação dos recursos temos que a PROPLAN capitaneou a execução de recursos financeiros para equipamentos diversos com agilidade e economia – todas as universidades estavam adquirindo praticamente o mesmo tipo de materiais e se utilizaram muito de pregão eletrônico. Pois, “a Pró-Reitora era linha dura e conseguiu agilizar muita coisa”.

No âmbito da gestão de pessoas a PROGESP criou alguns problemas, começando por questionar o perfil de nível superior colocado no projeto de técnico-administrativos, seguindo por efetivar uma distribuição de pessoal inadequada às demandas geradas pelas reformulações. Em termos de cursos novos e reformas curriculares, Denise coloca que:

Creio que obtivemos grandes avanços e vitórias. Acompanho, mesmo de longe, a posição que a UFRGS ocupa no cenário nacional e isto reafirma minha sensação que o REUNI não foi um projeto “maquiado”, pelo menos na nossa Universidade, foi efetivamente um projeto de expansão, de transformação e de modernização. Se a UFRGS se manteve afastada de experiências que ainda hoje são problemáticas, como o Bacharelado de dois anos, ousou e muito no curso hoje denominado de Saúde Coletiva; os resultados de reconhecimento dos cursos novos provaram que não eram meras experiências, mas projetos maduros para implantação. Experiências inovadoras geraram uma vontade de inovar que possibilitou outras abordagens – refiro, como exemplo, não sei se ainda existe, o Projeto de Recuperação por Estudos Intensivos, voltado a alunos de Cálculo (a disciplina que mais reprova) reprovados por insuficiência de desempenho (os que evadiam não se beneficiavam) que recebiam uma carga horária pesada numa recuperação concentrada, eram submetidos a uma enorme quantidade de exercícios (através de monitores, bolsistas, portanto) e, após uma prova com o mesmo nível de dificuldade, poderiam ter sua nota alterada e prosseguir estudos eliminando aquela reprovação – até onde acompanhei as avaliações dos alunos, o que mais era comentado era que haviam aprendido a estudar, independente do resultado da prova (avaliavam o projeto antes de realizar a prova); estava previsto um sistema de acompanhamento dos participantes do projeto, mas não sei se aconteceu. Creio que a UFRGS saiu do REUNI com uma face bastante alterada, não só maior, mas renovada,

criativa, com um corpo docente e funcional olhando para o futuro e um corpo discente bem mais diversificado. (Narrativa da Denise Dornelles, 2018)

Contudo, a mesma não acompanhou o final do REUNI, em 2011, de modo que, o presente estudo se ocupa um pouco de historicizar esse processo e também avaliar seu impacto, mesmo que pontual, entre o público discente contemplado com as bolsas criadas pelo REUNI. Mas como o pressuposto da Gestão de 2004 a 2008 tinha como compromisso com a Universidade:

- a) a qualificação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- b) ampliação da oferta de vagas e de novas formas de acesso, preservada a qualidade acadêmica; e,
- c) qualificação do ambiente acadêmico e fortalecimento da assistência ao estudante.

Tem-se que no plano de ação e atividades da gestão, a qual estava a cargo a implementação do REUNI, estava a ampliação da oferta de vagas e de novas formas de acesso, preservada a qualidade acadêmica de modo que, no âmbito da Reitoria sempre houve apoio a criação de novos cursos de graduação, se buscou oportunizar a discussão sobre a implementação de ações afirmativas, bem como, ampliar vagas discentes na pós-graduação e fortalecimento da assistência ao estudante, propiciando condições para o bom desempenho acadêmico do estudante através dos restaurantes universitários e da concessão de bolsas aos mesmos.

Especificamente no que se refere aos estudantes de baixa renda, buscou-se através do apoio às casas de estudante implementar uma política que contemple a diversidade das expressões artístico-culturais contemporâneas por meio da ampliação dos espaços democráticos da instituição de forma ética e transparente, ancorada no diálogo permanente.

No que se refere a oferta de vagas e a criação de novas formas de acesso, preservada a qualidade acadêmica, através do plano de metas, buscou-se apoiar a criação de novos cursos de graduação, avaliar as áreas estratégicas para a criação de novos cursos de graduação, incluindo a prospecção das intenções de criação nas Unidades Acadêmicas, expandir os cursos noturnos, as licenciaturas e os programas de educação à distancia, criar cursos de graduação à distância, sobretudo, com ênfase nas licenciaturas.

E, neste sentido, é importante destacar que as ações propostas em todas as dimensões do REUNI estão relacionadas às metas acadêmicas e de desenvolvimento

do Plano de Gestão 2004-2008 de modo que, todas suas metas têm ações que foram articuladas e amplificadas com as múltiplas dimensões do Programa REUNI. Sendo assim, o projeto REUNI da UFRGS, algo que foi incorporado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição.

Disto resultou que no relatório do REUNI/UFRGS²⁶ de março 2012 (UFRGS, 2012), após os 5 anos, fosse feita a prestação de contas das atividades acordadas no programa, a partir do qual constatamos que a partir do REUNI houve um aumento de vagas de ingresso, especialmente em:

- a) período noturno, totalizando-se 485 novas vagas;
- b) em nova modalidade de formação, totalizando-se 70 novas vagas; e,
- c) a partir ampliação de vagas em cursos existentes, totalizando-se 578 novas vagas.

Contudo, a proposta inicial teve que ser readequada em diversos momentos, tendo em vista as adaptações necessárias e recorrências da ampliação das vagas, relacionadas a questão de espaço físico.

O referido relatório também mostrou que:

- a) se investiu na redução das taxas de evasão através de ações diretas de orientação aos graduandos do desenvolvimento de estudos para aproveitamento de vagas que estavam ociosas, ampliando-se diversas modalidades de ingresso como: aluno convênio, dupla diplomação, ingresso de diplomado, transferência interna (aluno convênio), transferência voluntária, transferência voluntária (aluno convênio) e transferência compulsória;
- b) houve uma reestruturação acadêmico-curricular aproveitando o REUNI, para acelerar este mecanismo da revisão da estrutura acadêmica da graduação, otimizando os esforços na integração de áreas e estruturação de coordenadorias;
- c) houve investimento crescente nos ambientes virtuais de aprendizagem, na melhoria e crescimento dos laboratórios;
- d) houve na pós-graduação um aumento das bolsas no REUNI, com inovações pedagógicas e com influência na pesquisa; e que,

²⁶ Relatório institucional para a prestação de contas do Reitor Carlos Alexandre Netto.

e) o compromisso Social da Instituição firmado na adesão ao REUNI, garantiu a criação de políticas de inclusão e programas de assistência estudantil que impactaram fortemente na relação da Universidade com a Sociedade.

4 DA ETNOGRAFIA

Passada a qualificação e após uma conversa produtiva com meus professores/avaliadores Margarete Fagundes Nunes, Gabriel Grabowski e Wrana Maria Panizzi, chegou o dia de iniciar a minha pesquisa de campo. Momento esse que parecia nunca chegar. Um momento tão mágico e que faz com que realmente entendamos o porquê estamos a fazer o Mestrado, e mais, que o tema que escolhemos faz sentido na prática e vai além da teoria que até este momento havíamos nós dedicado através da leitura atenta de estudos realizados por outros colegas.

4.1 A PRIMEIRA IDA A CAMPO

Neste item trataremos do nosso vai e vem pelos *campi* da Universidade, da etnografia e do modo como nas diferentes bibliotecas e seus diferentes alunos fomos recebidos.

4.1.1 O *Campus* do Vale

Estava nervosa, era o primeiro dia e num universo de cinco *campi*, escolher por qual começar era como se desafiar a realizar uma roleta russa com 5 balas tendo só um dos tambores vazio. Sendo assim, optei por iniciar minha pesquisa por aquele que – pelo acesso e distância me parece ser o mais complexo e dificultoso – o *Campus* do Vale da UFRGS.

Nesses trinta e poucos anos que estou na Universidade, estive poucas vezes no *Campus* do Vale, mas tenho colegas técnico-administrativos que trabalham lá e sei das dificuldades que relatam em relação ao isolamento e deslocamento, mas o que tinha até então, eram relatos. Contudo, com o início da pesquisa passei a ter a experiência do quanto esse *campus* é longe e que para nos acharmos por lá, precisamos muito mais do que um Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Não sei quantos prédios, departamentos e laboratórios há no *Campus* do Vale, mas a impressão que tenho é que beiram uma centena. E a imagem que logo me vem na cabeça é de um pequeno vilarejo com suas vielas e ruas próprias, não mapeadas, que só aqueles que lá habitam conhecem e sabem se deslocar com rapidez e

agilidade. O *Campus* do Vale, ao que parece para aqueles que vêm de fora, se impõe como um mundo a parte que exige de nós, antes mesmo de adentrarmos a ele, logo após descer do ônibus, enfrentar uma possante escada logo abaixo de um pórtico de concreto – entrada principal – e que, como a esfinge que nos desafia a decifrá-la, este, nos diz silenciosamente: enfrenta-me ou desista!

Contudo, não tinha a opção de desistir, era preciso enfrentá-la. E, com isso me pus a subir a possante escada de modo que, à medida que avançava nos degraus, o *campus* se abria para mim, mas as bibliotecas ainda estavam escondidas a espera de serem descobertas e chegando ao topo da escada, soube então que teria ainda um longo percurso e que deveria me perder pelos corredores, pelas pequenas vias, pelos interstícios entre os prédios para que pudesse de algum modo, me deparar com o meu objeto de pesquisa. Pois sabia que eles não viriam até a mim, era preciso que eu adentrasse em seu território, chegassem as bibliotecas, e por entre as prateleiras de livros e atrás dos balcões de atendimento, os procurasse.

Mas ao terminar estas escadas um novo desafio se impôs, qual seja, um vasto *campus* de modo que era preciso que eu otimizasse o tempo e a distância uma vez que, claramente podia perceber que esse *campus* se dividia em dois lados: a direita a parte de cima onde situavam-se os institutos mais ligados a tecnologia e a ciências biológicas; a esquerda, a parte de baixo, onde situavam-se os institutos e departamentos ligados as licenciaturas e a pesquisa básica ligada aos campos de conhecimento mais clássicos da ciência e outros a estes correlatos.

Precisava fazer uma escolha e começar por algum lugar, então, decidi iniciar pelos institutos, como os defini anteriormente, os que estavam a minha direita e que, situavam-se na parte de cima do *campus* e/ou em direção a esta. Era o momento de iniciar minha peregrinação pelas bibliotecas de modo que me fosse possível passar em cada uma delas.

Mas como era a semana do Salão da UFRGS, no primeiro prédio das salas de aula do Instituto de Letras, por coincidência, encontrei os bibliotecários do *Campus* Litoral, que estavam vindos de Tramandaí apresentar um trabalho no Salão da UFRGS. Sem pestanejar, sentei e conversei com eles acerca dos dados que precisava para minha pesquisa de mestrado. Fato este que me pouparia uma visita ao *Campus* Avançado da UFRGS no Litoral Norte.

E, prontamente, os mesmos se colocaram à disposição e com muita alegria falaram de sua biblioteca e que devido ao fato de terem um bom número de servidores

lá alocados, não contavam com nenhum bolsista. Não menos importante é o fato de que esta biblioteca é, talvez, a única que surgiu diretamente com a expansão da UFRGS para o Litoral Norte através da implementação do REUNI. Contudo, apesar de parecer paradoxal, esta não conta com as bolsas criadas pelo REUNI e não possui alunos a ela vinculados.

Aproveitando a oportunidade, inquiri meus colegas acerca da outra biblioteca existente no Litoral Norte, no Ceclimar em Imbé, mas como a deles, aquela também não contava com bolsistas. Quis também saber qual era o trabalho que eles iriam apresentar – e fui assisti-los, gesto esse com o qual busquei prestigiar aos colegas que estão muito longe do nosso dia-a-dia, diria até que isolados da grande cidade, da UFRGS.

E, para minha surpresa, a apresentação foi deveras interessante, pois os mesmos tiveram que, para se defender da visita do MEC para avaliação dos cursos, criar um mecanismo próprio do plano de ensino dos docentes, para terem a bibliografia básica na biblioteca. Um modelo muito interessante que deveria ser aplicado em todas as bibliotecas, mas que pelo seu afastamento acabam usando apenas na sua biblioteca. Após a apresentação do trabalho, me despedi dos colegas, agradei sua atenção e me pus a caminho da Biblioteca do Instituto de Biociências, que fica no ponto mais extremo do *Campus* do Vale e bem longe de onde me localizava e, com isto precisava caminhar, caminhar e caminhar muito, até chegar a famosa escadaria de 80 degraus, rumo a parte norte do *Campus* do Vale.

Custei a localizar a Biblioteca do Instituto de Biociências, mas com sorriso largo fui recebida, e desta forma expliquei o que estava fazendo e porque estava a visitar as bibliotecas em busca dos dados para a minha pesquisa de Mestrado. E, fui atendida de modo que, os colegas da referida biblioteca de pronto me passaram todos os dados que precisava. Contudo, já nesta primeira inserção me deparei numa questão sobre a qual não havia ponderado, qual seja, de que os colegas da biblioteca queriam conversar mais sobre a conjuntura política do país, e mais, queriam me mostrar às condições da biblioteca que ocupa vários espaços do Instituto e que isto dificulta o desenvolvimento e a operacionalização das atividades da mesma. E, dada a insistência da colega em me mostrar tudo, fui com ela visitar as obras onde vai ser a futura biblioteca. Mas, pasmem, vai continuar em lugar indevido, uma vez que, segundo seu relato, essa terá canos de gás passando ao longo da mesma.

Cenário esse semelhante ao que contam hoje, pois nos outros espaços onde estão nas estantes milhares de periódicos únicos, existem capelas de laboratório, bem como canos de água e de gás, e um colega trabalhando com aquele cheiro sufocante de papel muito velho, sem ar ou sistema de ventilação adequado para renovar o ar. É claro que o laboratório de conservação da biblioteca central não concedeu um laudo aprovando esta biblioteca, porque como em tantas outras bibliotecas é certo que um dia destes um desastre vai acontecer e que, com isto, se perderão muitas obras preciosas – além de exemplares originais e únicos de estudos e pesquisas – e o conhecimento acumulado de muitos anos, como vimos recentemente acontecer com o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Dali, saí em direção a Biblioteca do Instituto de Informática e, para minha surpresa, nesta também fui recebida de braços abertos por colegas mais antigos da Universidade que não via há algum tempo, mas que tínhamos estado juntos em movimentos paredistas muito importantes em que buscávamos defender a nossa Universidade pública, gratuita e de qualidade. Confesso que me comovi com o carinho depositado em mim, principalmente por ter passado recentemente por uma eleição da CIS, onde julgo que o voto é o reconhecimento e mais do que isto é por onde passamos pela verdadeira avaliação de desempenho do que fizemos nos últimos mandatos representando a categoria da qual pertencemos dos técnico-administrativos. Conversamos, trocamos umas ideias e com êxito também consegui os dados relacionados aos bolsistas.

Então, já começando a fazer o caminho inverso, comecei a descer a escadaria, em direção a Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a qual, abrange também o Instituto de Letras. E, neste momento tive mais uma constatação inusitada da pesquisa, qual seja, do quão é difícil pedir informação de onde estão localizadas as bibliotecas e que, para encontrá-las, é realmente preciso ter a coragem de desbravar o desconhecido.

Nesta biblioteca foi mais difícil obter acesso às informações que buscava, pois na Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades, havia um balcão onde passávamos por uma triagem que, ao que parece, visa dificultar o acesso a administração da biblioteca. Mas como sou bastante persistente – e já imaginando que algo do tipo podia acontecer, trouxe um livro para ler na bolsa – o qual, foi meu fiel companheiro de assento nos cerca de cinquenta minutos que fiquei aguardando até ser atendida.

As instalações dessa biblioteca são novas, mas o prédio em que está instalada beira os quarenta anos. Além disto, há quase dois anos atrás, foi inundada devido a um vazamento de água no segundo pavimento – onde se situam os gabinetes de pesquisa dos professores – que quase destruiu todo o acervo desta biblioteca. E, apesar da demora em ser atendida, fiquei feliz de estar ali e ver que quase nada de seu acervo se perdeu dado que, em função de minha formação em arquivologia e no lido, trato e conserto de documentos, ajudei anonimamente como outros colegas o fizeram a recuperar os livros e periódicos que haviam sido atingidos. Contudo, soube também que ainda havia muitos livros que estavam em processo de restauração.

Mais que uma simples visita com fins de pesquisa, essa visita a Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades, também evocou em mim certo conteúdo emocional vinculado ao cuidado e ao trabalho anônimo de dezenas de pessoas que dia após dia, se ocupavam de salvar os livros, de secá-los, de restaurá-los. Nestes dias que estive lá a pesquisar, vi os bolsistas desta biblioteca fazerem atendimento no interno, limpando livros, secando-os, separando-os, verificando as estantes uma a uma, livro a livro, os que havia sido atingidos e que precisavam ser processados, restaurados. Todos muito comprometidos com o seu trabalho e com o resguardo do acervo desta biblioteca.

Mas, de pronto, em meio as minhas reminiscências, logo fui interrompida por um dos bolsistas que me informava que o bibliotecário chefe havia chegado e que logo seria atendida. Ao passar para sua sala, informei-o acerca da minha pesquisa de Mestrado e das informações que necessitava. De pronto este me informou que por ser uma biblioteca que comporta dois institutos, o volume de bolsistas também é bem maior que o observado em outras bibliotecas, como anteriormente mencionei, prestativamente, recebi as informações que necessitava.

Também, dado o vaguear de minhas lembranças ao longo de quase uma hora que estive a aguardá-lo, aproveitei para conhecer as novas instalações da biblioteca e, também, para cumprimentar vários colegas que fazia tempo que não os via. E, assim, depois do formalismo inicial, logo fui acolhida e apresentada aos bolsistas que estavam naquele momento trabalhando na biblioteca de modo que – combinei de voltar outro dia, se necessário, para tomar um café e conversar mais um pouco sobre a minha pesquisa de Mestrado.

Em seguida, parti em direção a Biblioteca do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos, que ainda se encontra no lado norte – modo como eu havia,

arbitrariamente, dividido o *Campus* do Vale, a última ou a primeira, mas isto é o que menos importa. É tudo uma questão de perspectiva.

Por ser uma pequena biblioteca, nesta, tudo é mais acolhedor e menos informal nas aparências, e com isto mais fácil de chegar e pedir os dados que tanto preciso para continuar minha pesquisa de Mestrado. Já na entrada, conheci os bolsistas, que muito simpáticos me deram um “oizinho” e, mais uma vez, me chamou a atenção do quanto eles ficam nos computadores ou lendo um livro – pois já havia observado isso, nas outras bibliotecas, de modo que, resolvi dada sua recorrência destacar isso no meu diário de campo. Algo que, paradoxalmente, serve a dois propósitos. O primeiro que faz com que eles busquem aproveitar o silêncio ensurdecedor das bibliotecas para estudar; o segundo, de tornar suas atividades junto a bibliotecas mais atrativas e menos massacrantes de modo que, ao se ocuparem de outras coisas, segundo alguns relatos, isto faz com que o tempo passe mais rápido.

Saindo do lado norte, me posiciono para o lado das bibliotecas do sul e, também, neste caso adoto a estratégia de iniciar pelo ponto mais setentrional de modo que, vou até o final do *campus*, para começar vindo uma a uma, e, novamente, me deparo com a dificuldade de encontrar as bibliotecas. Ao aproximar-me de uma colega técnico-administrativa, sou inquirida sobre minha visita ao *Campus* do Vale. Explico a ela minha pesquisa e que estou a visitar todas as bibliotecas com vistas a levantar alguns dados para minha pesquisa de Mestrado e ela, de pronto, se dispõe a ir comigo e a ajudar a conseguir os dados que tanto necessito para dar andamento a minha árdua tarefa de coletar esses dados iniciais.

Guiada por ela, chego a Biblioteca do Instituto de Geociências. A bibliotecária que está naquele momento tem pouco conhecimento com relação aos dados específicos dos bolsistas, mas pede ajuda aos próprios bolsistas com vistas a levantar os dados que eu necessitava naquele momento. E, novamente, uma constatação deve ser feita: o cheiro que algumas bibliotecas têm é nauseante. Aqueles que estão lá, diariamente, parecem estar acostumados, mas eu, que vim de fora e estava a adentrar o lado não visível, notei que esse cheiro de mofo, de papéis antigos e mal conservados, começava a me incomodar e, de certa forma, até o ser tido como insalubre. Faz algum tempo que já estou longe dos arquivos que trabalhava, e este cheiro me traz a memória do que já tinha esquecido, que me sufocava e me acentuava a asma, mas que era costumeiro, fazendo parte daqueles dias no arquivo da PROGESP e do Instituto de Artes.

Enquanto conversava com os bolsistas a fim de obter as informações que não tinha, a bibliotecária começa a me mostrar uma série de fotos lindíssimas de plantas de superfície e me conta que ela pretende fazer uma acervo de fotografias, com estas fotos, muitas delas raras, de uma época em que os drones não existiam, e que certamente vinham dos satélites monitorados pelo Exército. As fotos que me mostrava, dizia ela, eram da cidade de Torres, onde temos os rios que a cercam, sem nada ao redor, algo, inusitado e interessante que não esperamos encontrar numa biblioteca. Mais uma vez me despeço de todos e dos bolsistas e afirmando que em breve volto pra aplicar a minha pesquisa formalmente, mas, que por enquanto, estava apenas fazendo uma primeira aproximação com o campo.

Com mais uma biblioteca visitada, me dirijo a Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística, já de cara é uma farra só, isto mesmo uma farra de alegria, de afeto, do bom encontro entre os colegas e bolsistas. Colegas novos, também nos são apresentados e nossa rede desta forma só vai aumentando. Nesta biblioteca, assim como na anterior, não existe uma sistematização dos dados que preciso e os próprios bolsistas procuram ajudar a coletar os dados, e assim, mais uma vez, consigo as informações que buscava.

E aqui, destaco mais um apontamento digno de nota e comum ao lado sul do *Campus* do Vale, qual seja, de que apesar da pouca sistematização de dados existentes, todos querem ajudar e os bolsistas, que muitas vezes estão naquele ambiente que aparentemente é tão formal e como disse tão silencioso e com ar pesado, estão contentes exercendo suas horas de bolsa-trabalho.

Feita essa pequena anotação no diário de campo, agora me dirijo a Biblioteca do Instituto de Física e a bolsista já me recebe com aquele sorriso e a colega bibliotecária que estava agachada numa estante a procurar um livro, dá um salto e vem em minha direção para me receber. E, como nas outras bibliotecas, logo começa o *tour* e ela me leva pra conhecer as outras colegas que recentemente assumiram e, assim, dado o fato que os mais antigos que ali trabalhavam estão aposentados, se põe a dialogar com todos e começa a coletar os dados que precisava.

Por último, neste lado que denominei de sul, está a Biblioteca do Instituto de Química, onde, da mesma forma que nas outras três e dada a ausência de dados sistematizados, entre um bate papo e outro, os dados são coletados. O diferencial nesta biblioteca em relação às outras é o fato de que existe bolsista de extensão e com outro tipo de atividade. Mas que, ao que parece, não há nenhum tratamento

diferenciado a esse e nem é visível, pelo que percebi a existência de uma relação assimétrica entre este e os outros bolsistas que lá atuam.

A noite cai e deixo para coletar os dados das demais bibliotecas para o outro dia, dado que, essas estão no entorno do *campus* e tem funcionamento vespertino como é o caso das bibliotecas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, da Faculdade de Veterinária e da Faculdade de Agronomia. E embora a biblioteca do Colégio de Aplicação funcione no turno da noite também, vou aproveitar para fazê-la junto com as demais citadas. Mas nestas, como nas outras, os relatos e o modo como se dá o levantamento de dados é recorrente e acaba por seguir a mesma dinâmica observada nas bibliotecas da metade sul do *Campus* do Vale.

4.1.2 O *Campus* Centro

No *Campus* Centro a pesquisa se desenvolveu de modo um pouco diferente daquele observado no *Campus* do Vale, sobretudo, por duas razões:

- a) pelo fato de que no *Campus* Centro eu domino a localização das bibliotecas; e,
- b) aqui, as bibliotecas estão concentradas em uma área geográfica e infinitamente menor do que aquelas que estão no *Campus* do Vale de modo que, o trânsito entre elas é bem mais fácil.

Por telefone consegui os dados do Instituto de Artes, onde nunca me senti tão ridícula, parecendo falar com um robô que me dizia que as informações se encontram no site da biblioteca, mas enfim, consegui os mesmos. Bem diferente foi o contato com os colegas da Biblioteca da Escola de Administração, os quais foram muito receptivos e atentos, buscando me ajudar. Embora fosse importante esse contato face a face, muitas vezes isso não foi possível em razão destas bibliotecas estarem mais distantes, sendo assim necessário entrar em contato com elas por telefone.

Na visita a Faculdade de Arquitetura, a bibliotecária pediu ajuda aos bolsistas, que não mediram esforços em me ajudar a coletar os dados. Esta parceria com os bolsistas considero de extrema utilidade, porque eles fazem parte da construção da minha dissertação e, sem saberem, neste momento, estão ajudando na construção e no mapeamento dos dados sobre eles, os quais, em momento posterior serão entrevistados com vistas à realização de minha pesquisa, da qual é o objeto de estudo.

De fato, a rede de coleguismo que existe entre eles é incrível e me faz crer que são mais do que colegas bolsistas; que estão em sintonia; que estão nos grupos de redes sociais e que são camaradas um com o outro a ponto de ajudarem a outra pessoa que apenas pediu os dados para sua pesquisa.

Na Biblioteca da Faculdade de Economia, esta configuração de amizade entre os bolsistas foi mais visível ainda, pois faltaram alguns dados e prontamente os bolsistas me disseram para esperar e que já iriam colocar num grupo da rede social deles, para coletar todos os dados que precisava e assim o fizeram. Senti que fiquei muito próxima a eles, muito empolgada em querer começar o mais breve possível a pesquisa junto deles. Grosso modo, posso dizer que essas visitas me deram um forte impulso e me mostraram o quão importante é a pesquisa que estou a realizar, uma vez que pouco ou nenhum dado sistematizado há sobre eles.

Junto a Faculdade de Direito temos duas bibliotecas, a primeira que visitei foi a Biblioteca da ONU, e foi interagindo diretamente com o bolsista e sua chefia que os dados foram coletados. Contudo, esta biblioteca parece ser muito formal, mas é incrível o seu ambiente para estudo – tudo muito aconchegante. A outra biblioteca é a Biblioteca da Faculdade de Direito, bem mais formal, e distante de todas as que visitei, mas com a ajuda dos colegas que ali trabalhavam consegui obter os dados que precisava. Na Biblioteca da Escola de Engenharia, já foi mais difícil e estes ficaram de levantar e enviar os dados mais tarde para meu e-mail. Algo semelhante ao observado em relação à Biblioteca Central, onde somente me foram disponibilizados os relatórios públicos que havia.

4.1.3 O *Campus* da Saúde e o *Campus* Olímpico

No que se refere ao *Campus* Olímpico e ao *Campus* da Saúde, os dados relativos as suas bibliotecas foram coletados por telefone, uma vez que os servidores das bibliotecas foram extremamente receptivos com relação a pesquisa. Neste sentido, importa apontar aqui que os dados que foram coletados por telefone se referem as bibliotecas da Escola de Educação Física, da Fisioterapia e Dança, da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Farmácia.

4.2 DA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Nestes dias que tenho andado de biblioteca em biblioteca, de bolsista a bolsista com vistas a realização da segunda etapa de minha pesquisa de Mestrado os percalços encontrados são outros, não mais geográficos, mas sim temporais, uma vez que, em geral, os bolsistas estão distribuídos nos três turnos em que as bibliotecas estão abertas e para que possa entrevistá-los se faz necessária mais de uma ida a cada biblioteca de modo que, esta fase do campo, se estendeu por cerca de 40 dias.

As situações que se apresentam em cada biblioteca são diversas. São muitos bolsistas, são centenas de rostos, dezenas de balcões de atendimento, há bolsistas que falam mais, outros que falam menos. Em comum, a vontade de serem ouvidos, a curiosidade pela pesquisa e por ver o resultado, bem como o modo como abrem sua trajetória de vida, seus sonhos e porque estão ali e como chegaram a Universidade.

É fato que cada biblioteca tem o seu perfil, bem como a sua equipe. Em comum observa-se que os bolsistas que estão ali para fazerem a diferença, que estão ali para aprenderem, que estão ávidos de sede do conhecimento e agradecidos por estarem atuando como parceiros em cada uma das bibliotecas. Percebe-se também haver, entre eles e os técnico-administrativos que nelas atuam, certa cumplicidade e respeito de modo que, por mais de uma vez, enquanto aguardava alguém para realizar a entrevista, observei-os a compartilhar momentos fraternais com colegas, bem como momentos de bate-papo e de escuta, ora entre bolsistas, ora entre colegas técnicos e bolsistas.

E, foi nas entrevistas que pude ouvi-los individualmente de modo que, descobri o quão eles tinham a contar, a falar do seu dia a dia, das suas percepções, do modo como percebem a atividade que desenvolvem e a Universidade. Mas o que mais me deixou chocada é que, aquela bolsa, aquele pequeno valor, faz uma diferença imensa nas suas vidas, pois como veremos mais adiante, muitos do que ali estão, vivem exclusivamente com os ganhos obtidos junto a referida bolsa.

Mas essa convivência quase diária com eles por cerca de quarenta dias me mostrou outras coisas que me passaram despercebidas na minha primeira ida a campo dentre as quais destaco principalmente:

- a) o medo e a desconfiança que muitos demonstram em função do ambiente e da competição que o ambiente acadêmico promove entre os discentes;

- b) a disponibilidade e a capacidade de colaboração que, entre eles, há, quando colocados em posição de igualdade;
- c) que há muitos autoritarismos e relações assimétricas entre as chefias e os bolsistas;
- d) que, em geral, eles gostam do que fazem pois a bolsa lhes permite estudar, ao mesmo tempo em que conhecem outros colegas e atendem o público; e,
- e) que a maioria deles moram longe e que perdem muito tempo no seu trajeto até a Universidade e a biblioteca.

4.3 DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para realização da entrevista optei por utilizar um roteiro de questões previamente estruturado que continha um bom conjunto de questões que buscavam ao mesmo tempo que traçar um perfil demográfico da população estudada, captar suas percepções de modo que, ao mesmo tempo que dava margem para expressarem posicionamentos e percepções, os instigava a posicionar-se e a avaliar sua posição, o modo como percebem a Universidade e a atividade que desenvolvem, bem como a refletir sobre a sua trajetória e aquilo que buscam e esperam da instituição que os abriga e da bolsa que possuem junto a biblioteca de modo que, as questões apresentadas foram assim agrupadas:

- 1) Questões demográficas:
 - a) Idade;
 - b) Sexo;
 - c) Curso;
 - d) Semestre em que se encontra;
 - e) Ano de Ingresso na Universidade;
 - f) Desde quando é bolsista;
 - g) Tipo de Bolsa;
 - h) Cidade e Estado onde nasceu;
 - i) Tipo de Ingresso na Universidade; e,
 - j) Renda individual
- 2) Questões relativas à trajetória familiar e sua reprodução:
 - a) escolaridade de seus pais;

- b) profissão/ocupação deles; e,
 - c) renda Familiar.
- 3) Questões relativas à sua permanência na Universidade:
- a) se a bolsa que possui é importante para composição de sua renda;
 - b) se a bolsa possui carga horária adequada e não atrapalha seus estudos;
 - c) se o horário da bolsa é flexível e lhe permite participar de atividades acadêmicas fora do seu horário de aulas; e,
 - d) se a bolsa que possui é importante para a manutenção de sua estadia na universidade.
- 4) Questões relativas à sua inserção profissional:
- a) se a bolsa que possui está ligada a biblioteca do seu curso;
 - b) se depois que começou a trabalhar na biblioteca, passou a dedicar mais horas a leitura de textos de sua área de formação; e,
 - c) se as atividades da sua bolsa que lhe permitem interagir com outros colegas de seu curso, estreitando laços acadêmicos e de amizade.
- 5) Questões relativas à sua formação profissional:
- a) se depois que começou a trabalhar na biblioteca, passou a dedicar mais horas a leitura de textos de sua área de formação;
 - b) se depois que começou a trabalhar na biblioteca, começou a se dedicar a outras leituras que não se relacionavam a sua área de formação;
 - c) se a bolsa que possui, no seu caso, é apenas um trabalho e não tem nada a ver com a sua formação acadêmica;
 - d) se ele considera que a bolsa que possui é um importante elemento ligado a sua formação profissional;
 - e) se depois que iniciou as atividades da bolsa que possui, passou a repensar a sua formação acadêmica e a sua trajetória profissional;
 - f) se as atividades da bolsa que possui lhe permitem interagir com outros colegas de seu curso, estreitando laços acadêmicos e de amizade;
 - g) se a bolsa que possui é instigante e lhe permite explorar outros campos do conhecimento ligados a sua área de formação; e,
 - h) se, no que se refere as suas atividades como bolsista, pode dizer que os conhecimentos e a atividade que desenvolve são bastante úteis para sua formação profissional.

- 6) Questões relacionadas ao eruditismo, mudança de habitus de classe, mudança de projeto/trajetória de vida:
- a) se depois que começou a trabalhar na biblioteca começou a se dedicar a outras leituras que não se relacionam a sua área de formação;
 - b) se Depois que iniciou as atividades da bolsa que possui, passou a repensar a sua formação acadêmica e a sua trajetória profissional; e,
 - c) se as atividades da bolsa que possui lhe permitiram interagir com outros colegas de seu curso, estreitando laços acadêmicos e de amizade.

4.4 DOS RASTROS DEIXADOS EM SUAS NARRATIVAS

A busca, ou melhor, o encontro em que me vejo a conhecer as narrativas e como se sucedem é algo que perpassa por um conhecimento e tanto, cada autor a conceitua em frente de sua área do conhecimento é claro, por ter a orientação de uma antropóloga, a minha abrangência vai por este alinhamento.

Os relatos vão se configurando em percepções distintas, de como vai se dando estas técnicas investigativas e caminhos a se percorrer, é o quanto este fazer é importante. E assim, como nas palavras na apresentação no livro *Narrar o Biográfico* é dito “Há um tempo de investigação, um tempo de maturação, um tempo de narração, um tempo de leitura e um tempo felizmente longo de absorção do material. Um tempo de reinvenção” (SILVA, 2015, p. 8). Por isso, estar atento a esta coleta de informações a quem se quer relatar se fazem necessárias, como as ações, palavras, pensamentos, lugares que estou a me movimentar. Existem dois mundos entre o entrevistador e entrevistado, numa mesma trajetória, num determinado contexto, onde se capta estes fragmentos, entre o eu e o outro. Contudo, ainda que não se constitua efetivamente como narrativa biográfica, pois isso exigiria um tempo maior de “escuta”, tempo este que foi negociado, que exigiu rupturas do diálogo por exigências de atendimento ao trabalho tem-se que, suas falas são ainda narrativas em que, de qualquer modo, o entrevistado narra-se a si mesmo a fim de apontar os meandros da sua trajetória educacional.

Quando falamos dos rastros deixados em suas narrativas, estamos a nos referir a esse encontro entre a pesquisadora e os indivíduos que constituem o objeto desta pesquisa, qual seja, os alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Refiro-me também aos relatos e no modo como a partir destes e das narrativas de suas

trajetórias vamos aos poucos construindo certas percepções de modo que, aos poucos, iremos desvelando a realidade dessa população específica. E, nesse sentido, me utilizo aqui das narrativas por esses sujeitos construídas e os relatos que deles advém como técnica investigativa e de coleta de dados que envolvem a construção de um roteiro pré-estruturado de questões, como vimos no item anterior, e de certo caminho a percorrer no decorrer da sua realização que envolve muito mais a escuta do que o diálogo, que envolve muito mais o ouvir do que o falar, ou seja, a construção de uma relação “íntima”, de cumplicidade, entre a pesquisadora e os demais sujeitos da pesquisa.

Por isso, estar atento a esta coleta de informações, a quem se está a relatar, as suas ações, as suas palavras, aos seus pensamentos, aos lugares por onde estou a me movimentar, se faz necessário. Pois a entrevista neste sentido se constitui numa ponte que coloca em diálogo esses relatos e narrativas que, em função de suas trajetórias e projetos se encontram num determinado contexto, onde, fragmentos são aqui e acolá deixados. Fragmentos esses que se constituem enquanto um caminho de migalhas de pão que - como na fábula infantil - guiam o pesquisador pelos labirintos da memória dos sujeitos da pesquisa. São esses rastros que estão na e para além da entrevista, que conferem a esse encontro valor peculiar. São pequenos farelos de pão que estão pelo chão espalhados, quase imperceptíveis, subliminares, mas que devem ser registrados e incorporados ao relato através do uso de um diário, pois, fazendo um trocadilho com Bourdieu (1996), se o riso dos bispos é dissimulado, seu objetivo não o é. Motivo esse pelo qual optei por utilizar o diário em observações em relação ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS e aos bolsistas a estes ligados.

E, neste sentido, ao pensar o narrar biográfico apud Bourdieu²⁷ (1996, p. 183 apud HOHLFELDT, 2015, p. 66), nos lembra de que “a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico” de modo que, como muito bem aponta Silva (2009, p. 152²⁸ apud HOHLFELDT, 2015, p. 67) tem-se que “o biografismo se constitui de práticas narrativas que envolvem desde a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual, que passam por

²⁷ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, 1996. O autor que se refere a ano diferente da obra.

²⁸ SILVA, Wilton Carlos Lima da. Biografias: Construção e reconstrução da memória. In; dourados: Fronteiras, v.11, ed. 20, jul.-dez. 2009, p. 151-166.

diversos enfoques e metodologias que, culminam no desvelamento das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos)” dos sujeitos entrevistados.

Sobremaneira, podemos dizer a partir de Bruck (2009, p. 15 e Ss.²⁹ apud HOHLFELDT, 2015, p. 68) que o uso daquilo que denominamos de relato biográfico se constitui num processo de reconstrução da existência do sujeito em si, de sua relação com o espaço, com mundo, com o tempo, ou seja, em narrativas dos sujeitos que narram a si mesmos, que narram suas trajetórias e vivências. E, assim sendo, como muito bem nos ensina Pena (2004, p. 11³⁰ apud HOHLFELDT, 2015, p. 69) têm-se que “toda biografia se nos apresenta como um gesto poderoso de sedução da memória”, um gesto que não é solitário e individual, mas que envolve de imediato um “processo de introspecção e rememoração de fatos significativos do passado” de modo que, como escreve Hohlfeldt (2015, p. 77) tem-se que “em síntese, se a biografia é, antes de tudo, uma narrativa” de modo que “o biógrafo deve saber exatamente onde começar e onde parar: por ele mesmo, pelo biografado e pelo leitor que buscará aquela obra”, motivo pelo qual, a estruturação de um roteiro de questões como o que apresentamos anteriormente se mostra como fundamental para a realização das entrevistas e a coleta dos dados relativos as trajetórias de vida e projetos dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS.

4. 5 ANÁLISE DE DADOS

Desta forma partimos aos alunos bolsistas, que são os sujeitos da dissertação proferida.

4.5.1 Contextualização da pesquisa

Neste item, tenho como objetivo explorar os dados tanto quantitativos como qualitativos relativos aos alunos bolsistas ligados ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Desta forma, inicio esse tópico trazendo dados demográficos mais gerais da população e, em seguida, passo para a análise dos dados coletados por mim, os quais se constituem em uma amostra parcial da população total que abarca exatos 92 casos

²⁹ BRUCK, Mozahir Salomão. Biografias e literatura: entre a ilusão biográfica e a crença na reposição do real. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

³⁰ PENA, Felipe. Teoria da biografia sem fim. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

de um total de 150 alunos que constituem o universo censitário da mesma. Número esse que corresponde a exatos 61,33% da população total, como mostra o Gráfico 1.

Importa destacar ainda que essa escuta dos entrevistados, em cada biblioteca, se deu de forma distinta e que foi unânime o acolhimento entre os bolsistas, os quais se dispuseram a responder de modo que apenas um dos bolsistas se negou a responder justificando serem muito pessoais tanto as perguntas quanto o questionário. Todavia, como já havia ido as bibliotecas para buscar os dados que precisava, já tinha de certa forma me familiarizado com alguns bolsistas, e com eles estabelecido uma relação de confiança.

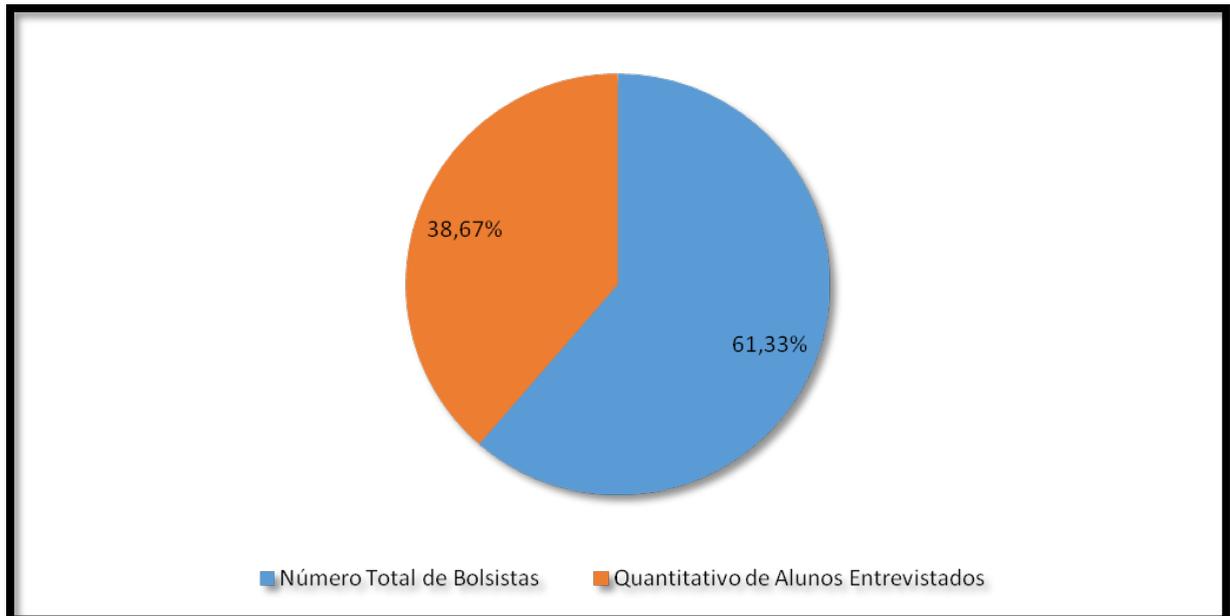
Pedia licença primeiramente para a chefia e depois era apresentada ao bolsista, quando explicava que estava fazendo mestrado e que minha pesquisa era acerca dos bolsistas das bibliotecas da UFRGS, com isto ia de certa forma quebrando o gelo, e determinando uma relação de igual para igual, ou seja, que também estava ralando como estudante e precisando pesquisar um universo bem amplo em relação a espaço físico e tal, considerando as dificuldades de encontrar todos os bolsistas que almejava entrevistar.

Enquanto ia estabelecendo este vínculo, eles me faziam perguntas que eu ia, aos poucos, respondendo até que solicitava a eles se podiam me responder ao questionário de minha pesquisa, assinando primeiramente o termo. Ao verem que era bem fácil a aplicação, quase sempre pediam para responder sem eu perguntar, e somente se dirigiam a mim em caso de alguma dúvida ou se queriam conversar a respeito do que era perguntado. Diria que quase 100% das aplicações do instrumento se deram de forma harmoniosa, e com perspectivas de uma boa relação que foi pactuada.

E agora, passado este período das entrevistas, estava a trabalhar no vestibular 2019 da UFRGS, onde, encontrei muito deles e, realmente, me senti agraciada por terem me cumprimentado e perguntado como estava o andamento da pesquisa. A cada um que entrevistei, perguntava se era oportuno aquele momento, ou se deveria ser em outra ocasião, mas sempre fui bem acolhida por eles. Com vistas a ter uma maior liberdade e acolhida eles, sempre começavam o diálogo com alguma banalidade e, depois, me contavam suas particularidades, propunham algumas discussões relativas ao cotidiano político, aos seus e aos meus interesses sobre a universidade etc.

E, foi assim que, aos poucos, no trânsito entre uma e outra biblioteca, fui registrando minhas observações no meu diário de campo, e desta forma o caminho se faz caminhando. Poucos foram os bolsistas que se mostraram tímidos, uns se mostraram dispersos e desatentos, outros apressados, mas a maioria queria mais conversar do que responder e, era preciso que, diante de cada um, eu adotasse uma estratégia diferente, pois todos tinham uma história a contar e apenas precisavam ser instados a o fazer.

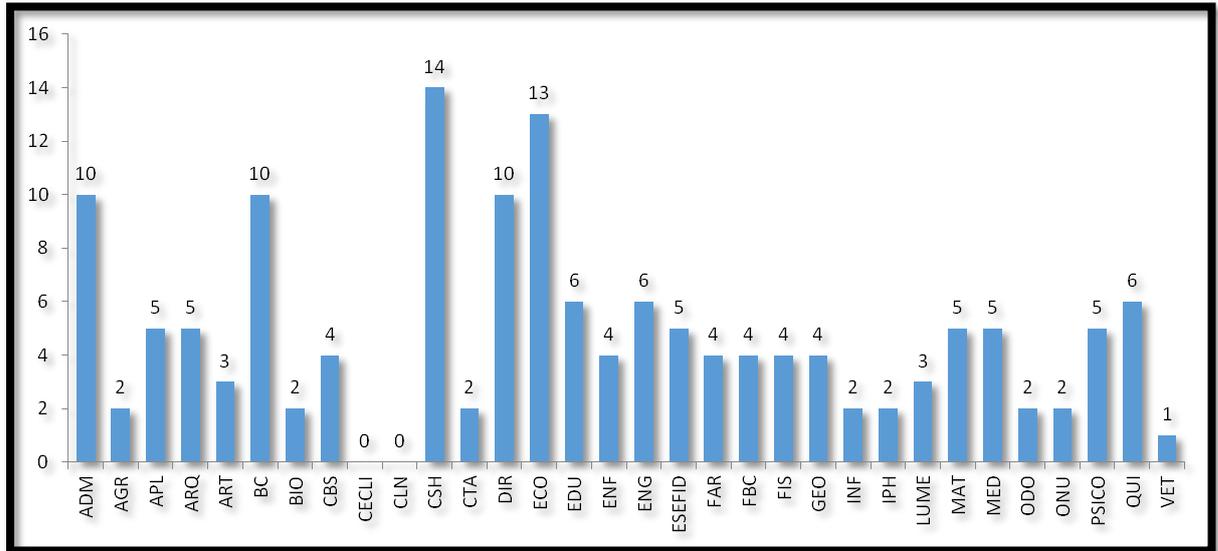
Gráfico 1 - Relação entre a população total e o número de entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

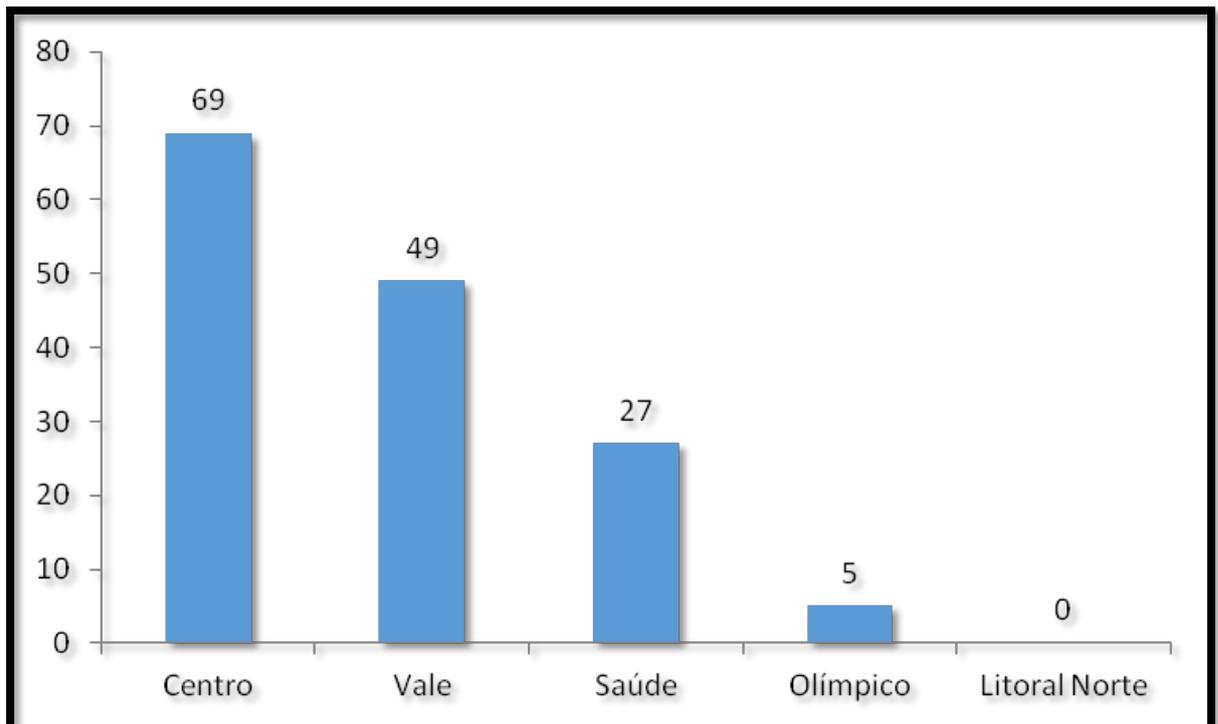
Contudo, esses 150 bolsistas não estão igualmente distribuídos entre as diferentes bibliotecas e *campi*, pois, a primeira vista os dados mostram não haver critério nesta distribuição, como mostram os Gráficos 2 e 3. Hipótese essa revogada a partir da pesquisa de campo e da visita que fizemos as bibliotecas como já escrevemos anteriormente, uma vez que, na ocasião, ao conversamos com as chefias das referidas bibliotecas fomos informados que o número de bolsas está muito mais vinculado aos projetos e necessidades de cada biblioteca e ao modo como essa coloca em evidência suas demandas do que relacionado ao número de cursos e alunos atendidos pelas mesmas.

Gráfico 2 - Distribuição e quantitativo da população total de bolsistas por biblioteca



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

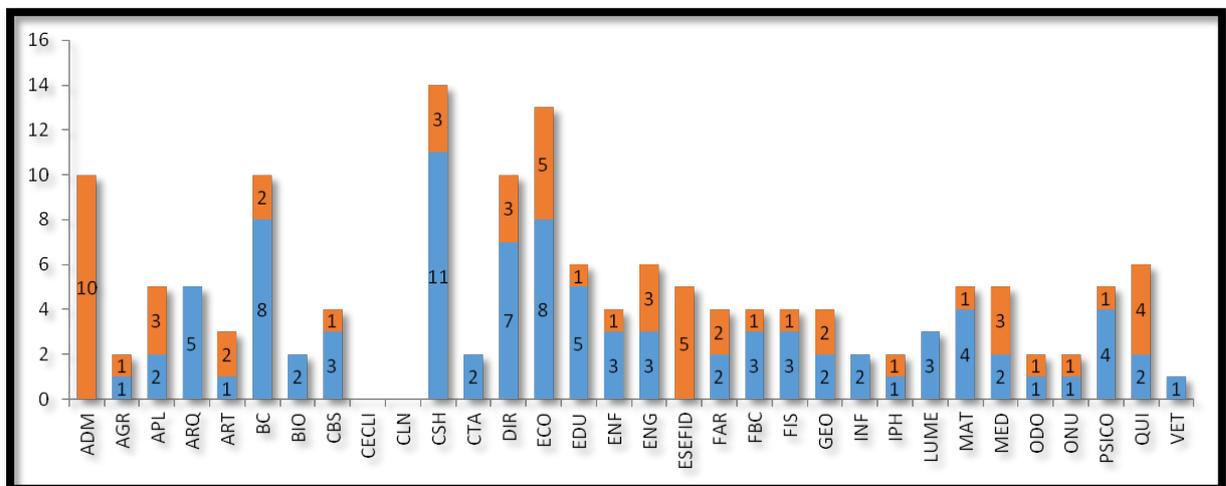
Gráfico 3 - Distribuição e quantitativo da população total de bolsistas por campi



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Indo mais a fundo nos dados e começando a correlacionar os dados obtidos junto à universidade com aqueles coletados por mim é possível perceber que praticamente todas as bibliotecas foram contempladas tendo entre os entrevistados pelo menos um caso contemplado a exceção da Biblioteca da Administração e da Biblioteca da Educação Física, Fisioterapia e Dança. Ainda nesta direção, importa destacar que se procurou no decorrer de cada coleta de dados obterem-se o maior número de entrevistas possíveis, contudo, devido aos horários e a disponibilidade dos bolsistas em concederem a entrevista em algumas isso foi mais fácil cobrindo-se praticamente toda a população local e, em outras, parcialmente, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição e quantitativo da população local total de cada biblioteca e número de bolsistas entrevistados em cada uma delas



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Já no que se refere à distribuição por sexo tem-se que tanto entre a população total de bolsistas quanto entre aqueles que foram entrevistados prevalece o número de mulheres em quase 2 para 1 em relação ao número de homens de modo que, totalizando entre as mulheres percentuais de 60% e 63% e entre os homens de 36% e 34%, como mostra o Gráfico 5. Entretanto, merece destaque uma questão pontual que aparece no gráfico quando colocamos em comparação os dados relativos à população total e aquela entrevistada, qual seja do hiato entre a nomenclatura oficial e os dados reais. Mas de que hiato, estamos falando? Sobretudo, estamos a nos referir a uma questão de gênero e a liberdade que hoje há em função de certas

políticas afirmativas de se autodenominar o sexo biológico a partir de sua sexualidade definida socialmente - no caso aqui de transexual. Critério esse de uso social recorrente, mas que ainda encontrava entraves na legislação e na denominação legal oferecida pelos campos demográficos existentes nos formulários institucionais que ainda não se adaptaram e/ou foram atualizados para dar conta dessa nova realidade.

Da mesma forma, também merece destaque dois outros pontos que são colocados em evidência pela pesquisa, quais sejam:

- a) da ausência de dados em relação a cinco bolsistas no sistema interno da universidade³¹, e,
- b) da ausência e/ou impossibilidade de se captar estatisticamente nos formulários institucionais a existência de outros gêneros que estão para além do que comumente denominamos de sexo biológico (BEAUVOIR, 1960).

E, neste sentido, destaco a importância da pesquisa de campo e o uso de diversas técnicas com vistas à coleta de dados sobre populações diversas, uma vez que, às estatísticas oficiais muitas vezes podem fomentar e promover a construção de falsos consensos. Pois, como escreve Demo (1996, p. 16):

Em termos cotidianos, pesquisa não é um ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem. [...] Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação.

Isto, algo que corrobora com o exposto por Chizzotti (1995, p. 79) quando este pontua que:

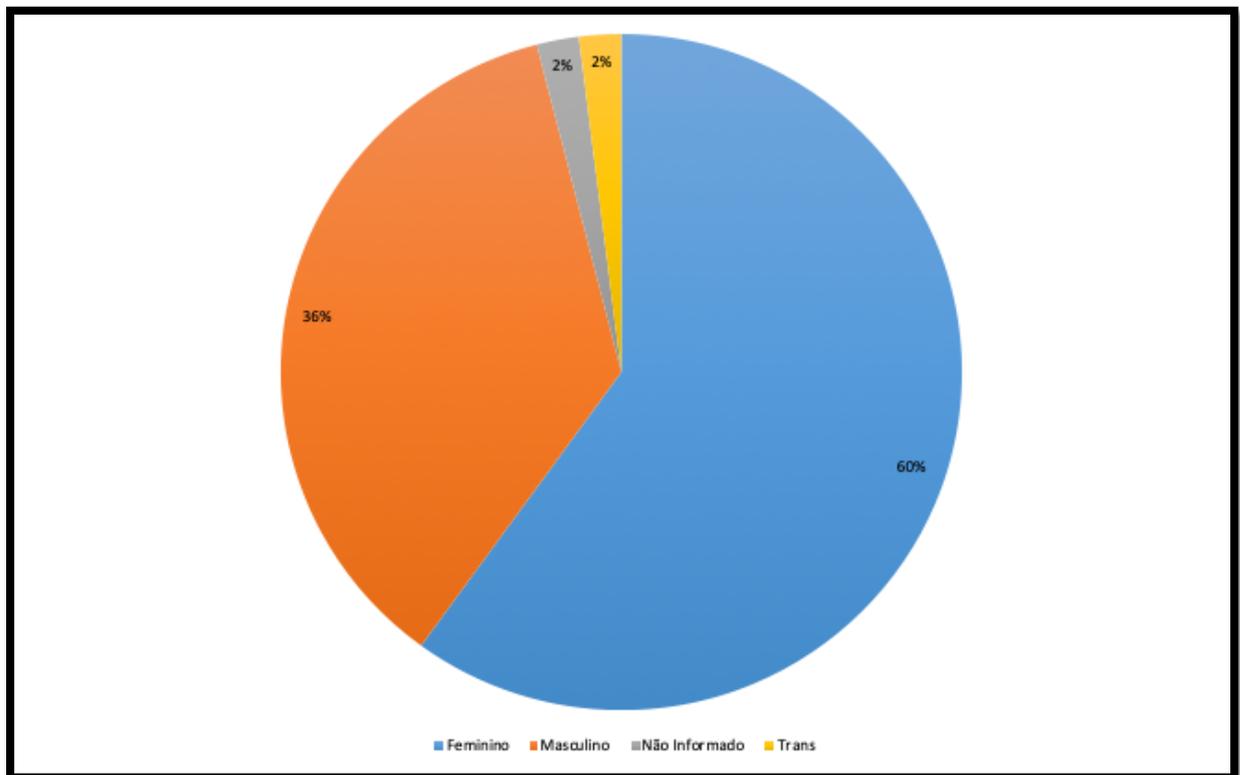
A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

E, neste sentido, temos então ainda segundo o mesmo autor que a realidade não é um objeto inerte e neutro, mas que ela é dinâmica e se pauta a partir das

³¹ Uma vez que, alguns dos sujeitos entrevistados em relação a está pergunta do questionário: “Qual o seu sexo?” não se sentiram à vontade para respondê-la de modo que, neste caso, essas ficaram sem resposta.

relações que sujeitos concretos criam com suas ações sendo o dado estatístico, se mal trabalhado, processado e/ou distante da realidade, uma ilusão (BESSON, 1995). Questões essas que se mostram evidentes no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Distribuição e quantitativo da população total de cada biblioteca e número de bolsistas e sua distribuição por sexo.



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

(1): No questionário a questão sexo era autodeclarada de modo que, dois se declararam trans e, outro, como mulher apesar de ser visivelmente um homem vestido de mulher. E neste sentido, optou-se, portanto, a posteriori por aloca-lo na categoria trans³².

4.5.2 Panorama histórico do SBUFRGS (2004 a 2018)

Segundo os documentos oficiais da instituição, o REUNI e o referido programa de bolsas que abarca o presente estudo tiveram sua implementação a partir da adesão

³² Neste sentido, tem-se que a categoria *transgender* é uma terceira categoria de gênero que está para além das identidades de gênero masculinas e femininas. Estatísticas oficiais americanas mostram que os indivíduos transgêneros representam um número significativo da população. Em função disso, em estudo realizado em 2016 por pesquisadores do Instituto Williams, utilizando-se os dados do Sistema de Vigilância do Fator de Risco Comportamental do Centro de Prevenção e Controle de Doenças (CDC), estimou-se que 0,6% de todos os adultos dos EUA, ou cerca de 1,4 milhão de pessoas, se identificam como transexuais. Contudo, no caso do Brasil, essa terceira categoria ainda não foi incorporada as estatísticas e categorias oficiais (COMO..., 2017).

da UFRGS ao Programa REUNI, o que aconteceu no ano de 2008, quando foram criadas as primeiras bolsas. Contudo, após a adesão mudanças estruturais no sistema de bolsas foram sendo feitas de modo que, gradativamente, ao longo dos anos esse quantitativo foi crescendo, aglutinando algumas modalidades já existentes, extinguindo algumas e realocando outras em pró-reitorias diversas em função da origem do recurso e sua finalidade.

Sendo assim, é fato que o Programa REUNI alterou bastante o modo como a Universidade se organizava com seu sistema de bolsas aos discentes como pudemos ver no item referente ao histórico do REUNI neste estudo. Sobremaneira e de modo mais sistemático podemos dizer que no momento em que a Universidade aderiu ao Sistema REUNI em 2008, esta, contava com 3 modalidade de bolsas (como mostra o Quadro 1) e que hoje, essas também totalizam 5 modalidades, como mostra a Quadro 2. Todas essas modalidades vinculadas ao SBUFRGS, a qual foi, gradativamente, alterando sua nomenclatura, seu fim e função, como podemos ver no Quadro 3.

Quadro 1 - Modalidades de Bolsas existentes na época da adesão ao Sistema REUNI (Ano de Referência: 2008)

Tipo de Bolsa	Definição Institucional de seu fim e função
Bolsa Permanência	A Bolsa Permanência tem como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa é o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS).
Bolsa Treinamento	A Bolsa Treinamento tem como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, proporcionando experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destinava-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS, que não se enquadravam no perfil socioeconômico avaliado pela Secretária de Assuntos Estudantis (SAE) e que tinham interesse em desenvolver atividades. O critério de concessão da bolsa é o desempenho acadêmico do aluno. É a Unidade ou o Órgão da Administração Central que solicita esta modalidade de Bolsa que tem que ter a verba disponível para efetuar a transferência do valor para a PRAE.
Bolsa REUNI	A Bolsa REUNI foi estabelecida a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Busca, entre outras mudanças de nível acadêmico, reduzir as taxas de evasão nas universidades públicas. A partir disso, foi criada a Bolsa REUNI, com o objetivo de garantir aos alunos beneficiários da SAE a permanência qualificada na Universidade, por meio da assistência estudantil. Teve como pressuposto proporcionar experiência profissional, em nível técnico e administrativo, complementando a formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Estas vagas de Bolsa iniciaram a partir de 01/08/2008 e vigoraram até 31/01/2009 para que o seu período ficasse igual aos das Bolsas Permanência e Bolsa Treinamento. Tiveram acesso à Bolsa REUNI alunos de Graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa era o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS).

Fonte: Da autora (2019).

Quadro 2 - Modalidades de Bolsas existentes no ano de 2018 na UFRGS ligadas ao Sistema REUNI (Ano de Referência: 2018)

Tipo de Bolsa	Definição Institucional de seu fim e função
Bolsa Aperfeiçoamento Benefício Março	Substitui a modalidade de Bolsa PRAE que têm como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa é o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS).
Bolsa Aperfeiçoamento Março	Substitui a modalidade de Bolsa PRAE que têm como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão é o desempenho acadêmico do aluno.
Bolsa Aperfeiçoamento Benefício Agosto	Substitui a modalidade de Bolsa PRAE que têm como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa é o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS).
Bolsa Aperfeiçoamento Agosto	Substitui a modalidade de Bolsa PRAE que têm como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão é o desempenho acadêmico do aluno.
Bolsa Informática	Tem ampla concorrência e destina-se a todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. As Bolsas de Informática têm vigência de 12 (doze) meses e um mês de intervalo após o término e carga horária de 20 (vinte) horas semanais com período a ser definido pela Divisão de Bolsas da PRAE.

Fonte: Da autora (2019).

Quadro 3 - Quadro sinóptico-temporal das modalidades de bolsas existentes no ano de 2018 vinculadas ao SBUFRGS e o modo como foi se dando a sua mudança no período de 2008 a 2018

(Continua)

Tipo de Bolsa	Definição Institucional de seu fim e função
Bolsa Permanência	A Bolsa Permanência tem como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa é o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno. A carga horária prevista para a mesma é de 20 horas semanais. Esta nomenclatura permaneceu até 31/01/2014 e foi substituída pela Bolsa PRAE a partir de 01/03/2014. (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS)
Bolsa PRAE	A Bolsa PRAE tem como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, como forma de garantir o custeio da sua vida acadêmica. Tem como pressuposto o objetivo de proporcionar experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa é o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS). A carga horária prevista para a mesma é de 20 horas semanais. Esta nomenclatura iniciou a partir de 01/03/2014 substituindo a Bolsa Permanência. Esta nomenclatura permaneceu até 31/01/2018 e foi substituída pela Bolsa Aperfeiçoamento Benefício Março a partir de 01/03/2018, com algumas alterações.
Bolsa Treinamento	A Bolsa Treinamento tem como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, proporcionando experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destinava-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS, que não se enquadravam no perfil socioeconômico avaliado pela SAE e que tinham interesse em desenvolver atividades. O critério de concessão da bolsa é o desempenho acadêmico do aluno. É a Unidade ou o Órgão da Administração Central que solicita esta modalidade de Bolsa que tem que ter a verba disponível para efetuar a transferência do valor para a PRAE. A carga horária era de 20 horas semanais. Esta nomenclatura permaneceu até 31/01/2018 e foi substituída pela Bolsa Aperfeiçoamento Março a partir de 01/03/2018, com algumas alterações principalmente em relação à transferência de valores.

Fonte: Da autora (2019).

Quadro 3 - Quadro sinóptico-temporal das modalidades de bolsas existentes no ano de 2018 vinculadas ao SBUFRGS e o modo como foi se dando a sua mudança no período de 2008 a 2018

(Conclusão)

Tipo de Bolsa	Definição Institucional de seu fim e função
Bolsa REUNI	A Bolsa REUNI foi estabelecida a partir do decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Busca, entre outras mudanças de nível acadêmico, reduzir as taxas de evasão nas universidades públicas. A partir disso, foi criada a Bolsa REUNI, com o objetivo de garantir aos alunos beneficiários da SAE a permanência qualificada na Universidade, por meio da assistência estudantil. Teve como pressuposto proporcionar experiência profissional, em nível técnico e administrativo, complementando a formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Estas vagas de Bolsa iniciaram a partir de 01/08/2008 e vigoraram até 31/01/2009 para que o seu período ficasse igual aos das Bolsas Permanência e Bolsa Treinamento. Teve acesso à Bolsa REUNI alunos de Graduação da UFRGS. O critério de concessão da bolsa era o benefício adquirido por meio da análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno (PROGRAMA DE BENEFÍCIOS). A carga horária era de 20 horas semanais. Esta nomenclatura permaneceu até 30/06/2017 e foi substituída pela Bolsa Aperfeiçoamento Benefício Agosto a partir de 01/08/2017, com algumas alterações.
Bolsa Treinamento PRAE (BTPRAE)	Esta nomenclatura foi implantada em 01/09/2009 através do remanejamento de 70% das vagas de Bolsas REUNI, ainda não utilizadas pela PRAE, sendo denominada “Bolsa Treinamento PRAE”. A Bolsa Treinamento PRAE (BTPRAE) tinha como foco oportunizar ao aluno desenvolver atividades na UFRGS, proporcionando experiência profissional, em nível técnico, administrativo, pedagógico e na área de informática complementando a sua formação acadêmica e recebendo auxílio financeiro. Destinava-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação da UFRGS, que não se enquadravam no perfil socioeconômico avaliado pela SAE e que tinham interesse em desenvolver atividades. O critério de concessão da bolsa é o desempenho acadêmico do aluno. A carga horária era de 20 horas semanais. Esta nomenclatura permaneceu até 30/06/2017 e foi substituída pela Bolsa Aperfeiçoamento Agosto a partir de 01/08/2017, com algumas alterações.

Fonte: Da autora (2019).

Ainda com referência a essa mudança estrutural e organizativa no sistema de bolsas da UFRGS, após a adesão ao Sistema REUNI em 2008, observa-se que, como mostram os dados existentes na Universidade em relação ao SBUFRGS, este número foi gradativamente aumentando no período de 2004 a 2008, antes da adesão da Universidade ao Sistema REUNI, e entre 2008 a 2018, após a sua adesão ao Sistema REUNI, passou de apenas 16 em 2004 para 56 em 2005, reduzindo-se no ano de

2006 para 32, voltando a crescer no ano de 2007 com a implementação de 47 bolsas, número esse que se manterá estável em seu quantitativo até o ano de 2012 quando haverá novo crescimento passando de 47 para 55 em 2013.

Crescimento esse que se manterá com a implementação de 71 bolsas em 2014, contudo, novamente veremos uma queda em seu quantitativo nos anos seguintes com a implementação e manutenção de 59 bolsas em 2015, 58 bolsas em 2016. E, seu crescimento no ano seguinte com a implementação de 67 bolsas e uma nova redução no seu quantitativo no final do período com a implementação de 63 bolsas no ano de 2018, como mostram os dados apresentados na Tabela 1.

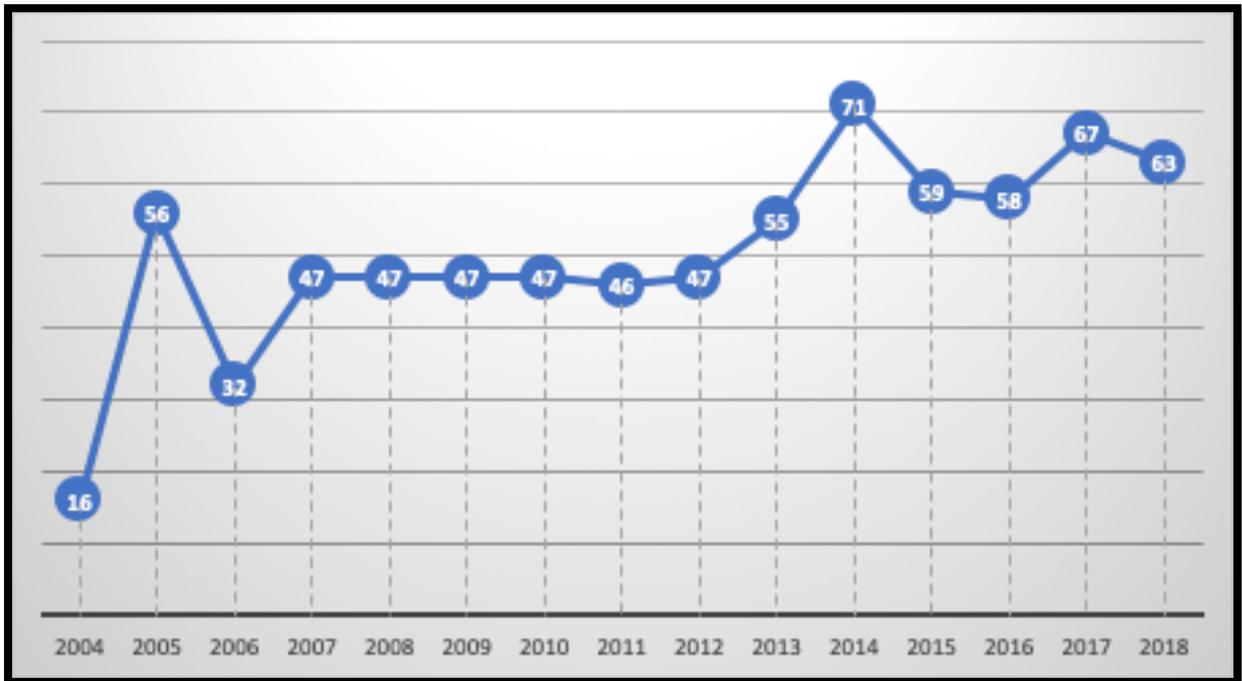
Tabela 1 - Quantitativo de bolsas SABI/PROPESQ da UFRGS vinculadas ao SBUFRGS entre os anos de 2004 e 2018

Ano de referência	Número de bolsas existentes/implementadas
2004	16
2005	56
2006	32
2007	47
2008	47
2009	47
2010	47
2011	46
2012	47
2013	55
2014	71
2015	59
2016	58
2017	67
2018	63

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

A partir dos dados apresentados em relação ao quantitativo de bolsas SABI-PROPESQ da UFRGS existentes vinculados ao SBUFRGS é possível concluir que o número de bolsas quase que quadruplicou de 2004 a 2018. Contudo, pode-se - e deve-se - observar também que o Sistema REUNI nada mais fez do que institucionalizar alguns programas de bolsas já existentes na maioria das universidades que, como mostramos no Quadro 3, apenas tiveram uma mudança em sua nomenclatura sem muito alterar sua finalidade-função.

Gráfico 6 - Quantitativo de bolsas SABI/PROPEQ da UFRGS vinculadas ao SBUFRGS entre os anos de 2004 e 2018



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Portanto, seria um erro grosso dizer que com a adesão ao Sistema REUNI o número de bolsas quadruplicou pois, o que de fato se observou foi que:

- a) houve uma institucionalização e padronização nos diversos programas de auxílio e nas políticas de permanência do estudante na Universidade em âmbito nacional; e,
- b) efetivamente, no que se refere ao aumento no número de bolsas após a adesão da UFRGS ao Sistema REUNI, esse foi da ordem de 40% de 2008 a 2018, como podemos visualizar facilmente no Gráfico 6.

Ademais, antes de passarmos aos dados da pesquisa em si, importa aqui destacar que, em relação às modalidades atuais, a Portaria nº 1.488 de 19/02/2018 do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, em exercício, da UFRGS, que o institui e Regulamenta o Programa de Bolsas da PRAE para os alunos dos cursos de Graduação da UFRGS em seu despacho destaca que:

Sendo que o Programa de Bolsas PRAE, de caráter social, visa subsidiar financeiramente os alunos dos Cursos de Graduação da UFRGS, a fim de auxiliar na sua permanência dentro da Universidade. (UFRGS, 2018b).

Devendo essa, portanto, oportunizar:

Ao estudante desenvolver atividades na UFRGS visando ao aperfeiçoamento de experiência profissional em nível técnico e administrativo. Com o intuito de proporcionar a complementação do processo de ensino-aprendizagem no curso. (UFRGS, 2018b).

Sendo o referido Programa de Bolsas PRAE, disponibilizado no âmbito da UFRGS, através das seguintes modalidades:

I - Bolsa Aperfeiçoamento Benefício: destina-se aos alunos beneficiários da PRAE, regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFRGS. As Bolsas Aperfeiçoamento e Aperfeiçoamento Benefício têm vigência de 11 (onze) meses e carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais com período a ser definido pela Divisão de Bolsas da PRAE.

II - Bolsa Aperfeiçoamento: tem ampla concorrência e destina-se a todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. As Bolsas Aperfeiçoamento e Aperfeiçoamento Benefício têm vigência de 11 (onze) meses e carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais com período a ser definido pela Divisão de Bolsas da PRAE.

III - Bolsa de Informática: tem ampla concorrência e destina-se a todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS. As Bolsas de Informática têm vigência de 12 (doze) meses e carga horária de 20 (vinte) horas semanais com período a ser definido pela Divisão de Bolsas da PRAE.

IV - Bolsa Extensão Benefício: destina-se aos alunos beneficiários regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria estabelecida pela Pró-Reitoria de Extensão.

V - Bolsa Iniciação Científica Benefício: destina-se aos alunos beneficiários regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria definida em edital divulgado pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

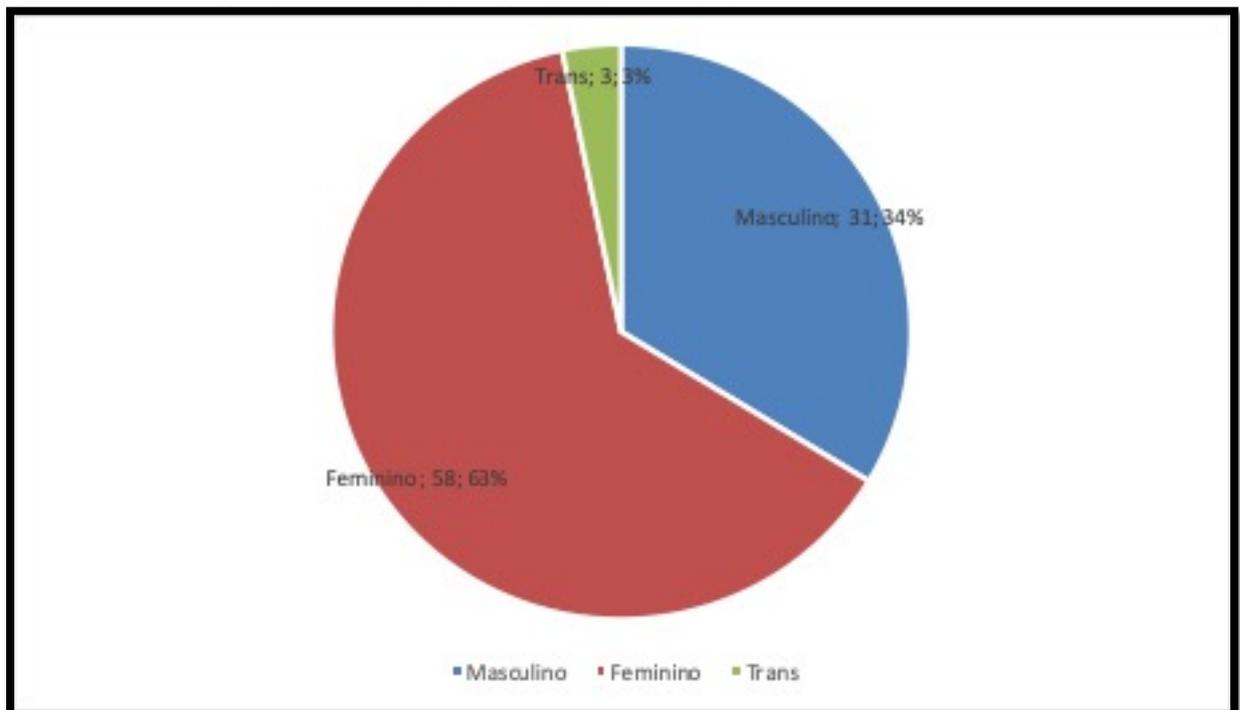
VI - Bolsa Ensino Benefício: destina-se aos alunos beneficiários regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS e possui regulamentação própria definida em edital divulgado pela Pró-Reitoria de Graduação. (UFRGS, 2018b).

Destas, somente as modalidades I, II e III são comuns e correntes entre o Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Contudo, por ocasião da pesquisa de campo, detectou-se, no caso de uma biblioteca específica, a existência de uma bolsa da modalidade IV, como já colocamos em evidência anteriormente, quando nos ocupamos de nossa ida a campo junto as diferentes bibliotecas que compõem o SBUFRGS.

4.5.3 Os dados da pesquisa (Construindo pontes)

De uma maneira geral, destacamos que a distribuição por sexo da população pesquisada, no caso, os 92 entrevistados, segue a distribuição normal da população como um todo de modo que a grande maioria deles é do sexo feminino na proporção de praticamente 2 para 1, como mostra o Gráfico 7. Neste, também podemos observar uma pequena percentagem de alunos que optaram por não informar seu sexo biológico e/ou declaram-se transexuais. Algo que nos leva a inferir que, talvez, o número de indivíduos que têm sua opção de gênero diversa de seu sexo biológico seja da ordem de 5% da população total e que, devido a preconceitos sociais e/ou qualquer outro tipo de sanção social/institucional, optou por não responder a questão no momento da entrevista de modo que, essa afirmação consiste, portanto, num dado de campo interessante a ser explorado em pesquisas futuras.

Gráfico 7- Distribuição por sexo da população pesquisada (%)



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Já no que tange a sua distribuição etária e analisando os dados a partir do paradigma analítico proposto por Meirelles (2014) e da síntese por este efetuada em relação à análise das medidas de tendência central é correto afirmar que em média

os alunos entrevistados possuem uma idade de 23 anos e 11 meses, mas que é mais comum que eles tenham 24 anos e que se situem entre os 18 e 37 anos, sendo que esta variação de idade se dá em períodos de aproximadamente 4 anos e 5 meses. Algo que, em parte, denota certa heterogeneidade existente entre a população entrevistada e também se relaciona com minhas anotações de campo e ao fato de grande parte dessa população estar a realizar uma segunda graduação diversa daquela que ingressou pela primeira vez, pois como constatei, nas entrevistas realizadas, é bastante comum entre a população estudada a troca de curso no decorrer da bolsa e/ou a sua migração para áreas afins as atividades que desenvolve junto ao SBUFRGS e/ou a uma biblioteca específica, medidas de tendência central essas, apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2- Quadro sinótico das medidas de tendência central observados para a população estudada

Medidas de tendência central	
Média	23,89
Moda	24
Máximo	37
Mínimo	18
Desvio Padrão	4,36

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Dito isto, destaco ainda que devido ao fato das entrevistas totalizarem menos de 100 casos, o mínimo recomendado para que nos utilizemos de percentuais para sua análise - a exceção da variável sexo, que importava mostrar que a distribuição da amostra seguia o padrão da população total -, optamos por daqui para diante a apresentar apenas os números absolutos, com vistas a evitarmos o superdimensionamento das respostas dadas as questões propostas no roteiro de entrevista.

Assim, ao nos ocuparmos com o curso ao qual os entrevistados estão vinculados, logo um dado nos salta aos olhos, qual seja que a maioria deles está vinculada a cursos da área de ciências humanas e sociais, bem como aquelas tidas como ciências humanas aplicadas de modo que, podemos dizer que há uma certa tendência a que os alunos ligados a essas áreas de conhecimento se façam mais presentes do que outros. Contudo, somente uma leitura desse tipo poderia gerar

interpretações equivocadas relacionadas à ideia de vocação - o que seria uma inverdade, na medida em que, como sabemos e dados levantados pela universidade em relações a esses cursos nos mostram (UFRGS, 2010) -, é fato que, é nesses cursos que estão os alunos com menor poder aquisitivo de modo que, para eles a bolsa torna-se, como veremos mais adiante, uma das suas principais fontes de renda, senão, a única, muitas vezes.

Tabela 3 - Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por curso a que estavam vinculados no momento da realização da entrevista

(Continua)

Curso	Número de casos observados
Administração	3
Agronomia	1
Arquitetura e Urbanismo	1
Arquivologia	1
Artes Visuais	1
Biblioteconomia	15
Ciências Atuariais	1
Ciências Biológicas	4
Ciências Contábeis	2
Ciência Econômicas	3
Ciências Sociais	4
Design Visual	1
Enfermagem	3
Engenharia Ambiental	2
Engenharia Civil	3
Engenharia de Minas	2
Engenharia Elétrica	2
Engenharia Mecânica	2
Engenharia Metalúrgica	1
Estatística	1
Filosofia	4
Física	2
Fonoaudiologia	1
Geografia	2
História	2
Letras	8
Matemática	3
Medicina Veterinária	2
Museologia	1
Odontologia	1
Pedagogia	3
Políticas Públicas	2
Química Industrial	2
Relações Internacionais	1
Serviço Social	1
Teatro	1

Tabela 3 - Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por curso a que estavam vinculados no momento da realização da entrevista

Curso	Número de casos observados
Zootecnia	1
Curso não informado pelo entrevistado	1
Total de casos observados	92

(Conclusão)

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Ainda na direção do exposto nos parágrafos anteriores, cabe destacar ainda a ausência de alunos vinculados aos cursos ditos mais nobres e elitizados da Universidade – entre eles o Direito, a Psicologia, a Medicina, o Jornalismo, a Publicidade e Propaganda, Odontologia³³ - de modo que, se essas bolsas destinam-se e estão vinculadas a políticas e apoio e permanência de alunos que entraram na Universidade através do REUNI e/ou de outro tipo de ingresso não universal como, por exemplo, as cotas sociais e/ou raciais, é fato que, pouco ou nada houve de democratização no acesso a esses cursos no que se refere ao ingresso de alunos ligados a classes sociais menos favorecidas dado que, estes, não aparecem - a exceção de um aluno de Odontologia - entre os cursos a que os entrevistados estão vinculados. Contudo, não excluimos a hipótese de que tais alunos se façam presentes, o que, de fato, exige a realização de estudos posteriores como vistas a explorar essa hipótese.

Já no que se refere a sua origem geográfica, observa-se que a maioria deles, cerca de dois terços, ou 61 casos, é oriunda da própria cidade de Porto Alegre, onde situa-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que outros 24, são do interior do Estado. Os outros alunos entrevistados são oriundos de outras cidades, estados e países como mostram as Tabelas 4 e 5, apresentadas a seguir.

³³ Contudo existem registrados 12 casos de bolsas ligadas a estes cursos, a saber não contemplados na amostra, mas somente no SBUFRGS (n=150), a saber: 3 na Odontologia, 2 Jornalismo, 3 Direito, 1 Publicidade e Propaganda e 3 Psicologia. Ainda que em menor número ou com um número pouco significativo.

Tabela 4 - Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por Estado/País de Origem

Estado/País de Origem	Número de casos observados
Rio Grande do Sul	85
São Paulo	2
Minas Gerais	2
Mato Grosso do Sul	1
Distrito Federal	1
Guiné Bissau	1
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 5 - Distribuição dos entrevistados, em números absolutos, por Cidade/País Origem

Cidade/País de Origem	Número de casos observados
Porto Alegre	61
Guaíba	3
São Leopoldo	3
Pelotas	2
Viamão	2
Santo Ângelo	1
Diamantina	1
Rio Grande	1
Esteio	1
São Gabriel	1
Farroupilha	1
Novo Hamburgo	1
Belo Horizonte	1
Brasília	1
Santra Cruz do Sul	1
São Jerônimo	1
Santo Cristo	1
Campinas	1
Dourados	1
Itaqui	1
Igaraçu do Tietê	1
Agudo	1
Igrejinha	1
Guiné Bissau	1
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Quando questionados sobre o modo como ingressaram na universidade, como mostra a Tabela 6 e 7, podemos perceber que entre os alunos entrevistados há uma

sobreposição das modalidades, o que de fato não seria possível em vista do regimento de ingresso dado pelo concurso vestibular de modo que, optou-se aqui por expor o dado em si e a partir dele, fazermos algumas observações. Sendo assim, tem-se que segundo a normativa do referido concurso existem dois sistemas de ingresso previstos para o mesmo, a saber:

- a) por Acesso Universal (Ampla Concorrência); e,
- b) por Acesso Universal (Ampla Concorrência) e Reserva de Vagas.

No Sistema de Ingresso 1 todo candidato poderá concorrer por Acesso Universal (Ampla Concorrência) independentemente de compor ou, também, estar vinculado a outra modalidade de ingresso vinculada ao Sistema de Ingresso 2 por Acesso Universal (Ampla Concorrência) e Reserva de Vagas. Já no que se refere a esse segundo Sistema de Ingresso tem-se que, este, está subdividido em diversas modalidades, conforme Edital do Vestibular de 2019 (UFRGS, 2018a), a saber:

- a) Modalidade L1 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita;
- b) Modalidade L2 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- c) Modalidade L3 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar;
- d) Modalidade L4 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- e) Modalidade L9 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita que seja pessoa com deficiência;
- f) Modalidade L10 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, autodeclarado preto, pardo ou indígena e que seja pessoa com deficiência;
- g) Modalidade L13 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar que seja pessoa com deficiência;
- h) Modalidade L14 - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, autodeclarado preto, pardo ou indígena e que seja pessoa com deficiência.

Neste sentido, poderá ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do Sistema de Reserva de Vagas todo o Egresso do Sistema Público de Ensino Médio que cursou e concluiu com aprovação, em escola pública, a totalidade do Ensino Médio, sendo obrigatória a sua comprovação a partir de certificação de

conclusão pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e/ou pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). No que se refere ainda ao Sistema de Reserva de Vagas, tem-se que, segundo consta no item 2.2 do Concurso Vestibular de 2019 (UFRGS, 2018a) haverá Reserva de Vagas para no mínimo 50% (cinquenta por cento) destas para o cumprimento de ações e políticas ligadas ao Programa de Ações Afirmativas, assim subdivididas:

- I - no mínimo 50% para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, das quais:
 - a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo:
 - 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L10);
 - 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L2);
 - b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos, sendo:
 - 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L9);
 - 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L1);
- II - as demais vagas serão destinadas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio independentemente da renda familiar, das quais:
 - a) no mínimo 50% serão destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo:
 - 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L14);
 - 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L4);
 - b) as vagas restantes serão destinadas aos demais candidatos, sendo:
 - 1. no mínimo 50% destinadas para pessoas com deficiência (modalidade L13);
 - 2. o restante das vagas destinado aos candidatos que não sejam pessoas com deficiência (modalidade L3).

No que se refere especificamente aqueles que ingressaram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos interessa aqui destacar aqueles ligados a modalidade L3, dado que estes compõem a quase totalidade de nossos entrevistados, aos quais o ingresso vincula-se a:

- 2.2.1 – As vagas reservadas pelas modalidades L2, L4, L10 e L14 são destinadas EXCLUSIVAMENTE a candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio Autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, nos termos das normas legais e regulamentares.
- 2.2.3 – As vagas reservadas pelas modalidades L9, L10, L13 e L14 são destinadas EXCLUSIVAMENTE a candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio que sejam Pessoas com Deficiência (PcD)
- 2.2.4 – As vagas reservadas pelas modalidades L1, L2, L9 e L10 são destinadas EXCLUSIVAMENTE a candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio ORIUNDOS DE FAMÍLIAS com renda bruta mensal igual ou

inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio;

Dado esse colocado em evidência na Tabela 7 a seguir, na qual, observa-se que quase a metade dos entrevistados é oriunda de escolas da rede pública e detentor de renda familiar inferior a 1,5 salários-mínimos. Não bastasse essa constatação que, em parte corrobora com a hipótese que levantamos a partir da análise do Quadro 3, outra triste constatação surge, qual seja, do acesso e da própria desinformação dos grupos sociais menos favorecidos em relação às políticas a esses destinadas, uma vez que, como demonstram os dados e os registros de campo, para eles próprios é, de certa forma, um desafio situar-se no interior das categorias de ingresso oficial uma vez que, na maioria dos casos, a realidade pesa mais que a lei e, de fato, ser negro, pobre e estudar em escola pública é a realidade mais comum para quase dois terços dos alunos bolsistas ligados aos Sistemas de Bibliotecas da UFRGS, ou seja, 59 casos, quando aglutinadas as linhas 1 e 3 da Tabela 7, apresentada a seguir.

Tabela 6 - Modalidade de Ingresso declarada pelo entrevistado, em números absolutos, no momento da entrevista

Tipo de Ingresso	Número de casos observados
Cota Social	33
Ingresso Universal	24
Cota Social / Cotas Raciais	12
Cotas Raciais	5
Transferência Interna	4
Escola Pública	4
Ingresso Universal / SISU	1
Cotas Raciais / Transferência Interna	1
Ingresso de Diplomado	1
Cotas Raciais / SISU Escola Pública	1
Ingresso Universal / Transferência Interna	1
Ensino Público	1
SISU / Acesso Universal	1
Cotas Raciais / Escola Pública	1
Intercâmbio	1
Econômica	1
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 7 - Modalidade de Ingresso categorizada pelo pesquisador a partir dos critérios do concurso vestibular 2019, em números absolutos, a partir da Modalidade de Ingresso declarada pelo entrevistado no momento da entrevista

Tipo de Ingresso	Número de casos observados
Cota Social	54
Ingresso Universal	27
Cotas Raciais	5
Transferência Interna / Ingresso de Diplomado / Intercâmbio	6
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Não bastasse essa realidade nua e crua, também se evidenciou durante as entrevistas que grande parte dos entrevistados, cerca de 1/5 não conta mais com a presença de um dos pais em seu núcleo familiar, devido ao seu falecimento e que, dentre os 4/5 restantes é comum que 3/5 destes, contem com uma renda bastante

baixa em função da ocupação de seus progenitores, - dado esse que reforça o exposto em relação à Tabela 6 e 7 - de modo que, somente um, outro, quinto destes possuam certo amparo familiar com os pais a desempenharem atividades de nível superior, ligadas ao serviço público, a profissões autônomas e/ou iniciativa privada própria (empresário). Dados esses colocados em evidência nas Tabelas 10.

Outro dado preocupante refere-se à escolaridade dos pais, dado esse apresentado nas Tabelas 8 e 9, que já na primeira linha ao constatar que grande parte deles não sabe informar (ou não quiseram informar) a escolaridade dos pais. Aparentemente, isto nos mostra o pouco envolvimento e/ou relação que há entre os entrevistados e seus pais, na medida em que se faz real a constatação do cantor Arnaldo Antunes (FROMER, 1986) , numa de suas músicas quando esse constata que estamos cada um por si. Contudo, importa observar, a partir da ideia de trajetória e de projeto apresentada por Velho (1999) que, apesar dos dados relativos à escolaridade dos pais, há uma tendência a que esses rompam com a trajetória familiar a partir de seu ingresso na Universidade. E, que, também, há certa tendência - e aqui me refiro a uma análise subjetiva minha a partir de minhas anotações de campo - de que o ingresso na Universidade seja muito mais um projeto pessoal de cada um dos entrevistados do que, algo, com o qual contem com o apoio da família de modo que, como veremos ainda neste capítulo, a manutenção de sua estadia na Universidade depende quase que, única e exclusivamente, da renda por essa percebida a partir da bolsa que possuem junto ao SABI UFRGS.

Tabela 8 - Escolaridade do pai, em números absolutos, computada a partir da informação declarada pelo entrevistado no momento da entrevista

Escolaridade do Pai	Número de casos observados
Não informado	58
Ensino Fundamental Incompleto	11
Ensino Fundamental Completo	2
Ensino Médio Incompleto	6
Ensino Médio Completo	6
Ensino Superior Incompleto	4
Ensino Superior Completo	4
Mestrado	1
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 9 - Escolaridade da Mãe, em números absolutos, computada a partir da informação declarada pelo entrevistado no momento da entrevista

Escolaridade da Mãe	Número de casos observados
Não informado	46
Ensino Fundamental Incompleto	12
Ensino Médio Incompleto	4
Ensino Médio Completo	15
Ensino Superior Incompleto	5
Ensino Superior Completo	8
Especialização/Mestrado	2
Total de casos observados	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 10 – Profissão e/ou ocupação do pai e da mãe do entrevistado

(Continua)

	Profissão/Ocupação do Pai	Profissão/Ocupação da Mãe
Falecido(a)/Não Se Aplica	15	2
Aposentado(a)	12	7
Não informado	6	2
Servidor Público	7	6
Motorista	4	0
Vendedor (a)	5	1
Caminhoneiro	2	0
Técnico Socorrista	2	0
Professor (a)	2	5
Chefe de Cozinha	1	0
Segurança	1	0
Comerciante	1	2
Bancário (a)	2	1
Contador (a)	1	1
Pescador	1	0
Do Lar	1	14
Técnico (a)	1	1
Engenheiro	2	0
Engenheiro Agrônomo	1	0
Empresário	1	0
Fisioterapeuta	1	0
Barbeiro	1	0
Personal	1	0
Serralheiro (a)	1	1
Chapeador	1	0
Supervisor de Logística	1	0
Gerente Administrativo	1	1
Técnico em Eletrônica	1	0
Advogado (a)	1	1
Torneiro Mecânico	1	0
Montador de Móveis	1	C
Borracheiro	1	0
Auxiliar Administrativo	1	1
Industriário	1	0
Mecânico	1	0

Tabela 10 – Profissão e/ou ocupação do pai e da mãe do entrevistado

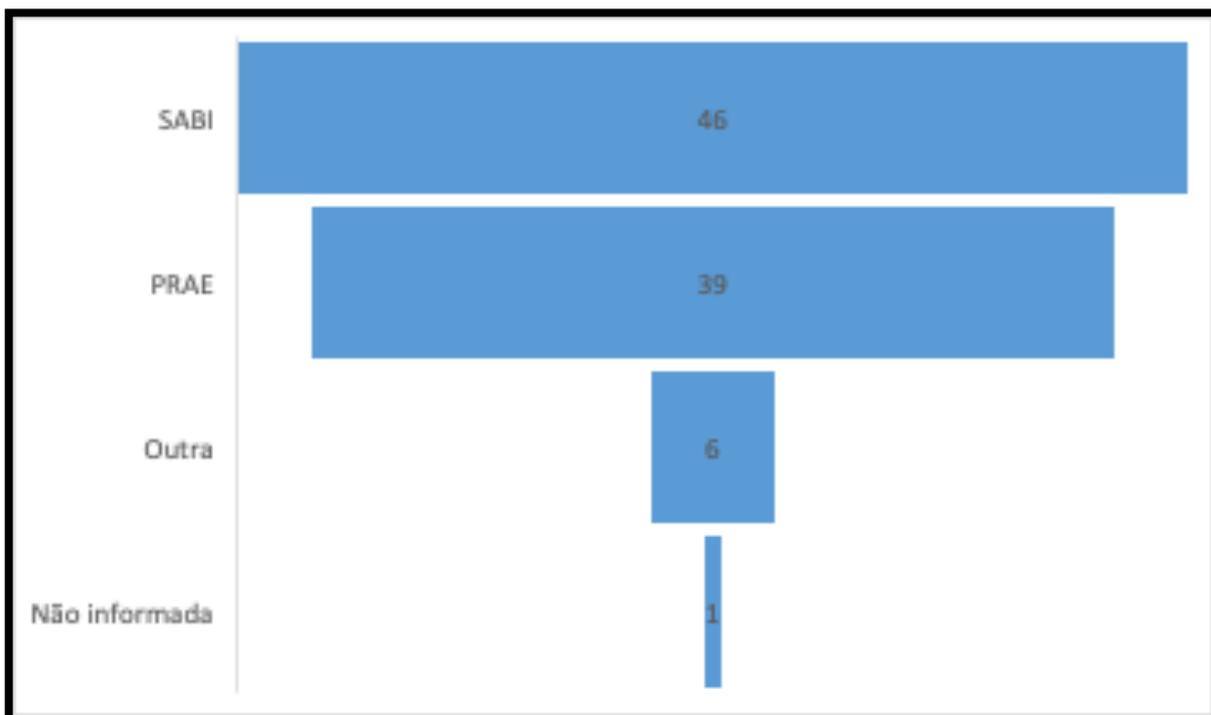
	(Conclusão)	
	Profissão/Ocupação do Pai	Profissão/Ocupação da Mãe
Autônomo (a)	2	2
Desempregado (a)	2	6
Diarista/Empregada Doméstica	0	10
Auxiliar de Serviços Gerais	0	5
Cuidador de Idosos	0	2
Psicóloga	0	2
Costureira	0	2
Atendente	0	2
Pedagoga	0	1
Camelô	0	1
Bolsista UFRGS	0	1
Cargo de Confiança	0	1
Enfermeira	0	2
Telefonista	0	1
Cabelereira	0	1
Cozinheira/Auxiliar de Cozinha	0	2
Babá	0	1
Assistente Social	0	1
Agricultora	0	1
Auxiliar de Biblioteca	0	1
Total de casos observados	92	92

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

No que se refere aos alunos bolsistas entrevistados e que atuam junto ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS nota-se que, em sua maioria, estes estão vinculados a dois tipos de bolsas específicas, são elas: a) as Bolsas SABI; e, b) as Bolsas PRAE.

Sendo o número de alunos vinculados a outro tipo de bolsa igual a 7, como mostra o Gráfico 8, apresentado a seguir.

Gráfico 8 - Modalidade de bolsa que ocupavam os entrevistados no momento da entrevista



Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Ainda em relação a esses estudantes, é pertinente afirmar que a grande maioria deles ingressou na Universidade nos últimos quatro anos, totalizando 64 casos, enquanto 29 estariam a mais tempo na graduação, atrasados na sua seriação ou por terem trocado de curso nesse período. Contudo, para responder a essa especulação que aqui fazemos, estudos posteriores se fazem necessários e escapam do escopo deste estudo. E, também, que seu ingresso na bolsa se deu preferencialmente nos últimos três anos, como mostram as Tabelas 11 e 12.

No que se refere ao tempo de permanência desses alunos na bolsa, a sua renda individual e sua renda familiar tem-se que as medidas de tendência central apresentadas nas Tabelas 13, 14 e 15, nos permitem tirar algumas conclusões que reforçam e corroboram com as hipóteses apresentadas até aqui e, também, com algumas especulações feitas a partir da análise de outras variáveis. São elas:

- a) que pouco mais de 2/3 dos alunos entrevistados ingressou na Universidade nos últimos quatro anos, mas que, apesar disso, igual número de entrevistados ingressou na bolsa somente no último ano de modo que, ao

- que parece, seu ingresso na bolsa não está vinculado ao seu ingresso na Universidade. Dado que, aliado a média de idade observada para a população nos leva a crer que além de seu ingresso tardio na Universidade, estes também têm nessa bolsa, uma saída provisória para sua permanência durante os primeiros dois anos na Universidade. Contudo, essa é uma questão que precisa ser aprofundada em estudos posteriores;
- b) que em geral esses alunos permanecem cerca de dois anos e meio na bolsa e que é mais comum que os entrevistados estejam há menos tempo que isso na bolsa e pouco comum que permaneçam por muito mais tempo, dado que o desvio padrão de 17 meses aponta para a grande heterogeneidade das ocorrências;
- c) que de modo geral é mais comum que os alunos percebam uma renda de R\$ 400,00 reais enquanto renda individual do que valores acima destes, salvo raras exceções. Outro dado interessante que é colocado em tela pela Tabela 14 é o fato de que muitos deles buscarem fontes de renda complementares com vistas a garantir a sua estadia na Universidade como demonstra o valor de R\$ 486,00 em média da renda percebida por estes, valor esse que está cerca de 20% acima do valor modal. Evidência essa reforçada pelo valor de R\$ 222,00 de desvio padrão que, como no caso da constatação anterior, reforça também a heterogeneidade de renda observada entre os entrevistados; e,
- d) que, no que refere a sua renda familiar, há indivíduos que vivem somente da bolsa que possuem³⁴. Mas é bastante comum que estes residam com seus familiares - dado que grande parte dos entrevistados reside em Porto Alegre - e que, com estes, compartilhem com estes custos relativos à habitação, transporte, alimentação etc., contudo, como aponta a média observada e os valores modais tem-se que essa renda fica entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.750,00 reais. Mas aqui, como em outras variáveis, a heterogeneidade da população se confirma novamente e as diferenças entre os estratos inferiores e superiores se torna gritante com a constatação do gigantesco hiato que separa os primeiros dos segundos ao observar-se um desvio no padrão de renda da ordem de R\$ 4.369,00 reais.

³⁴ A adesão a bolsa se faz por assinatura de termo de compromisso, onde o bolsista fica ciente que não pode ter outra renda formal, com vínculo empregatício, conforme Anexo A.

Tabela 11 - Quadro sinótico da distribuição/ocorrência, em números absolutos, do ano de ingresso do entrevistado na Universidade

Bolsista desde...	Número de casos observados
2011	1
2012	3
2013	9
2014	8
2015	13
2016	9
2017	23
2018	19
Não informado	7

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 12 - Quadro sinótico da distribuição/ocorrência, em números absolutos, do ano em que o entrevistado ingressou na bolsa que hoje possui

Bolsista desde...	Número de casos observados
2012	1
2013	2
2014	2
2015	6
2016	5
2017	11
2018	65

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 13 - Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável tempo de permanência na bolsa para população estudada

Medidas de tendência central	
Média	44
Moda	29
Máximo	84
Mínimo	1
Desvio Padrão	17

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 14 - Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável renda individual do entrevistado no momento da realização da entrevista (em reais)

Medidas de tendência central	
Média	486,00
Moda	400,00
Máximo	1800
Mínimo	400,00
Desvio Padrão	222,00

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

Tabela 15 - Quadro sinótico das medidas de tendência central relativas à variável renda familiar do entrevistado no momento da realização da entrevista (em reais)

Medidas de tendência central	
Média	2750
Moda	2000,00
Máximo	40000
Mínimo	400,00
Desvio Padrão	4369,00

Fonte: Pesquisa de campo Ângela Fernandes da Silva. UFRGS, 2018. (n população total =150; n população pesquisada=92).

4.5.4 O cotidiano da bolsa e sua relação com seu projeto de vida e trajetória acadêmica

Neste item me ocuparei de um segundo conjunto de questões relacionadas à percepção dos estudantes em relação a sua bolsa, sua permanência na Universidade,

sua inserção e formação profissional, bem como a outras relacionadas ao eruditismo, à mudança de habitus de classe, mudança de projeto/trajetória de vida com vistas a correlacionar os dados do estudo como o exposto por Velho (1999). E, neste sentido, retomamos aqui o grupamento de questões apresentados no item 4.5 com vistas a responder aquelas questões que ainda ficaram em aberto.

Sobremaneira, optamos por neste item trabalharmos a partir dos questionamentos levantados e a partir daí darmos vazão as respostas dadas de modo que, em cada grupamento de questões, traremos primeiramente a questão levantada para, em seguida, nos ocuparmos das respostas dadas, seguindo sempre o binômio, pergunta-respostas.

4.5.4.1 Carga horária de trabalho, estudos e permanência na Universidade

Neste item a primeira questão levantada questionava-os: Se a bolsa que possuíam era importante para composição de sua renda. Dentre as respostas dadas pelos entrevistados constatou-se que sim, pois para grande maioria dos entrevistados, ou seja, 75 entrevistados ela é tida como fundamental para composição de sua renda, sendo complementar para apenas 12 indivíduos. Constatação essa que corrobora com os dados apresentados no decorrer deste capítulo.

Outro item explorado nas entrevistas consistia em se saber:

- a) se a bolsa possuía carga horária adequada e não atrapalha seus estudos;
- e,
- b) se o horário da bolsa era flexível e lhe permitia participar de atividades acadêmicas fora do seu horário de aulas.

No que se refere ao primeiro questionamento tem-se que as respostas dadas seguem mais ou menos o mesmo padrão da questão anterior sendo o horário da bolsa tido como plenamente adequado para 64 entrevistados e como parcialmente adequado para outros 18 entrevistados de modo que, esta, parece não atrapalhar seus estudos. Contudo, no que se refere à segunda questão tem-se que para metade dos entrevistados, ou seja, 46, a bolsa não representa impedimento para que estes participem de atividades acadêmicas fora do seu horário de aulas, mas, para outros, sim. Algo que corrobora com algumas anotações de campo que fiz relacionadas à relação dos bolsistas com suas chefias, a qual varia de biblioteca para biblioteca.

Ademais, e encerrando esse grupamento de questões, questionava aos entrevistados sobre a importância da bolsa que possuía na manutenção de sua estadia na universidade, a qual é tida como fundamental para 48 entrevistados e complementares para outros 17, sendo desnecessária para o restante dos entrevistados. Do exposto conclui-se que, em parte, pelo menos para metade dos entrevistados a bolsa é tida como fundamental para a manutenção de sua estadia na universidade, possuindo carga horária adequada permitindo, inclusive, que esse possa participar de outras atividades desenvolvidas na Universidade, fora de seu horário de aulas.

4.5.4.2 Inserção e formação profissional

Neste segundo grupamento de questões, nosso foco residia em saber se havia alguma relação da bolsa que possuíam os entrevistados com o seu curso e se, de alguma maneira, essa lhe permitia uma maior inserção profissional e o estreitamento de laços acadêmicos e de sociabilidade na Universidade. Sendo assim, iniciávamos esse conjunto de questões incitando os alunos a falarem das atividades que desenvolviam e se essa possuía relação com o seu curso, isto, algo que somente é realidade para 26 alunos, uma vez que, o restante está ligado a outras bibliotecas que não se relacionam com o seu curso.

Contudo, apesar dos pesares, é fato que trabalhar em uma biblioteca fez com que esses se dedicassem mais a leitura de textos de sua área de formação de modo que, para 67 entrevistados, essa realidade de ler mais e dedicar-se a leituras relacionadas ao seu curso se tornou uma constante na sua vida acadêmica passando a fazer parte de seu cotidiano. Mas, no que se refere a sua interação com os colegas e ao estreitamento de laços acadêmicos, os dados deixam evidentes certa invisibilidade de modo que, somente 13 deles consideram que a bolsa teve um impacto positivo no seu cotidiano e no estreitamento dos laços acadêmicos e de amizade no interior da Universidade.

Do exposto, constata-se que há muito pouca incidência da bolsa, enquanto variável determinante, entre os entrevistados, no que se refere a sua inserção profissional e no mercado de trabalho uma vez que, para a maioria desses, essa não possui vínculo algum com sua formação acadêmica. Em contraponto, no que se refere a sua formação profissional, a constatação é bem diversa da primeira de modo que, o

que se observa é que dois terços da população estudada passaram a se dedicar mais a sua formação acadêmica, aumentando e alterando seus hábitos de leitura após seu ingresso na referida bolsa.

4.5.4.3 Eruditismo, mudança de habitus de classe, de trajetória e projeto

Fundamentalmente, as três questões levantadas a seguir tinha como objetivo pensar a ideia de trajetória e projeto, bem como o modo como esta inicie enquanto variável determinante na mudança da trajetória acadêmica e em seu projeto de vida. Questões essas construídas a partir da obra de Velho (1999) e que buscam pensar a Universidade e a entrada em um curso superior como fator determinante na mudança de vida destes estudantes, a qual vai muito além do exposto por Pastore e Silva (2000) no que se refere à ascensão social por meio da educação.

Neste sentido, iniciamos o presente grupamento de questões inquirindo: Se depois que iniciaram as atividades da bolsa que possuíam, passaram a repensar a sua formação acadêmica e a sua trajetória profissional. Isto, algo que se tornou uma constante para 27 entrevistados que passaram a repensar, a partir das atividades que estavam desenvolvendo e aquelas ligadas ao seu curso, a sua formação e aquilo que queriam para o futuro. Dado esse interessante e que corrobora com várias teses que consideram o ingresso prematuro na universidade e ausência de conhecimento do curso como um fator determinante para o alto índice de evasão observado em alguns cursos universitários. Mas, também aqui importa destacar a importância da experiência como fator determinante na manutenção e na construção de um projeto de vida de modo que, é a partir da experiência, daquilo que vivemos e sentimos como diria Weber, que damos sentido a vida de modo que, desvios de percurso são corrigidos a partir de mudanças e transformações observadas em nossa própria trajetória (VELHO, 1999).

Ainda nesta direção, em relação a esse grupo em específico, o qual passou a repensar a sua trajetória e formação profissional, constatou-se também que a bolsa que possuíam foi de certa forma, um fator determinante nessa mudança de projeto na medida em que instigou 22 entrevistados a explorar outros campos do conhecimento ligados a sua área de formação que, não necessariamente, vinculavam-se ao curso que estavam a realizar. E, que, para 24 alunos, as suas atividades como bolsista tem sido úteis para obter conhecimentos relacionados a diversas áreas do conhecimento

sendo, portanto, tida como bastante útil na sua formação profissional e na construção de outros projetos de vida diversos daqueles que traziam consigo quando ingressaram na Universidade.

Do exposto conclui-se que pelo menos para um terço dos entrevistados a bolsa têm incidido de forma a promover, como vimos no decorrer deste capítulo com determinados habitus de classe e sua reprodução na medida em que, estes, tendem a não reproduzir a trajetória de vida de seus pais. Da mesma forma, é fato que para dois terços da população estudada, o ingresso na bolsa representou uma mudança em seus hábitos de leitura e que, para a metade destes, essa mudança se manifestou sob a forma de uma significativa mudança de projeto de vida, implicando em ajustes em sua trajetória de vida. Dados esses que corroboram com os questionamentos levantados acerca do curto tempo de permanência na bolsa e no alto índice de alunos que, após o ingresso na bolsa, optam por mudarem de curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida é miserável como muito bem registra Dyonélio Machado (2004) em “Os Ratos”, enquanto Naziazeno engole seu café, nervoso, com os dedos ossudos e cabeçudos quebrando o pão em pedaços miudinhos, sem olhar a mulher. Pois, se hoje falta o leite e a manteiga para o café, amanhã faltará aos seus filhos o estudo e a oportunidade de chegar a Universidade. Uma Universidade que em tempos outros foi criada para a elite, para que seus filhos tivessem acesso as letras. Um modelo de Universidade que perdurou durante muito tempo, mas que, de uns tempos para cá, passou por grandes reestruturações saindo dos grandes centros e chegando ao interior do Brasil, colocando lado a lado aqueles que cresceram na periferia dos grandes centros e aqueles que cresceram nos jardins.

Mas a vida é feita de caminhos e descaminhos. Ela não é linear e se faz a partir do momento de sua ocorrência. Com isto, o que quero dizer é que explorar a trajetória de estudantes universitários não é tarefa fácil e envolve muito mais que um exercício de retórica, na medida em que o campo de possibilidade que se abre a eles é bem mais vasto do que aquele que envolve o estudo de outros grupos e populações. Tal campo envolve, grosso modo, escalas geográficas e deslocamentos territoriais, abdição e desejo, vontade de romper com um determinado *ethos* e mudanças estruturais, mas também, escolhas afetivas e subjetivas ligadas a um projeto de vida em permanente construção.

Projetos de vida esses que vão se construindo a partir de determinadas vivências e oportunidades que vão sendo oferecidas aos estudantes que estão ligados ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS e que possuem bolsas ligadas ao Programa REUNI.

Pois, com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, em 2007, a UFRGS deu continuidade a uma série de programas já desenvolvidos em seu interior, mas que, não contavam com financiamento ou dotação orçamentária própria. Com finalidade de retomar o crescimento do ensino superior público, o REUNI proporcionou condições para que as universidades federais promovessem a sua expansão física, acadêmica e pedagógica através do aumento de vagas para ingresso por concurso vestibular e de novos cursos, o que também impactou na ampliação da pós-graduação e a elevação do número de estudantes de mestrado e doutorado.

Também a partir do REUNI foi aprovado o Programa de Ações Afirmativas, ainda no ano de 2007, o que possibilitou o ingresso, por reserva de vagas para todos os cursos de graduação da UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino e de candidatos egressos do Sistema Público autodeclarados pretos e pardos, além de candidatos indígenas. Neste sentido, a partir de 2008, foram reservadas 30% das vagas para candidatos de escola pública, sendo 50% delas destinadas a candidatos autodeclarados negros. Em 2016, esse percentual atingiu 50% da reserva de vagas para o Concurso Vestibular de 2016. E, no Concurso Vestibular 2018, passou-se a oferecer, também, cotas para Pessoas com Deficiência, as quais passam a contemplar 25% das vagas referentes ao percentual das vagas destinadas aos cotistas. E, com a inauguração do Campus Litoral Norte também criado a partir da adesão da Universidade ao REUNI, em 2014, a UFRGS sedimentou o conceito de expansão em áreas onde não existia ensino superior que, através desta iniciativa passou a incidir positivamente no desenvolvimento da região do litoral no norte do Estado, oportunizando as populações locais a formação de nível superior.

Do ponto de vista ontológico, e como consta no Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - 13º Ciclo (UFRGS, 2017) tem que a UFRGS entende que todas as bolsas do Programa de Bolsas “são instrumentos de contribuição à permanência de estudantes na Universidade, seja pelo caráter de contribuição em pecúnia para alunos, seja pelo caráter de inserção do aluno em atividades de vínculo acadêmico programático ou de vivência no ambiente acadêmico”, pois esta, como consta no mesmo documento “auxiliam no custeamento do estudante ao longo do curso, evitando que tenham que recorrer precocemente ao mercado de trabalho” o que, normalmente, compromete seu desempenho acadêmico uma vez que, na maioria dos casos, as atividades por eles desenvolvidas não têm relação com a área do curso que realizam e, também, possuem uma carga horária de trabalho maior que a desejável.

Já no que tange especificamente as chamadas Bolsas REUNI tem-se que, estas, foram institucionalizadas a partir do decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e que, estas, traziam consigo algumas mudanças de nível acadêmico que visavam reduzir as taxas de evasão nas universidades públicas. Objetivo esse que se alinhava ao modo como a Universidade concebia seu sistema de bolsas de modo que, a partir disso, foi criada a Bolsa REUNI, com o

objetivo de garantir aos alunos carentes a permanência qualificada na Universidade, por meio da assistência estudantil.

Programa esse que teve como mérito garantir o acesso das populações menos favorecidas a Universidade, seja através da criação de *campus* avançados, de novas universidades e cursos de graduação, ou ainda, da ampliação das vagas existentes e da criação e manutenção de políticas que garantam, após o ingresso, a permanência destes alunos na Universidade, reduzindo as taxas de abandono e desistência.

E, neste sentido, observa-se que apesar de já haver, antes mesmo da adesão ao Programa REUNI, no seio da Universidade algumas ações que buscavam dar conta e garantir a permanência daqueles estudantes com dificuldades econômicas, eram esparsas e dependiam da realocação de recursos da própria Universidade. Algo que, a partir da adesão da UFRGS ao REUNI, passou a ter dotação orçamentária própria, tornando-se uma política pública de Estado deixando, assim, de ser uma política apenas de uma ou outra Universidade e que receberia dependendo da gestão, maior ou menor volume de recursos.

Do ponto de vista metodológico, destaco que o uso de mais de uma metodologia para aferição de dados foi de extrema valia na medida em que nos permitiu, no decorrer do presente estudo, realizar um duplo movimento no sentido de fornecer ao leitor um panorama mais geral acerca da dimensão do Programa REUNI e das mudanças estruturais por ele promovidas por um lado (dimensão quantitativa) e, por outro, de dar conta da especificidade da população estudada, de suas especificidades e do modo como o REUNI impactou na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas contemplados pelas bolsas, os quais atuaram/atuam nas Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Movimento esse que, como vimos, foi de extrema valia no sentido de nos permitir constatar que ainda há de certa forma, certa resistência dos entrevistados em responder a algumas questões pontuais, em especial, aquelas que envolvem sua definição de gênero, a renda auferida por sua família e o modo como está estruturada, sendo muitas vezes, mononucleares, chefiadas por mulheres etc. o que, de certo modo, parece gerar entre a população estudada certo desconforto por não seguir determinados padrões socialmente aceitos como quando, por exemplo, omitem a escolaridade de um para não precisar informar a ausência de outro.

Neste sentido, quando olhamos para suas trajetórias é possível observar entre os alunos bolsistas que estes, em sua maioria, através de seu ingresso na

Universidade, rompem com a trajetória de seus pais e com aquilo que seria natural em vista do contexto em que estavam inseridos. Talvez seja por isso, também que muitos deles após o ingresso na Universidade, logo trocam de curso, o que não exclui a possibilidade de seu projeto individual também ser um projeto coletivo. Contudo, estudos posteriores devem ser realizados com vistas a explorar essa hipótese em específico, sobretudo, no que tange aqueles que, após o ingresso, optam por um novo curso universitário diverso daquele de seu primeiro ingresso.

Sobremaneira, e no que se refere aos objetivos propostos para a pesquisa aqui em tela tem-se que, entre os alunos bolsistas ligados a Sistema de Bibliotecas da UFRGS há uma percepção positiva em relação ao REUNI que, além de garantir seu acesso ao ensino superior, também lhes permitiu a sua manutenção e permanência na mesma – mesmo que aquém do desejado e necessário –, ao mesmo tempo em que lhes oferece um ambiente propício para o estudo, sem interferir no seu cotidiano acadêmico permitindo, inclusive, que estes estudem, se preparem para provas e/ou participem de atividades extracurriculares.

Já no que tange a sua percepção em relação ao seu lugar na Universidade, os estudantes reconhecem ocupar um lugar diverso daqueles que ingressaram pelo ingresso universal e que, portanto, ainda se constituem num grupo minoritário em relação a outros. Apesar de iniciativas pontuais ligadas a formação de grupos de estudos e a opção por se dedicar exclusivamente aos estudos denotarem haver, mesmo que embrionariamente, uma certa consciência de sua posição enquanto sujeitos históricos, afirmações mais enfáticas e precisas, exigem a realização de estudos posteriores.

Especificamente, no que tange aos objetivos específicos propostos tem-se que o presente estudo, conseguiu em sua totalidade, através das estatísticas oficiais apresentadas colocar em evidência o número de benefícios que foram concedidos ao SBUFRGS entre 2010-2016 e modo como, depois da implementação do Programa REUNI, se deu seu crescimento e manutenção, bem como mapear os alunos que possuíam bolsas ligadas ao SBUFRGS traçando um perfil dos mesmos, ora através de dados relativos a população total, ora por meio dos 92 alunos entrevistados durante a pesquisa de campo. E, por fim, que nos foi possível, a partir da etnografia, do uso de entrevistas semiestruturadas, do uso do diário de campo e da exploração de seus relatos biográficos, constatar a existência de trajetórias e projetos de vida diversos que, apesar de diferentes, não estão dados a priori, mas sim, que encontram-se em

permanente processo de construção e reconstrução e que, estes, orbitam em torno de um campo de possibilidades que a eles se abre a partir de seu ingresso na Universidade e, é, a todo tempo, reinventada a partir certas províncias de significado que vão sendo construídas a partir da sua permanência na Universidade e no Sistema de Bibliotecas da UFRGS (VELHO, 1999, 2004).

Em especial destaca-se que houve no decorrer do período estudado e a partir da adesão da UFRGS ao REUNI a criação de 485 novas vagas destinadas exclusivamente ao período noturno e a criação de 578 vagas em cursos existentes, bem como a oferta de 70 novas vagas no concurso vestibular por ocasião da abertura do campus do litoral norte do estado a partir de 2014. Além disso, observa-se que com a implementação do referido programa de bolsas reduziu-se longitudinalmente as taxas de evasão bem como passou-se a melhor ocupar as vagas ociosas existentes através da criação de novas modalidades de ingresso nestes cursos.

Mas a adesão ao REUNI também implicou em mudanças, estruturais nos sistemas de graduação através da contratação de novos professores e técnico-administrativos bem como na realização de investimentos crescentes em infraestrutura, em especial, no que tange a ampliação do espaço físico, a criação e manutenção dos laboratórios de ensino e, também, o uso de ambientes virtuais de ensino e o fomento a criação de curso para Educação a Distância. E, por fim, no que se refere especificamente ao sistema de bolsas REUNI tem-se que, do ponto de vista de seu quantitativo, o número de bolsas existentes aumentou bastante em função de sua institucionalização no período de 2004 a 2018 como vimos no decorrer deste estudo passando de 16 em 2004, para 63 em 2018. Movimento esse que, como vimos implicou positivamente na redução das taxas de evasão na Universidade, garantindo assim, a permanência e a manutenção dos alunos ingressantes na universidade a partir do sistema de reserva de vagas.

Mas, talvez a conclusão mais importante do estudo resida no fato de que, de uma maneira geral, a educação é tida por grande parte dos entrevistados, mesmo que indiretamente, como um ente transformador que se utiliza do REUNI como uma política de inclusão. Contudo, o presente estudo não se encerra aqui e muitas possibilidades se abrem para estudos futuros que busquem explorar, por exemplo:

- a) o cotidiano dos egressos e dos alunos que estão concluindo o seu respectivo curso e o modo como, sua estadia junto ao SBUFRGS alterou sua percepção acerca do Programa REUNI e da Universidade;

- b) o conhecimento que estes alunos possuem acerca das políticas públicas voltadas para a Universidade e qual seu envolvimento com essas políticas, bem como com grupos institucionalizados de ação social dentro da Universidade; e,
- c) as razões e as motivações que levam a que, após o ingresso, muitos desses alunos troquem de curso. As possibilidades são muitas, mas explorar, mesmo que pontualmente, apenas um desses tópicos, daria pelo menos outra dissertação.

Portanto, dada a quase inexistência de trabalhos que se debrucem sobre essa vastidão de dados existentes e ainda inexplorados, é fato, que se faz necessário que outros se aventurem por estes oceanos com vistas a explorar outros aspectos relacionados a essa população de estudo em específico.

REFERÊNCIAS

ABC. **Propostas da Academia Brasileira de Ciências para a reforma universitária.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.brasil.indymedia.org/eo/green/2004/06/284875.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ANDIFES. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior encaminhada ao senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pela Andifes.** Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas.** São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BOHRER, Iza N. *et al.* **A história das universidades: o despertar do conhecimento. Metodologia do trabalho acadêmico: história das universidades.** [S.l.], [2009?]. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfqGsAC/metodologia-trabalho-academico-historia-das-universidades>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 13, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. 238 p.: il.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto de 20 de outubro de 2003.** Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília, DF, 2003a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-norma-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-norma-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-norma-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Crêa o Conselho Nacional de Educação. Rio de Janeiro, DF, 1931a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, DF, 1931b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Rio de Janeiro, DF, 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985**. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. Brasília, DF, 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Rio de Janeiro, DF, 1950. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de Lei, versão preliminar de 06 de dezembro de 2004a**. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Documentos/2004.12.6.16.20.53.pdf> Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadernos MEC: Reforma da Educação Superior de junho de 2004b**. Disponível em:

http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/menu_documentos_tipo.asp?tipo=Documentos. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre os centros universitários de que trata o artigo 11 do Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, e da outras providências. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=406684>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Medida provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e da outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=553308>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, diversidade cultural e educação: a tensão entre igualdade e diferença. *In*: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. p. 205-228. Disponível em: <https://bit.ly/2Sh9bz6>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CASTANHO, S. Da universidade modelo aos modelos de universidade. **Quaestio**: revista de estudos em educação, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 27-46, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1394/1377>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COMO os pesquisadores de mercado devem perguntar sobre gênero em pesquisas?. **Mundo da Psicologia**, [S.l.], 2017. Disponível em: <http://pt.psy.co/como-os-pesquisadores-de-mercado-devem-perguntar-sobre-gnero-em-pesquisas.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CUNHA, Luiz Antonio. **Qual universidade?** São Paulo: Autores Associados, 1989a.

CUNHA, Luiz Antonio. **Universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989b.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade Reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. **Universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1996.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

FERREIRA, Adir Luiz. Sociobiografia e experiência escolar: uma narrativa entre imagens em conflito. *In*: FERREIRA, Adir Luiz (org.). **Entre flores e muros**: narrativas e vivência escolares. Porto Alegre: Sulina, 2006. Cap. 1, p. 19-49.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FROMER, Marcelo *et al.* Homem primata. *In*: TITÃS. **Cabeça dinossauro**. [S.l.]: Warner Music Brasil, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2GakXF9>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GUTFREIND, Cristiane Freitas (org.). **Narrar o biográfico**: a comunicação e a diversidade da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

HOHLFELDT, Antonio. Exercícios biográficos: arqueologia cultural. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas (Org.). **Narrar o biográfico**: a comunicação e a diversidade da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 41-79.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

JEFFERSON, Thomas. **Declaração dos direitos dos EUA**. [S.l.], 1776. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/138303958/A-Declaracao-de-Independencia-dos-EUA-pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LECHNER, Norbert. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 28-29, p. 237-248, abr. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100011. Acesso em: 15 jul. 2018.

LERNER, Kátia. Relatos biográficos. Doença, sofrimento e narrativas biográficas: o câncer na Veja. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas (org.). **Narrar o biográfico**: a comunicação e a diversidade da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 80-126.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACHADO, Dyonélio. **Os ratos**. São Paulo: Planeta, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MEIRELLES, Mauro. O uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na ciência política: uma breve introdução. **Pensamento Plural**, Pelotas, n.14, p. 65-91, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3801/3414>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-194, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MENDONÇA, Tânia Regina Broeitti. **Brasil**: o ensino superior às primeiras universidades colônia-império-primeira república. Trabalho apresentado no 2. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, Cascavel, 2005. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu07.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018

MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. Brasília, DF: Editora UnB, 1981.

NEVES, Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Richard Romeiro. Platão e a questão da democracia na República. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 12, p. 28-47, 2014. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art3%20rev12.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

ONU. **A carta das Nações Unidas**. [Brasília, DF]: ONU Brasil, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ONU. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [Brasília, DF]: ONU Brasil, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 27 dez. 2017.

PANIZZI, Wrana Maria. **Autonomia na universidade**. Porto Alegre: CirKula, 2017.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**: rev. sociol. USP, São Paulo, v. 14, n.

2, p. 147-161, out. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387/14164>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337-356, set./dez. 2015. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816322015337/pdf_97. Acesso em: 15 jul. 2018.

PESSOA, Fernando. **Navegar é preciso**. (Textos para reflexão), 2013. E-book

PIMENTA, Melissa de Mattos. Cidadania e Direitos Humanos. In: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; MOCELIN, Daniel Gustavo (Orgs). **Cidadania e direitos humanos**. Porto Alegre: LAVIECS/Cirkula, 2015. Cap. 4, p. 97-110.

Platão. **A República**. São Paulo: Sapiensa, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 5.728, de 28 de novembro de 1934**. Porto Alegre, 1934.

ROCHA, Everardo P. Guimaraes. **O que é etnocentrismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

SAIBA quais são os 7 tipos de instituição de ensino superior no Brasil. **Universia Brasil**, [S.l.], 17 fev. 2017. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2017/02/17/1149604/saiba-quais-7-tipos-instituicao-ensino-superior-brasil.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 25, jun. 1994. Disponível em: http://anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm. Acesso em: 15 jul. 2018.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808 – 1990**. Documento de Trabalho 8/91. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SILVA, Ângela Fernandes da. **De uma massa documental acumulada à formação do arquivo, da PROGESP!**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. Apresentação. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas (org.). **Narrar o biográfico**: a comunicação e a diversidade da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-8.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Biografias**: construção e reconstrução da memória. *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 151-166, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/626/421>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SOUSA, Margarete Vale. O coração que pulsa nas veredas do conhecimento. *In*: FERREIRA, Adir Luiz (org.). **Entre flores e muros**: narrativas e vivência escolares. Porto Alegre: Sulina, 2006. Cap. 2, p. 53-70.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UFRGS. **Estatuto. Regimento Geral**. Porto Alegre, 2016. . Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 15 jul. 2018.

UFRGS. **Portaria nº 1.516, de 13 de dezembro de 1971**. Porto Alegre, 1971.

UFRGS. **Portaria nº 1.774, de 03 de junho de 2005**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: http://lume.ufrgs.br/arquivos_download/portaria1774.pdf

UFRGS. **Portaria nº 38, de 20 de julho de 2009**. Porto Alegre, 2009.

UFRGS. **Relatório**: Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 4. ciclo: avaliação institucional permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2006-2008. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

UFRGS. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2017**: 13º ciclo [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. 2 v. : il., tabs.

UFRGS. **Relatório REUNI/UFRGS**. Porto Alegre, mar. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prograd/prograd-1/artigos/RelatorioREUNI2012.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

UFRGS. Centro de Processamento de Dados. **Ordem de Serviço nº 2/2017** – CPD. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cpd/wp-content/uploads/2018/06/OS-2-2017-EXTIN%C3%87%C3%83O->

CRIA%C3%87%C3%83O-DIVIS%C3%95ES-SETOR-substituindo-OS-6-2016.pdf.
Acesso em: 15 jul. 2018.

UFRGS. Comissão Permanente de Seleção. **Edital de 04 de outubro de 2018:** concurso vestibular de 2019. Porto Alegre, 2018a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/vestibular-2019/concurso-vestibular-2019/EDITALCV2019FINALPGINA.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

UFRGS. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Portaria nº 1.488, 19/02/2018.** Porto Alegre, 2018b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prae/bolsas-auxilios/bolsas/portaria-1.488-2018>. Acesso em: 15 jul. 2018.

VALE, Candice Menezes do; DANTAS, Maria Monique da Silva. Sobre dois olhares: a formação individual e a experiência coletiva no ambiente escolar. *In*: FERREIRA, Adir Luiz (org.). **Entre flores e muros:** narrativas e vivência escolares. Porto Alegre: Sulina, 2006. Cap. 9, p. 241-253.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA ALUNOS**

UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E
INCLUSÃO SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
ENTREVISTA**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa de Mestrado Acadêmico, na área de Diversidade Cultural e Inclusão Social, intitulado “O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu efeito na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBURGS)” e desenvolvido pela mestranda Ângela Fernandes da Silva. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Doutora Margarete Pacheco Nunes, professora do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL da Universidade FEEVALE, a quem poderei consultar, caso haja dúvidas acerca da proposta do pesquisador ou quando julgar necessário, através do (51) 3586-8800 ramal 8939 ou marga.nunes@feevale.br Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é analisar no decorrer do presente estudo a implicação que, esta política pública, que é o REUNI, tem na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, bem como identificar através dos relatos qual o sentimento e percepção dos beneficiários sobre o seu lugar na universidade. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de responder uma entrevista com questões, a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer

momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Abaixo, você tem acesso ao telefone e endereço eletrônico institucional do pesquisador responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento no decorrer da pesquisa.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do (a) testemunha

Nome do pesquisador responsável: Ângela Fernandes da Silva

Telefone institucional do pesquisador responsável: (51) 995175620

e-mail institucional do pesquisador responsável: angela.silva@ufrgs.br

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS BOLSISTAS DO SBUFRGS

UNIVERSIDADE FEEVALE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

1. Nome:

2. E-mail:

3. Idade:

4. Sexo: () Masculino () Feminino () Outro. _____

5. Curso:

6. Semestre em que se encontra:

7. Ano de Ingresso na Universidade:

8. Bolsista desde: ____/____/____.

9. Tipo de Bolsa: _____

10. Cidade e Estado onde nasceu: _____, _____.

11. Tipo de Ingresso na Universidade:

() Cotas Sociais () Cotas Raciais () Ingresso Universal

() Outro. Qual? _____

12. Qual a escolaridade de seus pais?

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

() Especialização () Mestrado

() Doutorado () Analfabeto

13. Qual a profissão/ocupação deles

Mãe: _____ () NSA/Falecida.

Pai: _____ () NSA/Falecido.

14. Qual a sua renda individual? _____ Reais

15. E a sua renda familiar, contando todos aqueles que vivem no mesmo domicílio que você?
_____ Reais

Observações do Pesquisador:

16. No que se refere à bolsa que você tem junto ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS, a seguir faremos um série de afirmações e gostaríamos de saber o seu posicionamento em relação a elas:

	Concordo plenamente	Concordo em parte	Não concordo nem discordo	Discordo em parte	Discordo plenamente
a) A bolsa que possuo é importante para composição de minha renda.					
b) A bolsa que possuo possui carga horária adequada e não atrapalha meus estudos.					
c) O horário da bolsa é flexível e me permite participar de diversas atividades acadêmicas fora do meu horário de aulas.					
d) A bolsa que possuo é importante para a manutenção de minha estadia na universidade.					
e) Tenho uma bolsa ligada a biblioteca do meu curso.					
f) Depois que comecei a trabalhar na biblioteca passei a dedicar mais horas a leitura de textos da minha área de formação.					
g) Depois que comecei a trabalhar na biblioteca comecei a me dedicar a outras leituras que não se relacionam a minha área de formação.					
h) A bolsa que possuo, no meu caso, é apenas um trabalho e não tem nada a ver com a minha formação acadêmica.					
i) Eu considero a bolsa que possuo como um importante elemento ligado a minha formação profissional.					
j) Depois que iniciei as atividades da bolsa que possuo, passei a repensar a minha formação acadêmica e a minha trajetória profissional.					
k) As atividades da bolsa que possuo me permitiram interagir com outros colegas de meu curso, estreitando laços acadêmicos e de amizade.					
l) A bolsa que possuo é instigante e me permite explorar outros campos do conhecimento ligados a minha área de formação					
m) No que se refere as minhas atividades como bolsista posso dizer que os conhecimentos e a atividade que desenvolvo são bastante úteis para minha formação profissional.					

Obrigado.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data / local / horário

BIOGRAFIA:

Dados de identificação (nome/ sexo/ raça e etnia/ idade)

ORIGEM:

ONDE NASCEU:

CONTEXTO FAMILIAR:

O QUE FAZIAM OS PAIS:

DE ONDE VIERAM:

TRAJETÓRIA ACADÊMICA – Pedir para o estudante contar sobre a sua trajetória, escolha profissional, entrada na UFRGS, como tem sido o cotidiano na Universidade, em geral, e a sua condição de bolsista.

EDUCAÇÃO/TRABALHO – como é o dia a dia deste trabalho, com quem se relaciona, o que faz, detalhar. Considera relevante para sua formação? Por quê? Como relaciona trabalho na biblioteca e a formação acadêmica? Aprendizagens deste período. Retorno financeiro.

O que faz no cotidiano, fora da universidade, lazer, estudo extraclasse...
O que os bolsistas apreenderam depois que entraram para o SBUFRGS, como bolsistas?

Se acha que esses conhecimentos serão úteis para sua formação acadêmico-profissional?

O quanto consideram importante academicamente? Profissionalmente?

Financeiramente?

Qual a incidência da bolsa (ver a especificidade da bolsa) na formação acadêmico-profissional dos alunos que atuam/atuaram no SBUFRGS, enquanto uma estratégia de inclusão social?

Atuação deles nas bibliotecas? Se essa atuação tem efeito positivo ou negativo?

Se a atuação do trabalho na biblioteca alterou/mudou os hábitos de leitura?

Se a atuação do trabalho na biblioteca implicou no desempenho acadêmico?

Se a bolsa ajuda na manutenção de seus estudos?

Por que escolheram uma bolsa na biblioteca?

Como viam a biblioteca antes de trabalhar?

O quanto os bolsistas acham que esse trabalho terá consequência na sua formação acadêmica?

Projeto de vida? Projeto acadêmico-profissionalizante. Possui algum projeto de vida? E qual é este projeto de vida?

Você gostaria de falar mais alguma coisa em relação ao que conversamos?

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO



TERMO DE COMPROMISSO

Programa Interno de Bolsas
 Projetos Especiais – SABi – 2016

IDENTIFICAÇÃO DO(A) BOLSISTA				
Nome Completo:				
Sexo: F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				
Data de Nascimento: / /		Local:		UF:
Filiação:				
CPF:	Identidade:	Órgão Emissor:	UF:	Data de Expedição:
Endereço Particular:			CEP:	Fone:
Endereço Eletrônico:			Fone celular:	
Curso:	Nº Cartão UFRGS:	Semestre Atual:	Previsão de Conclusão: (Ano/Sem)	
*Banco: BANCO DO BRASIL	*Nome Agência:	*Nº Agência:	*Nº Conta Corrente:	

* ITENS OBRIGATÓRIOS

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ORIENTADOR		
Nome do Orientador:		
Unidade/Departamento/PPG:		
CPF:	Telefone:	Endereço Eletrônico:

Documentação a ser anexada:

- a) Cópia do histórico escolar com visto do orientador;
- b) Cópia do comprovante de matrícula do semestre atual;

DECLARAÇÃO DO BOLSISTA

DECLARO QUE NÃO RECEBO BOLSA DE NENHUMA OUTRA INSTITUIÇÃO E QUE NÃO TENHO QUALQUER ATIVIDADE COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, ASSIM COMO ESTÁGIO REMUNERADO.

Porto Alegre, de _____ de 2016.

.....
Assinatura do Bolsista

OBS: Este item é de responsabilidade do bolsista. Caso esta situação se altere, o bolsista deverá comunicar imediatamente, ao orientador, para que este solicite o cancelamento da bolsa, sob pena do bolsista ter que devolver as parcelas recebidas, em valores atualizados.

Vigência da Bolsa: 01/____/2016 a 31/____/2016.

.....
Assinatura e carimbo do Orientador